

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)

AMISSÃO SALECHA

**A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU: TENSÕES ENTRE
IDENTIDADES ÉTNICAS E O ESTADO NACIONAL NO CONTEXTO PÓS-
COLONIAL**

SÃO CARLOS -SP

2021

AMISSÃO SALECHA

NEOLIBERALISMO CONTRA A DEMOCRACIA NA GUINE-BISSAU: a relação entre
Poderes Tradicionais e o Estado Moderno (1980-1994)

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos,
para obtenção do título de mestre em
Sociologia.

Orientador: Fábio José Bechara
Sanchez

São Carlos-SP
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Amissão Salecha, realizada em 15/04/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez (UFSCar)

Prof. Dr. Diego Araujo Azzi (UFABC)

Prof. Dr. Valter Roberto Silverio (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

DEDICATÓRIA

Dedicado a Abeni Maria Dongo Salecha

AGRADECIMENTO

Primeiramente gostaria de agradecer *N'ghalú* (Deus) por estar comigo durante toda a minha formação. Em seguida do fundo do meu coração agradeço toda a minha família especialmente na pessoa da minha mãe Maria Cá, e meu irmão Siuna Salecha por terem me aconselhado e auxiliando em todos sentidos. Por outro lado, estendo a minha gratidão a pessoa Fábio José Bechara Sanchez meu orientado pelo suporte acadêmico, na mesma senda estendo minha gratidão a Rui Quaresma País, por ter me apoiado financeiramente em algumas situações.

De modo geral, dirijo o meu agradecimento ao Ministério de Educação do Brasil (MEC), por ter sempre prestado apoios aos estudantes dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). À Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) pela concessão da Bolsa de estudos durante esses dois anos de mestrado. Também dirijo meu agradecimento para Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, em especial a todos professores do programa sem esquecer da secretária Silmara Dionizio.

Dirijo a minha gratidão aos colegas que contribuíram direta e indiretamente na realização desta pesquisa, em especial na pessoa de Osires Fernando Ribeiro Nhaga, Francisco Maluquisso Malungo, Jamila Paulina Kossi Dongo e a todos membros da CAASCAR (Comunidade Acadêmica Africana de São Carlos)

Nha obrigado pa tudo bós.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo compreender a construção democrática na Guiné-Bissau, particularmente após a independência, desde quando o país enfrentou crises e desafios neste processo. A Guiné-Bissau passou, pós-independência, por um regime ditatorial no qual o PAIGC (partido de matriz comunista que foi uma das principais forças políticas na luta pela independência) foi a única força dirigente da sociedade. O regime de partido único se estendeu até os anos de 1990. No início de 1991 o país teria “aderido” oficialmente e formalmente à “democracia”. Mesmo com advento da “democracia formal” o país viveu (e ainda vive) uma permanente instabilidade política, convivendo com guerra civil, sequência de golpes de Estado, perseguição e assassinatos políticos, enquanto o povo sufoca no medo. Neste contexto, compreender como a democracia formal moderna (liberal) se relaciona com a sociedade Bissau-guineense e representa mais um bloqueio a sociedade democrática do que sua efetivação é a questão central deste trabalho. Para entender o fracasso desse regime buscamos - através de pesquisa bibliográfica, teórica e documental - analisar o processo passado na Guiné-Bissau de transição para a democracia. Buscamos especificamente compreender a relação entre os poderes e/ou autoridades tradicionais com o Estado pós-independência e a dinâmica do capitalismo mundial no período neoliberal. O neoliberalismo se torna um fator importante de análise por ser um período em que há uma estratégia de implantar/impôr nos países de África uma receita de democracia liberal (formal) na política e neoliberalismo na economia, que acaba representando – e está é nossa hipótese de trabalho - uma forma de neocolonialismo.

Palavras-Chave: Guiné-Bissau, transição, democracia, poderes tradicionais neoliberalismo, neocolonização

Abstract

The present work aims to understand the democratic construction in Guinea-Bissau, particularly after independence, since the time when the country faced crises and challenges in this process. Guinea-Bissau went through, post-independence, a dictatorial regime in which the PAIGC (communist party that was one of the main political forces in the struggle for independence) was the only driving force of society. The one-party regime extended until the 1990s. In the beginning of 1991 the country would have officially and formally "adhered" to "democracy". Even with the advent of "formal democracy" the country experienced (and still lives) a permanent political instability, living with civil war, a sequence of coups d'état, persecution and political assassinations, while the people suffocate in fear. In this context, understanding how modern (liberal) formal democracy relates to Guinea-Bissau society and represents more of a blockade to democratic society than its implementation is the central issue of this work. In order to understand the failure of this regime, we sought - through bibliographical, theoretical and documentary research - to analyze the process that passed in Guinea-Bissau of transition to democracy. We specifically seek to understand the relationship between traditional powers and / or authorities with the post-independence state and the dynamics of world capitalism in the neoliberal period. Neoliberalism becomes an important factor of analysis because it is a period in which there is a strategy to implant / impose in Africa countries a recipe for liberal (formal) democracy in politics and neoliberalism in the economy, which ends up representing - and this is our hypothesis of work - a form of neocolonialism.

Keywords: Guinea-Bissau, transition, democracy, traditional powers neoliberalism, colonization

Résumé

Le présent travail vise à comprendre la construction démocratique en Guinée-Bissau, en particulier après l'indépendance, depuis l'époque où le pays a été confronté à des crises et à des défis dans ce processus. La Guinée-Bissau a traversé, après l'indépendance, un régime dictatorial dans lequel le PAIGC (parti communiste qui était l'une des principales forces politiques dans la lutte pour l'indépendance) était la seule force dirigeante de la société. Le régime du parti unique s'est prolongé jusqu'aux années 1990. Au début de 1991, le pays aurait officiellement et formellement «adhéré» à la «démocratie». Même avec l'avènement de la «démocratie formelle», le pays a connu (et vit toujours) une instabilité politique permanente, vivant avec la guerre civile, une séquence de coups d'État, de persécutions et d'assassinats politiques, tandis que le peuple suffoque de peur. Dans ce contexte, comprendre comment la démocratie formelle moderne (libérale) se rapporte à la société bissau-guinéenne et représente davantage un blocus de la société démocratique que sa mise en œuvre est la question centrale de ce travail. Pour comprendre l'échec de ce régime, nous avons cherché - à travers des recherches bibliographiques, théoriques et documentaires - à analyser le processus qui s'est passé en Guinée-Bissau de transition vers la démocratie. Nous cherchons spécifiquement à comprendre la relation entre les pouvoirs et / ou autorités traditionnels avec l'État post-indépendance et la dynamique du capitalisme mondial dans la période néolibérale. Le néolibéralisme devient un facteur d'analyse important car c'est une période dans laquelle il y a une stratégie pour implanter / imposer dans les pays africains une recette pour la démocratie libérale (formelle) en politique et le néolibéralisme dans l'économie, qui finit par représenter - et c'est notre hypothèse de travail - une forme de néocolonialisme.

Mots clés: Guinée-Bissau, transition, démocratie, pouvoirs traditionnels, néolibéralisme, néocolonisation

LISTA DE ABREVIACOES

CCOM- Caisse Centrale de la France d'Outre-Mer

CEI- Casa de Estudantes de Império

EUA- Estados Unidos de América

FIDES- Fonds d'Investissement et de Développement économique et Social

MLG- Movimento para Libertaco da Guiné

MLGC- Movimento da Libertaco da Guiné Cabo-Verde

MPLA- Movimento Popular de Libertaco de Angola

OUA- Organizaco da Unidade Africana

PAE- Programa de Ajustamento Estrutural

PAI- Partido Africano para Independncia

PAICV- Partido Africano para Independncia de Cabo-Verde

PAIGC Partido Africano para Independncia da Guin e Cabo-Verde

PAIGC- Partido Africano para Independncia da Guin e Cabo-Verde

PRS- Partido da Renovaco Social

UA- Unio Africana

UFSCar- Universidade Federal de So Carlos

UNGP – Unio dos Naturais da Guiné Portuguesa

UNITA- Unio Nacional para Independência Total de Angola

UPG- Unio dos povos da Guiné

UPLG- Unio da Populao Libertada da Guiné

URSS- Unio das Republicas Socialistas Soviéticas

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1:: Índice da democracia dos países da África Subsariana	8
Tabela 2: lista de presidentes	34
Tabela 3: lista das organizações para integração política e económica dos países africano	89
Tabela 4: A virada neoliberal	96

Lista das Ilustrações

Figura 1: Mapa ilustrativo da localização geografica da Guiné-Bissau	16
Figura 2: Mapa ilustrativo do Reiono de Gabú	18
Figura 3: Encontro de chefes tradicionais e Bancos. Encontro promovido pelo presidente de república José Mario Vaz.....	58
Figura 4: Kumba Yala, candidato a eleição presidencial 2005	59
Figura 5: Umaro Sissoco Embaló, eleição presidenciais 2019.....	60
Figura 6: João Bernardo Vieira, eleição 2019.....	60
Figura 7: Tomada de posse do governo de Nuno na Biam	61

Sumário

1.1 Antecedentes da pesquisa e problema de investigação	6
1.2 Descolonização e democracia	7
1.3 Procedimentos metodológicos e estrutura do trabalho	12
CAPITULO 1 – DESCOLONIZAÇÃO, ESTADO E DEMOCRACIA NA GUINE-BISSAU	16
1.1 Apresentando e localizando Guiné-Bissau	16
1.2 - Contextualização histórica da Guiné-Bissau	17
1.3 Processo da independência e a criação dos movimentos de libertação.....	23
1.4 A desintegração da unidade entre a Guiné e Cabo-Verde.....	29
1.5 - O Estado da Guiné-Bissau e os desafios da democracia.....	32
CAPÍTULO 2 - FORMAÇÃO DA ELITE POLÍTICA GUINEENSE E CONFLITOS COM AUTORIDADES TRADICIONAIS: O PROBLEMA DO ESTADO-NACIONAL E OS GRUPOS ÉTNICOS	36
2.1 - Amílcar Cabral e a ideia de Estado Nação e a cultura nacional.....	41
2.2 - Amílcar Cabral: luta de libertação como ato cultural.....	43
2.3 - Cultura Nacional: algo a definir progressivamente.....	48
2.4 - Estado nação em África: a perspectiva de Amílcar Cabral e o nascimento do “homem novo”	49
2.5 - Guiné-Bissau: questão de Identidade na democracia.....	56
CAPITULO 3 - A DEMOCRACIA DOS AFRICANOS E A DEMOCRACIA DOS “MODERNOS” (EUROPEUS).....	65
3.1 A democracia na filosofia política e nas ciências sociais: da antiguidade à modernidade	65
3.2 - Democracia da árvore da palavra	72
3.3 O eco do passado colonial em África	78
CAPITULO 4 - DEMOCRACIA E NEOLIBERALISMO NA GUINE BISSAU	85
4.1 África: da descolonização à neocolonização	85
4.2- A virada Neoliberal.....	91
4.3 Programa Ajustamento Estrutural: caso da Guiné-Bissau	104
Considerações finais.....	111
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA	113

INTRODUÇÃO

Desde a minha graduação que venho perseguindo e me esforçando em compreender o fracasso da democracia na sociedade guineense, e a minha indagação sobre o chamado regime democrático na Guiné-Bissau tem a ver com momentos perturbadores que vivi que me faz questionar se posso chamar aquele regime de democracia. Portanto sistematizei as minhas questões, transformei as minhas indagações em um projeto de pesquisa possível de responder teoricamente as minhas inquietações.

Neste trabalho analisei a relação entre o chamado poder tradicional e o Estado moderno, como estas relações vai se configurando ao longo do tempo. Da colonização ao regime do Partido Único (ditadura) até na democratização. Esta relação é marcada pelo comportamento oscilante pelas ambas partes, ora pelo conflito ora pela solidariedade. Durante a colonização era evidente que a elite política concebia aos chefes tradicionais como ameaça ao seu poder e as manifestações étnicas eram vistas como entrave na construção da unidade nacional. Sabendo que a ideia da nação que foi instaurado em África é baseado no modelo europeu (um povo, uma raça, um território, uma nação), portanto estas ideias vão entrar em choque com a diversidade étnica já nos momentos de luta para a libertação nacional, e esta contradição se estendeu para os momentos pós-independência, momentos que se estendeu a violência legal contra os chefes tradicionais até nos finais dos anos oitenta.

A democratização alterou significativamente a relação entre a elite política e o Estado moderno. A relação que era marcada pela perseguição passou a ser a relação de solidariedade. Tanto o PAIGC assim como os demais partidos que vão surgindo começaram a se reaproximar dos chefes tradicionais, usando-os como capital político para atrair os eleitorados. Por outro lado analisei o advento da democracia na Guiné-Bissau, isto é, como a imposição deste regime de fora para dentro também não facilitou na consolidação da “verdadeira democracia”, visto que, compreendo que aquilo que estava sendo proposto como democracia para as sociedades africanas nos finais das décadas de oitenta, não era apenas multipartidarismo, mas também era a tentativa de apagar os resquícios socialista/comunista nas sociedades africanas e inseri-los no plano do capitalismo mundial. Porque dentro do pacote da democratização estava incluso regras relacionadas a privatização, isto é, requisitos virados ao mercado. E nessa perspectiva podemos entender a virada neoliberal, ou seja, a ascensão do neoliberalismo como

consequência da democratização nos países africanos incluindo a Guiné-Bissau, o caso que nos interessa. Portanto neste trabalho analisaremos os fatores internos e externos das questões democrática na Guiné-Bissau.

1.1 Antecedentes da pesquisa e problema de investigação

O ano de 1991 marcou a abertura democrática na Guiné-Bissau, o pluralismo político, a liberalização económica e a liberdade da imprensa. Também foi o ano que eu nasci. Gostaria de acreditar que nasci num regime democrático e que a democracia não é apenas uma palavra escrita na constituição, porém os fatos mostram contrário.

Em 1994 realizou-se a primeira eleição. Nas vésperas da segunda eleição (1998), em meio a campanha eleitoral, iniciou-se a guerra civil que durou onze meses. Depois da guerra civil realizou-se novamente eleições em 2000, mas em 2003 assistiu-se novo golpe de estado que destituiu o presidente eleito (Kumba Yalá). Começa então a saga dos golpes de estado. Situações semelhantes são registradas em 2009, 2010 e 2014.

De 2000 a 2009 ocorreu o assassinato de três Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas e um presidente da república. Além disso, verificava-se espancamento de manifestantes que reivindicavam direito a educação e espancamento de jornalistas, deputados, ministros etc.

Nasci e cresci num Estado que declarava na sua constituição como um Estado democrático, mas o que se vivia no seio da sociedade estava (e está) longe de ser considerado democracia, permeado por violência e repressão. O “discurso colonial” afirmaria: “o que falta é a consolidação das instituições”, “falta a formação de uma cultura democrática” ou iria além, e veria um povo sem “civilização”, bárbaro, incapaz de produzir uma sociedade democrática. O que me parecia era o contrário, que a falha estava no próprio modelo de instituições que buscaram implantar.

Esta realidade sempre me inquietou e desde a graduação (realizada entre 2015 a 2019 na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) que venho tentando compreender o fracasso democrático em Guiné-Bissau e buscando transformar este problema social em um problema sociológico, sistematizando metodologicamente para poder compreendê-lo. E nessa ordem de ideia decidi dar continuidade na pesquisa sobre o tema no mestrado.

Assim, inquietação que gerou esta pesquisa de mestrado e ao presente relatório de qualificação nasce a partir das minhas percepções em relação as graves crises políticas que o Estado guineense tem se defrontado desde que aderiu ao sistema político democrático para dar direção e/ou organizar essa sociedade.

Diante tal de inquietação, nos parece importante analisar o processo de transição do regime do partido único para a Democracia, visto que o resultado da pesquisa pode ajudar a compreender a(s) fragilidade(s) desse regime na Guiné-Bissau. Também pode ajudar a melhorar a forma de pensar a democracia na sociedade guineense e pensar a democracia a partir da realidade guineense.

1.2 Descolonização e democracia

Antiga colônia portuguesa, a Guiné-Bissau se tornou independente no dia 24 de setembro de 1973, depois de uma intensa luta contra o poder colonial que durou onze anos. A luta foi desencadeada pelo PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde), que foi a principal força política neste processo.

Com o surgimento de um Estado independente da Guiné-Bissau, reconhecido internacionalmente, o país viveu momentos conflituosos e, mais do que isso, momentos que não apontaram para a inclusão civil, política e social na comunidade nacional e portanto, independência e verdadeira autonomia da população Bissau-guineense em sua diversidade (particularmente étnica). O país viveu regime do partido único baseado no modelo soviético de 1973 a 1991, período que podemos chamar de ditadura, uma vez que não havia participação política fora do PAIGC.

Um dos eventos significativos deste período aconteceu em 14 de novembro de 1980, quando houve um golpe de Estado que impulsionou a desintegração entre a Guiné e Cabo-Verde. Os protagonistas do processo na Guiné-Bissau denominaram de movimento *reajustador* na qual reivindicava a memória do passado tradicional em contraposição à modernidade. De fato, existia uma contradição entre dirigentes do PAIGC na qual a ala guineense acusava a ala cabo-verdiana de ser mais assimilada e - seguindo os colonizadores - propagavam os costumes ocidentais e oprimia as manifestações tradicionais africanas.

Após a desintegração da Unidade entre a Guiné e Cabo-Verde, a Guiné-Bissau viveu regime autoritário até nos anos de 1991 na qual se deu a abertura democrática. Em 1994 realizou a primeira eleição na qual o PAIGC saiu como vencedor.

Em 1998-1999, nas vésperas da segunda eleição, estourou uma guerra Civil que durou 11 meses. Vale salientar que não apenas a guerra civil, mas também que nenhum presidente eleito chegou ao final do seu mandato desde a abertura democrática no país em 1991 até no ano de 2014 devido às sequências de golpes de Estado e assassinatos políticos.

Desta maneira, olhando para esta realidade, o problema político e o processo democrático na Guiné-Bissau tornaram-se questões centrais de nossa preocupação. Diante este problema, minha hipótese de pesquisa é que a democracia não se efetiva na Guiné-Bissau porque a forma da disputa pelo poder que a Europa exporta para África se tornou um entrave que impossibilita a normalidade política em África, justamente porque entra em constante contradição com as formas de vida desse povo.

De fato, “a questão democrática” se tornou um problema para os povos africanos. Basta olhar a pesquisa publicada da revista britânico The Economist “Democracy Index 2019 A year of democratic setbacks and popular protest”. Nota-se que na parte inferior da tabela consta majoritariamente os países africanos que se autodeclararam como democráticos. De acordo com a pesquisa, como se pode ver no quadro abaixo estes países são considerados regimes híbridos ou autoritários, ou seja, não apresentam uma democracia consolidada.

Sub-Saharan Africa 2019

	Overall score	Global Rank	Regional rank	I Electoral process and pluralism	II Functioning of government	III Political participation	IV Political culture	V Civil liberties	Regime type
Mauritius	8.22	17	1	9.17	8.21	5.56	8.75	9.41	Full democracy
Botswana	7.81	29	2	9.17	7.14	6.11	7.50	9.12	Flawed democracy
Cabo Verde	7.78	30	3	9.17	7.36	6.67	6.88	8.82	Flawed democracy
South Africa	7.24	40	4	7.42	7.50	8.33	5.00	7.94	Flawed democracy
Ghana	6.63	55=	5	8.33	5.71	6.67	6.25	6.18	Flawed democracy
Lesotho	6.54	60=	6	9.17	4.50	6.67	5.63	6.76	Flawed democracy
Namibia	6.43	65	7	6.58	5.36	6.67	5.63	7.94	Flawed democracy
Senegal	5.81	82	8	6.08	6.07	4.44	6.25	6.18	Hybrid regime
Madagascar	5.64	85	9	7.92	3.57	6.11	5.63	5.00	Hybrid regime
Malawi	5.50	87	10	6.08	4.29	5.00	6.25	5.88	Hybrid regime
Liberia	5.45	88	11	7.42	3.07	5.56	5.63	5.59	Hybrid regime
Kenya	5.18	94	12	3.50	5.71	6.67	5.63	4.41	Hybrid regime
Tanzania	5.16	95	13	5.75	5.00	5.00	5.63	4.41	Hybrid regime
Benin	5.09	97=	14=	4.67	5.71	4.44	5.63	5.00	Hybrid regime
Zambia	5.09	97=	14=	4.75	2.93	4.44	6.88	6.47	Hybrid regime
Uganda	5.02	99	16	4.33	3.57	4.44	6.88	5.88	Hybrid regime
Mali	4.92	100	17	6.42	3.07	3.89	5.63	5.59	Hybrid regime
Sierra Leone	4.86	102=	18	6.58	2.86	3.33	6.25	5.29	Hybrid regime
Gambia	4.33	107	19	4.00	4.29	3.33	5.63	4.41	Hybrid regime
Nigeria	4.12	109	20	5.17	3.93	3.33	3.75	4.41	Hybrid regime
Côte d'Ivoire	4.05	111	21	4.33	2.86	3.33	5.63	4.12	Hybrid regime
Burkina Faso	4.04	112	22	3.92	2.71	4.44	5.00	4.12	Hybrid regime
Mauritania	3.92	116	23	3.50	3.57	5.00	3.13	4.41	Authoritarian
Angola	3.72	119	24	2.25	2.86	5.56	5.00	2.94	Authoritarian
Mozambique	3.65	120	25	2.58	2.14	5.00	5.00	3.53	Authoritarian
Gabon	3.61	121	26	2.58	2.21	4.44	5.00	3.82	Authoritarian
Ethiopia	3.44	125	27	0.42	3.57	5.56	5.00	2.65	Authoritarian
Togo	3.30	126	28	3.17	1.79	3.33	5.00	3.24	Authoritarian
Niger	3.29	127	29	2.92	1.14	3.33	4.38	4.71	Authoritarian
Rwanda	3.16	129=	30=	1.42	4.29	2.78	4.38	2.94	Authoritarian
Zimbabwe	3.16	129=	30=	0.00	2.50	4.44	5.63	3.24	Authoritarian
Comoros	3.15	131	32	2.08	2.21	3.89	3.75	3.82	Authoritarian
eSwatini	3.14	132=	33	0.92	2.86	2.78	5.63	3.53	Authoritarian
Guinea	3.14	132=	34	3.50	0.43	4.44	4.38	2.94	Authoritarian
Congo (Brazzaville)	3.11	134=	35	2.17	2.50	3.89	3.75	3.24	Authoritarian
Cameroon	2.85	141=	36	1.67	2.50	3.33	4.38	2.35	Authoritarian
Djibouti	2.77	144	37	0.42	1.29	3.89	5.63	2.65	Authoritarian
Guinea-Bissau	2.63	148	38	4.92	0.00	2.78	3.13	2.35	Authoritarian
Eritrea	2.37	152	39	0.00	2.14	1.67	6.88	1.18	Authoritarian
Burundi	2.15	154	40	0.00	0.07	3.33	5.00	2.35	Authoritarian
Equatorial Guinea	1.92	161	41	0.00	0.43	3.33	4.38	1.47	Authoritarian
Chad	1.61	163	42	0.00	0.00	1.67	3.75	2.65	Authoritarian
Central African Republic	1.32	165	43	1.25	0.00	1.11	1.88	2.35	Authoritarian
Democratic Republic of Congo	1.13	166	44	0.00	0.00	1.67	3.13	0.88	Authoritarian

Source: The Economist Intelligence Unit.

O critério da pontuação da tabela acima leva em conta nas seguintes categorias: Liberdade civil, cultura política, participação política e a categoria com a maior pontuação é o processo eleitoral pluralista, ou seja, a regularidade eleitoral é o fator com mais peso nestes critérios de avaliação da democracia. Estes critérios não levaram em conta as particularidades dos países africanos, nem o tempo da democratização, enquanto alguns países tem quase um século como regime democrático outros têm apenas décadas de democracia.

Assim, de acordo com a revista *The Economist*, entre os países da África subsaariana apenas Ilhas Maurícias possuem a democracia plena, seguido de seis países consideradas de democracia falha ou imperfeita: Botswana, Cabo-Verde, África do Sul, Gana, Lesoto e Namíbia. Outros quinze são considerados de regimes híbridos: Senegal, Madagascar, Malawi, Libéria, Kenya Tanzânia, Benin, Zâmbia, Uganda, Mali, Serra Leoa, Gambia, Nigéria, Costa de Marfim e Bukina Fasso. Em seguida consta-se lista de vinte e dois países que declaram constitucionalmente como democrático, porém, na pesquisa acima referida, são considerados como regimes autoritários. Nessa lista constam países como: Mauritânia, Angola, Moçambique, Gabão, Etiópia, Togo, Níger, Ruanda, Zimbábue, Comores, Suazilândia, Guiné-Conacri, Congo Brazaville, Camarões, Djibuti, Guiné-Bissau, Eritreia, Burundi, Guiné-Equatorial, Chad, República Centro Africano, e República Democrática do Congo. Estes são países africanos com menos pontuação no ranque da democracia.

No ranque geral, estes países situam-se na parte inferior da tabela junto com alguns países da Ásia e América latina, enquanto países com maior pontuação estão na Europa e lideram o ranque de índice dos países democrático do mundo. (THE ECONOMIST, 2019). Neste sentido, é lógico que poderíamos discutir os critérios da revista para definir o que são países como democracias plenas, os híbridos, os autoritários e etc. Não seria justamente um modelo de democracia europeu e baseado apenas no aspecto institucional de democracia? Nos parece que isto é verdadeiro, mas esta afirmação tão pouco significa que os processos democráticos em África não sejam tensos e problemáticos, inclusive por que as relações de poder são justamente mediadas por estas “instituições” estrangeiras. Assim, por um lado, poderíamos dizer para a Revista *The Economist* que sim, sabemos que as democracias em África são frágeis, mas nos parece que são pelos motivos inversos que a revista aponta: não pela fragilidade das instituições, mas justamente pela sua existência e imposição heteronômica.

No geral, cientistas políticos constroem uma visão normativa da democracia, na qual a boa democracia é medida pelas instituições democráticas que funcionam de maneira regular. Também se constroem argumentos de que os regimes democráticos possibilitam o crescimento económico.

Mas pode-se perceber que a democracia não garantiu as vantagens política económica e social na Guiné-Bissau, pelo contrário, nos períodos democráticos surgiram mais crises social, político e económico.

Tais argumentos serão testados durante este trabalho. Em meio a crise política institucional, económica e social este trabalho procura compreender a fragilidade da democracia na Guiné-Bissau, na qual o foco é buscar entender o processo de transição do Regime do partido único para democracia e a relação entre os chefes tradicionais com a autoridade tradicional institucional (?).

Assim, ao tentar compreender a fragilidade democrática na Guiné-Bissau partimos de duas hipóteses:

- 1) a primeira refere-se a herança colonial que serviu como mecanismo que possibilitou a criação dos Estados autoritários no período pós-independência, chamado na Guiné-Bissau como Regime de Partido Único, na qual parte dessa herança colonial ainda afeta a democracia. Vale salientar o desempenho das forças armadas durante a luta para libertação nacional, onde os participantes destas forças militares assumiram cargos políticos na qual acabam reproduzindo as aspirações autoritária. Por outro lado, é importante fazer lembrar que a maioria dos fundadores dos movimentos da libertação nacional, que posteriormente constituíram a elite política, eram os chamados “assimilados”, ou seja instruídos pela educação colonial. Essas duas situações proporcionaram a reprodução do poder autoritário no período pós-independência, e este legado autoritário atravessa o regime de partido único, e afeta a democracia.
- 2) A segunda hipótese diz respeito a imposição da democracia Ocidental durante a chamada terceira onda da democratização. Isto é, democracia esvaziada dos seus preceitos, institucionalizada e burocratizada que procura justapor a política com o mercado. Ou seja, a tentativa de fazer a equivalência entre a democracia com políticas económico, por isso, a democracia foi reduzida a lei da concorrência centralizada nas eleições por sufrágio universal e os demais preceitos da civilização democrática foram dispensadas. Refiro a uma democracia inserido dentro da racionalidade neoliberal que preocupada mais com o mercado e a concorrência, pois, menos lhe interessa a igualdade.

A maioria dos países que adotaram a democracia durante a terceira onda foram coagidos pelos agentes econômicos internacionais Banco Mundial e FMI, ou pela pressão dos exércitos dos EUA. E era condicionado a estes países adotar alguns critérios que induzia para racionalidade neoliberal. É nessa perspectiva que Brown (2019) argumenta que a ascensão da racionalidade neoliberal é o avanço das políticas antidemocrática.

Por sua vez, para Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo expressa uma racionalidade *ademocrático* porque, “tendem a substituir as regras do direito público e os processos de decisão política legitimados pelo sufrágio universal (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 381). Enquanto que para Rancière (2014) vive-se o “ódio à democracia” que se resume na seguinte tese: reprimir a sociedade democrática, simplificando e transformando a democracia na escolha das oligarquias substituível por meio da eleição, ou seja, justamente que as chamadas instituições democráticas servem para coibir a sociedade democrática.

Então, pode-se dizer que a fragilidade democrática em Guiné-Bissau deve ser analisada à luz de dois fatores, endógeno e exógeno, isto é, a herança colonial que germinou as aspirações autoritária no período pós-independência e que criou uma base para uma democracia que não tem compromisso com a igualdade nem tampouco com a liberdade. Por outro lado, deve-se examinar os fatores externos na imposição dessa democracia que não levou em conta as realidades africanas, ou seja, as formas de organização tradicional. Estes argumentos serão explicados ao longo deste trabalho.

1.3 Procedimentos metodológicos e estrutura do trabalho

Perante as minhas inquietações relativas ao processo de transição para o chamado “estado democrático” na Guiné-Bissau e o objetivo de compreender os conflitos decorrentes deste processo - assim como a hipótese de que a democracia não representou reais “ganhos democráticos” - buscamos orientar a pesquisa tendo por base a reconstrução histórica do processo político na Guiné-Bissau, particularmente após a independência, a reconstrução do debate teórico sobre democracia na literatura acadêmica e seu tencionamento a partir de estudos sobre as práticas democráticas em África e, por fim, uma discussão bibliográfica sobre neoliberalismo e democracia, com olhar específico pra o caso da Guiné-Bissau.

Inicialmente pretendíamos articular o levantamento histórico bibliográfico com a pesquisa de campo, quando pretendíamos entrevistar atores políticos responsáveis pela comissão de transição do regime de partido único para democracia. Para isto, estava planejada uma viagem para a Guiné-Bissau. Contudo, este planejamento teve que ser abortado devido a pandemia do Corona-vírus. Os voos convencionais para a Guiné-Bissau foram cancelados e os poucos que existem estão com preços exorbitantes. Assim, a única entrevista que conseguimos realizar foi com tenente coronel Ussumane Conaté, que foi militar durante este período, posteriormente atuou como jornalista, atualmente é assessor de imprensa do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. A entrevista foi realizada no dia 25 de novembro de 2019, no Rio de Janeiro por ocasião da passagem do entrevistado pelo país. Como a ideia era sistematizar conjuntamente esta entrevista com as outras que seriam realizadas na Guiné-Bissau, infelizmente não conseguimos realizar outras entrevistas devido as situações acima mencionadas por esta razão decidi aproveitar esta entrevista trazendo assim a experiência de alguém que viveu a época para a nossa análise. Sabendo da impossibilidade de viajar, busquei como alternativa analisar as notícias dos jornais que cobriam o processo de transição, na qual não tive acesso, fui informado que depois de forte chuva na cidade de Bissau a água entrou na editora do jornal *Nô Pintcha* e corrompeu todos esses arquivos. Uma boa parte dos meus contatos na qual pretendia desenvolver uma entrevista pela chamada não me retornaram, acredito que o descompromisso dos meus interlocutores deve ao próprio momento político que se vive em Guiné-Bissau Momento de censura em que jornalistas e ativistas políticos estão sofrendo violência (spancamento) durante regime do presidente autoproclamado. Deste modo aproveitei a única e rica entrevista que tenho para a nossa análise, na qual é articulado com as bibliografias estudadas.

*. *. *

Além desta introdução, este trabalho está estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado *Descolonização, Estado e Democracia na Guiné-Bissau* tem por objetivo se aproximar das características e história da Guiné-Bissau e reconstruir historicamente o processo político no país, particularmente a partir de 1973. Busco me aproximar particularmente do processo histórico da consolidação da Guiné-

Bissau como estado nação que é a consequência imediata da luta pela libertação do colonialismo.

Já o segundo capítulo, tece o debate sobre o processo de formação da elite política guineense. Encerro o primeiro capítulo problematizando o desafio e os limites da democracia na Guiné-Bissau.

No terceiro capítulo, *A Democracia dos Africanos e a Democracia dos “Modernos” (Europeus)*, de caráter teórico, busco realizar uma discussão da democracia dos modernos/europeus e a democracia dos africanos. Tal discussão passa pelo conceito clássico da democracia, isto é, partindo da filosofia e das ciências sociais confrontando, por outro lado, este debate com as formas de organização de vida nas sociedades africanas (particularmente pré-colonial), o que vou chamar ora de “democracia tradicional” ora de democracia de “*árvore de palavra*”. No mesmo fio de raciocínio mostro como a violência colonial desestruturou esta civilização alicerçada na tradição oral, impondo assim a civilização ocidental, vertical e burocratizada, totalmente oposto a forma de vida que a África conheceu antes da colonização. Ou seja, a colonização inculcou a nova forma de organização política, econômica e social nas Áfricas, que perpetuou o vínculo entre o colonizador e o colonizado, que se cristalizou numa relação de paternalismo entre a África e o “Ocidente”⁵ e o próprio bloqueio da democracia real em África.

Por fim, no quarto capítulo, *Democracia e o Neoliberalismo na Guine Bissau*, analiso o neoliberalismo, a sua relação com a democratização na Guiné-Bissau. O argumento deste último está em que o processo de democratização da Guiné-Bissau (e África em geral) é a consequência das mudanças estruturais que aconteceram no Ocidente do final de ano de 1970 ao início dos anos de 1990 (justamente um rearranjo nas sociedades “ocidentais” a partir do avanço do neoliberalismo). Assim, se estendeu a relação de paternalismo pela ação neo-colonial, isto é, enquanto os países da África estavam se desfazendo da velha colonização, a nova colonização estava sendo imposta por meio mais sutil. Considero Programa de Ajustamento Estrutural é uma delas.

⁵ O ocidente na concepção de Said não se refere ao espaço geográfico, mas sim uma linha imaginária abissal que traça fronteira entre colonizador e colonizado.

CAPITULO 1 – DESCOLONIZAÇÃO, ESTADO E DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU

Neste capítulo o objetivo é apresentar a Guiné-Bissau. Trar-se-á uma aproximação ao panorama histórico deste país desde a colonização até o período pós-colonial. Debruçaremos também sobre o processo da independência e desintegração da Guiné e Cabo-verde e por fim a atenção se assentará nas crises que o país enfrenta depois do advento democrático.

1.1 Apresentando e localizando Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um país situado na África ocidental, limitado ao Norte pelo Senegal, ao Sul e leste pela Guiné-Conakry e ao leste pelo oceano atlântico. Também integra o país cerca de quarenta ilhas que compõem arquipélagos dos Bijagós.



Figura 1: Mapa ilustrativo da localização geográfica da Guiné-Bissau

Fonte: https://pt.wikivoyage.org/wiki/%C3%81frica_Ocidental

Refere-se a um país territorialmente pequeno, com nada mais de 36.125km², colonizado pelos portugueses desde século XV.

A Guiné-Bissau passou a se constituir como estado nacional quando conquistou a sua independência por meio de uma luta armada dirigida pelo PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde) e tinha como um dos seus principais líderes

Amílcar Cabral. A independência foi proclamada unilateralmente em 24 de setembro de 1973 e posteriormente reconhecida pelo Portugal em 10 de setembro de 1974, após a Revolução de Cravos.

Não se deve esquecer de levar em conta em qualquer análise sobre a Guiné-Bissau a complexidade de que a sociedade guineense é constituída, com uma significativa diversidade étnica, havendo catorze grupos, cada um com seu costume: Fulas, Balantas, Mandingas, Papel, Manjacos, Biafada, Mancanha, Bijagós, Felupes, Mansonca, Balanta Mané, Nalu, Saraculé e Sosso.

Segundo dados de Instituto Nacional de Estatística, no terceiro RGPH (Recenseamento Geral de Populações e Habitação), realizado em 2009, observa-se que os Fulas constituem o maior grupo étnico (28,5% da população guineense), seguidos pelos Balantas (22,5%), pelos Mandingas (14,7%), Papel (9,1%), Manjacos (8,3%), Biafada (3,5%), Mancanha (3,1%), Bijagós (2,1%), Felupe (1,7%), Mansonca (1,4%), Balanta Mané (1%), Nalu (0,9%), Saraculé (0,5%) e o menos numeroso Sosso, que constitui 0,4% da população guineense. Existe um pequeno número de população que não se identifica com nenhum grupo étnico, este grupo constitui 2,2% da população.

1.2 - Contextualização histórica da Guiné-Bissau

O que é chamado hoje de Guiné-Bissau era parte do reino de Gabu/Kabu que, por sua vez, era parte do império de Mali, situado na costa ocidental da África pré-colonial. O Reino de Kabu ocupava uma boa parte do que é nominado hoje de Guiné-Bissau, se estendendo do nordeste da Guiné-Bissau ao norte do Senegal e toda a Gâmbia.

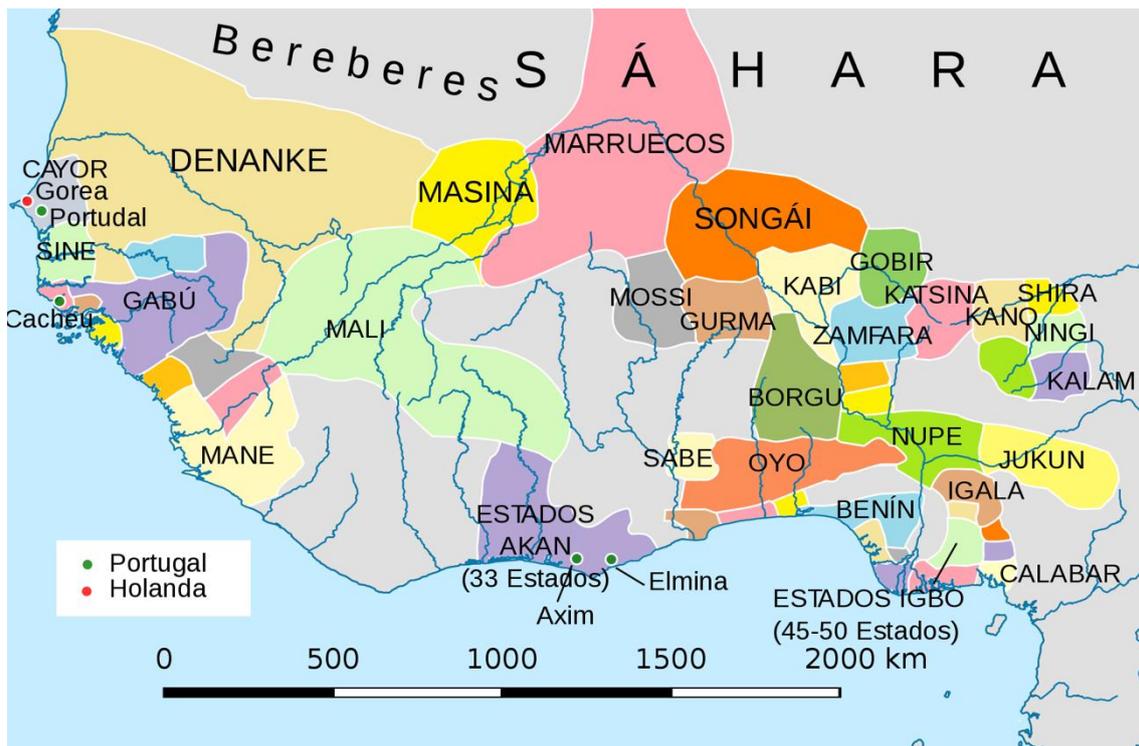


Figura 2: Mapa ilustrativo do Reino de Gabú

Fonte: https://es.wikipedia.org/wiki/Reino_de_Gab%C3%BA#/media/Archivo:WestAfrica1625-es.svg

O reino de Gabu é datado desde século XIII e teve seu apogeu no século XVIII, quando o Império de Mali se desfez por completo (LOPES, 2005). O apogeu do reino de Gabu não durou tanto devido o implante da colonização ocidental.

De acordo com Lopes (2005)

finalmente, a partir dos fins do século XVIII, princípios do século XIX, esboça-se um declínio muito rápido, ...É também o período dos levantamentos fula, cujas alianças com os colonizadores europeus contribuirão sobremaneira para um recrudescer das lutas intestinas, que vão minar completamente a autoridade do Kaabu- Mansa-Ba, representante de um poder que já tinha sido importante e que passará de marginal a inexistente por volta de 1867, altura em que o assalto final a Kansala permite pôr fim à epopéia kaabunquê. (LOPES, 2005, p. 15)

A decadência do reino de Kabu se deu juntamente com o implante da colonização europeia no território que hoje é chamado de Guiné-Bissau. A colonização europeia é a força impulsionadora da decadência dos reinos e impérios das civilizações africana.

A historiografia ocidental datou a chegada dos portugueses em África no século XV afirmando que o objetivo inicial era fazer comércio, porém os acontecimentos históricos na qual se deu a colonização revelaram o objetivo verdadeiro da invasão europeia em África, porém por trás das relações comerciais dissimulava o desejo de dominar colonizar e escravizar. A costa ocidental da África foi a primeira região que os portugueses chegaram, onde alguns historiadores chamam de Costa da Guiné, depois se expandiram para regiões abaixo de Zaire, Angola e Etiópia (MONTEIRO, 2013).

A presença europeia em África alterou as estruturas e a forma de viver do africano. Começou então o enfraquecimento do continente fragmentando-se a sociedade e incentivando conflitos. Monteiro (2013) destaca as consequências do empreendimento colonial em dois aspectos; o social e cultural. No aspecto social, “o continente foi dilacerado e esvaziado em termos demográficos, um número expressivo de africanos foram torturado e dizimado pelos colonialistas” (MONTEIRO, 2013, p.85). Esse esvaziamento refere-se ao tráfico de escravo. E no aspecto cultural verifica-se a tentativa de extinguir a identidade africana, “levou-lhes a criar e programar a política de “civilização” e de conversão ao catolicismo.” (MONTEIRO, 2013, p. 86).

Porém, vale salientar que este processo da colonização também foi marcado pela resistência desde seus primeiros momentos, de modo que a conversão identitária, ou seja, a imposição pela violência colonial da cultura europeia não apagou a compreensão simbólica da cultura africana, “onde quer que fossem levados carregariam consigo inscritos nos seus corpos, seus valores tradicionais e suas marcas étnicas, enfim, a preservação da memória ancestral,” (MONTEIRO, 2013, p. 86).

As grandes “descobertas” portuguesa na costa atlântica são datadas na historiografia entre 1415 – 1499 e os aspectos motivacionais da navegação portuguesa mais apontado pelos historiografia é a questão económica e religiosa. E pela orientação de Infante D. Henrique, Portugal se prezou mais pelas descobertas, conquistas, exploração e colonização “as Bulas Papais serviram como uma espécie de autorização legitimada pela Igreja para o início do processo de descobrimento engendrado pelos portugueses. (MONTEIRO, 2013, p. 78).

De acordo com Monteiro (2013) inicialmente os portugueses estabeleceram relação amigável com africanos na qual pediam autorizações aos chefes tradicionais para estabelecer seus interpostos comerciais para obtenção de mercadorias a serem comercializado nas Índias. Deste modo, os portugueses articularam outras formas de

inserção no continente africano. “Com a forte colaboração dos chefes locais conseguiram colocar na prática o projeto de instalação e exploração de matérias primas, e posteriormente a exportação de mão de obra escrava.” (MONTEIRO, 2013, p. 79).

As atividades económica dos portugueses em África era marcado pela relação destes com chefes tradicionais, de acordo com Monteiro (2013) esta relação comercial envolvia produtos como: açafrão, marfim, ébano, cobre, cerâmicas e o ser humano, que era a mercadoria de maior valor nessa transação. O tráfico de pessoas incentivou a rivalidade entre os chefes tradicionais que estavam envolvidos em tal negócio.

Assim começou o processo de enfraquecimento do continente africano por meio de uma troca desigual que não aportava benefícios para o continente.

Um punhado de literaturas sobre comercio dos escravos e colonização parte da tese de que a colonização foi possível graças aos “nativos”, isto é, a colaboração dos próprios africanos com os invasores, outras literaturas alegam que já existia a escravidão na África antes da chegada dos europeus e que o objetivo inicial dos europeus era apenas fazer comercio com os africanos. Tento evitar tais literatura porque me parece que tenta amenizar a barbárie que sucedeu durante a colonização e culpar os próprios africanos pela dominação europeia. Porém são explicações mais corrente que se tem sobre a implante da colonização em África.

Particularmente tendo a me aproximar da interpretação de que a colonização portuguesa no caso da Guiné-Bissau foi possível graças a brutalidade europeia e o poder bélico que estes tinham naquela época, porque até no final do século XIX tudo mostrava que os portugueses não tinham controle do atual território atualmente chamado de Guiné-Bissau. Deste modo, “os colonialismos vão intervir diretamente no jogo com objetivo – convicto- de controlar o território” (LOPES, 1989, p.07). Tais intervenções podem ser compreendido como causa da decadência de império de Kabú.

De acordo com Mendy (1992), até no início do século XX “os chamados ‘gentios’ recusavam firmemente ser subjugados, não agiam, obviamente, em conformidade com as declarações de Berlim⁶, mas reagiram às centenárias posturas imperialistas dos portugueses” (MENDY, 1993, p.42).

⁶ A conferência de Berlim foi realizado pelas potencias europeias no dia 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 com objetivo de partilhar a África para suas explorações. A conferencia contava com a participação dos seguintes países; Alemanha, Áustria Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Rússia e Suécia.

Deste modo, os colonialistas lançaram a Campanha de Pacificação, tal campanha refere a tentativa de obtenção da obediência dos nativos forçosamente, na qual a etnia Bijagós foram os primeiros a entrarem em conflito com os portugueses quando estes instituíram o imposto de palhota.

É evidente que existe a manipulação dos conflitos entre poderes políticos tradicionais, com objetivo de dismantelar a autonomia local em termos políticos e econômico. É evidente que existe colaboração de alguns nativos com a colonização, porém, isso não deve nos levar a leitura equivocada de culpar os africanos pela colonização.

Com a destruição dos reinos e impérios em África ergueu-se a colonização, na qual as potências europeias disputavam os territórios do continente. Em 1884-85, durante a Conferência de Berlim, as potências europeias dividiram a África para exploração das matérias primas e mão-de-obra. A parte do que hoje é chamada de Guiné-Bissau ficou sob domínio da Coroa Portuguesa que apelidou essa região de Guiné-Portuguesa posteriormente considerando este como seu território Ultramarina. Durante a conferência de Berlim, foi “concedido” /destinado à Portugal cinco países da África, servindo de colônias de exploração, entre eles estão: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São-Tomé e Príncipe.

A chegada dos europeus em África é gênese dos momentos sombrios que assola o continente, desde o comércio de escravo até na efetivação da colonização após a Conferência de Berlim, são momentos que proporcionaram catástrofe para o continente. A chegada dos portugueses na costa de Guiné é o marco do início da violência colonial no continente africano, porém, essas violências encontravam resistência dos nativos a imposição colonial.

Ao longo do período colonial os habitantes da Guiné-Bissau resistiram “as questões inerentes à submissão ao pagamento de impostos, ao cultivo forçado de produtos de exportação, trabalho forçado, serviço militar, obediência às autoridades portuguesas, etc” (MONTEIRO, 2013, p. 101). Vale salientar que este processo de resistência acontecia de modo disperso, ou seja, cada grupo étnico resistia de forma isolada ou por meio de ações individuais, em suma não existia uma frente unida desses grupos étnicos contra a colonização. Também vale salientar que alguns chefes tradicionais foram coagidos a fazer aliança com os colonizadores, nesse quesito, “o colonialismo português esforça-se por alimentar a desconfiança e o ódio, cultivando os privilégios de casta, o

regionalismo, o racismo, para melhor dominar e explorar todos os africanos” (PAIGC, 1974, apud, MONTEIRO, 2013, p. 102). Nessa ordem de ideia, o PAIGC concebia os aliados dos colonizadores como traidores da nação.

É nessa perspectiva que Mendy (1994) descreve que a aliança entre alguns chefes locais e os colonizadores ameaçava o processo da resistência em Guiné-Bissau. É importante salientar que esses chefes tradicionais não fizeram alianças com a colonização por mera vontade, mas sim foram coagidos e aliciados para facilitar a cobrança de imposto de palhota, apoiando o poder colonial durante a campanha de pacificação. Sabendo que durante o período colonial os colonizados não tinham liberdade nem soberania.

De modo geral, os excessivos abusos, falta da liberdade, imposição cultural, ausência da soberania e independência, moveu uma gama de resistência contra o poder colonial. “É neste contexto que as diversas configurações étnicas do país manifestaram, através da unidade étnica, protestos coletivos contra a subjugação colonial.” (MONTEIRO, 2013, p. 107). A opressão colonial aspirava ódio dos nativos aos colonizadores.

De acordo com Monteiro (2013) essas reivindicações desencadeadas pelos grupos étnicos tinham como objetivo lutar contra a subjugação colonial para restabelecer a liberdade. Isto quer dizer que essas reivindicações não se preocupavam com a autonomia política ou a independência, ou seja, não objetivava a criação de um Estado-nação independente, mas sim o cerne dessas reivindicações era contra opressão e pelo restabelecimento da liberdade.

Em 1910 surgiu a Liga Guineense, formado por trabalhadores marítimos, comerciantes e artífices. A maioria dessas pessoas eram da cidade de Bolama. A Liga Guineense constituía uma categoria sociocultural heterogênea, constituída pelos bissauguineenses do segmento social cabo-verdiano que reivindicavam a integração dos Bissauguineenses na administração colonial (Monteiro,2013). Porém, a Liga foi desfeito em 1915 pelo poder colonial durante a *campanha de pacificação* contra os *papéis*⁷ de Bissau na qual os seguidores foram acusados de instigar a revolta dos “*gentios*”⁸, “isto é, dos

⁷ Papel é uma identidade atribuída a um grupo étnico da Guiné-Bissau que recusava de pagar imposto porque consideravam-se donos da terra. Esta etnia foi a primeira a entrar em conflito com os portugueses porque devolviam o papel da cobrança de imposto nos postos da cobrança e recusavam de pagar imposto, por essa razão os portugueses os chamavam de Papéis.

⁸ Gentios era termo usado para referir as pessoas não assimiladas a cultura europeia, os que ainda preservavam as suas tradições e suas culturas.

papeis (grupo étnico), por se identificarem com as suas origens. Deste modo, a Liga foi silenciada e assim a Guiné-Bissau perdeu a sua elite nativa nessa década” (MONTEIRO, 2013, p. 110).

Perante estes cenários de opressão, não cessou a resistência contra o poder colonial. Nos anos de 1950 proliferou vários movimentos nacionalistas que reivindicavam a independência da “Guiné-Portuguesa”. E essa gama de resistência que historiadores chamam de resistência secundária (MONTEIRO, 2013). É nesse quadro que surgiu o PAIGC, partido protagonista da independência da Guiné-Bissau.

1.3 Processo da independência e a criação dos movimentos de libertação

É perante a resistência secundária que se criou movimentos pela libertação nacional em África. Lembrando que a resistência secundária se refere a momentos de proliferação dos movimentos para criação do nacionalismo africano com forte influência Pan-africanista.

No início dos anos de 1950 surgiram várias organizações da elite guineense que pensavam em um projeto de nação e também na resistência para desocupação portuguesa do território. Estas organizações eram feitas clandestinamente devido a repressão colonial contra qualquer organização que clamava pela liberdade e autonomia dos nativos, ou seja, pela independência da Guiné-Bissau. Tais “elites” eram formadas e dirigidas por “assimilados e intelectuais, os quais eram funcionários das grandes casas comerciais coloniais (Casa Gouveia, Banco Ultramarino, dentre outros)” (MONTEIRO, 2013, p. 114). Estas organizações não se alargavam aos outros estratos da sociedade guineense e nem possui cunho étnico, mas sim era exclusivamente formado por assimilados⁹ e os *grumetes* (africanos cristianizados, batizados com nomes europeus).

Estes grupos protestavam contra ações racistas, discriminação racial no trabalho, trabalho forçado, as condições precárias no trabalho, salário miserável, falta de educação para nativos. O reconhecimento da liberdade para o povo da Guiné-Bissau fazia parte da pauta.

⁹ Assimilado era termo usado para referir pessoas que adquiriram costumes europeus, convertido ao cristianismo que sabia ler e escrever e a maioria das vezes aliado a administração colonial. Era posição de privilégio durante a colonização, isto é, são os que mais se aproximam dos colonizadores.

É importante salientar que a colonização portuguesa estabeleceu algumas categorias que hierarquizava os indivíduos assimilados como: civilizados, assimilados, grumetes, mestiços, funcionários administrativos e pequenos comerciantes. Isso queria dizer que quanto mais os nativos se assimilavam a cultura portuguesa, ou se participavam no empreendimento colonial, mais status se ganhava.

Não obstante, são esses grupos que de repente se posicionaram em oposição a estrutura colonial portuguesa, “reivindicaram a integração e a participação na sociedade e política colonial, como também o fim dos abusos e injustiças, e a viabilização da independência política, pois ansiavam também a participação no poder do seu país”. (MONTEIRO, 2013, p.113).

É nesse quesito que a professora Artemisa Odila Candé Monteiro levanta uma questão importante para a nossa reflexão, “a quem interessava a independência na Guiné-Bissau?” Em resposta a essa pergunta Monteiro (2013) chegou à conclusão que a independência interessava a elite intelectual bissau-guineense: assimilados e funcionários coloniais. Partindo dos pressupostos acima é possível perceber que os colaboradores da administração colonial são principais responsáveis pela resistência secundária.

Portanto, para Monteiro (2013) a origem do nacionalismo nos países africanos de língua oficial portuguesa deve-se à política assimilacionista isto é, na medida que os portugueses tentavam formar cultural e politicamente grupos de indivíduos nativos para instaurar a relação de lealdade com o governo colonial, em outras palavras, formar africanos que servirão de intermediário entre autoridade colonial e poder local. Estes posteriormente criaram movimentos que derrubaram a colonização. Também vale salientar que a maioria dos protagonistas da luta para a libertação dos países africanos da língua portuguesa tiveram a formação em Portugal na Casa de Estudante de Império (CEI). A Casa de Estudante de Império era uma instituição em Portugal que funcionava de maneira semelhante a uma república estudantil que abrigava os estudantes das colônias portuguesas que estavam sendo instruídos a servir como intermediário entre colonizadores e colonizados.

Assim, nos anos de 1950 começou-se a proliferação dos movimentos para luta da libertação nos países da língua oficial portuguesa e a maioria dos protagonistas desses movimentos estudaram na CEI e ali tiveram a influência Pan-Africanismo, assim como

do socialismo. Sob essas influências e com a orientação marxista-leninista estes criaram movimentos da luta para libertação que tem características de partidos políticos.

Os movimentos que surgiram na época tinham caráter partidário. Assim surgiu em Guiné-Bissau o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC); União de Povos da Guiné (UPG); Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG), União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP); União da População Libertada da Guiné (UPLG), Movimento de Libertação da Guiné (MLG).

Em 1956 foi criado o Partido Africano para Independência (PAI) que posteriormente deu origem ao PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde). Criado por Amílcar Cabral com seus conterrâneos Cabo-verdianos e Bissau-guineenses, este partido foi que dirigiu a luta da libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (MONTEIRO, 2013), enquanto os demais partidos não sobreviveram a pressão do poder colonial.

De acordo com Monteiro (2013) a maioria destes movimentos tinham cunho étnico, isto é, cada movimento congregava na sua maioria um determinado grupo étnico. Porém, o PAIGC era o único partido que congregava todos os grupos étnicos e todas as camadas sociais.

Na narrativa oficial do partido, o PAIGC foi fundado em 1956 por Amílcar Cabral e seus compatriotas guineenses e Cabo-verdianos Aristides Pereira, Elisé Turpin, Abilo Duarte, Júlio de Almeida e Fernando Fortes. Estes jovens eram funcionários da administração colonial. Eles, com a fundamental ajuda de Rafael Barbosa¹⁰, articularam a mobilização de todos grupos étnicos e todas camadas sociais da Guiné-Bissau para aderirem a luta para libertação.

O projeto do PAIGC também incluía a unidade entre a Guiné e Cabo-Verde. No entanto, importa salientar que a “envolvimento negativo dos cabo-verdianos com a administração colonial portuguesa durante o processo de colonização não estavam ainda saradas na altura em que se concertavam esforços para a unificação dos dois países” (MONTEIRO, 2013, p. 222).

¹⁰ Rafael Barbosa foi um combatente da liberdade da pátria, um dos fundadores de MLG que ajudou Amílcar Cabral a articular a unidade entre a Guiné e Cabo-Verde, unindo assim MLG com PAI para formar frente única para luta de libertação. Nas assertivas de Monteiro (2013) Rafael foi um articulador político importante no processo da unidade entre a Guiné e Cabo-Verde.

Nas afirmações de Mendy (1993) a ideia da Unidade entre a Guiné e Cabo-Verde teve a contestação por parte da elite cabo-verdiana “principalmente de membros de classes privilegiadas pensava, que não tinham nem afinidade cultural nem parentesco racial com os Bissau-guineenses, colocou em xeque o projeto unitário que não teve apoio popular tanto na Guiné-Bissau quanto em Cabo Verde” (MENDY, 1993, p. 28). Depois de tanta insistência por parte dos dirigentes do PAIGC, uniu-se os povos dos dois países para lutar contra a colonização.

Após formado o partido em 1956, em 1963 inicia-se de fato e na prática a luta pela libertação da Guiné Bissau, quando do “Massacre de Pindjiquite”. O massacre foi decorrência das reivindicações dos marinheiros e funcionários de porto do cais em Bissau, na qual as tropas coloniais responderam barbaramente com armas de fogo massacrando os funcionários. A partir deste momento, deu-se início a luta armada pela libertação da Guiné-Bissau, que durou onze anos e na qual o PAIGC foi o projetor do plano da criação do Estado nação e arquiteto de todas táticas de luta.

No dia 24 de setembro de 1973 o PAIGC proclamou unilateralmente a independência do estado da Guiné-Bissau. Em outras palavras, o partido constituído por assimilados e alguns funcionários da administração colonial fundaram o Estado da Guiné-Bissau.

Importante destacar os acontecimentos acima descritos, não para detalhar a história da Guiné-Bissau, mas sobretudo para reconstruir o processo de formação da elite política guineense, na qual pode-se constatar que em grande maioria era formada por assimilado que de uma forma ou outra contribuíram com o poder colonial.

Importante lembrar que quando do retorno de Amílcar Cabral (considerado pai da nacionalidade guineense) para Guiné-Bissau em 1952, depois da sua formação em agronomia em Portugal, ele foi enviado como funcionário da Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais na Guiné portuguesa, isto é, ele era funcionário da administração colonial enviado para fazer recenseamento agrícola na estação agrícola de Granja de Pessubé. É perante esse trabalho que Amílcar Cabral aproveitou e criou clandestinamente o PAIGC com seus colegas.

Com a independência, o PAIGC assumiu pela primeira vez a complexa máquina burocrática para governar o país. A transferência do poder da mão dos colonialistas

portugueses para os libertadores (PAIGC) foi conquistada, mas o PAIGC carecia de estrutura técnico administrativo para governar no aparelho o Estado (SEMEDO 2009).

Durante o IIº congresso do PAIGC realizado no dia 23 e 24 de setembro de 1973 em Madina de Boé, o Estado da Guiné-Bissau ganhou a sua primeira carta magna, digamos constituição da República, que foi aprovado unanimemente por 120 deputados eleitores.

A primeira constituição da república da Guiné-Bissau estava repleta de fundamentos hegemônicos do PAIGC, declarando assim no artigo 4º da primeira constituição que o PAIGC “é a força dirigente da sociedade. (CONSTITUIÇÃO, 1973, p.12). Ainda o artigo 6º reforça a supremacia do PAIGC “Ele é a expressão suprema da vontade soberana do povo. Ele decide da orientação política da política do Estado e assegura a sua realização pelos meios correspondentes”.

De acordo com Teixeira (2015), o PAIGC controlava toda a vida social, econômica e política do país.

Nesse sentido, as relações entre a sociedade civil e o Estado eram exercidas tanto no nível administrativo quanto na prestação de serviços de abastecimento e comércio para a satisfação das necessidades básicas das organizações de massa, dependentes do Partido-Estado que sustentava a legitimidade da fundação da nação. (TEIXEIRA, 2015, p.204)

Vale a pena ressaltar que depois da independência o PAIGC adotou um regime com uma base militar muito forte e que caracterizou uma ditadura militar (SEMEDO, 2009). Os cargos políticos foram assumidos pelos militares. Portanto, para Semedo (2009, p. 41) “o que aconteceu foi apenas substituição de uma força repressora estrangeira por uma outra nacional igualmente repressora.”

A Guiné-Bissau pós-independência se tornou um estado ditatorial sob controle de Partido-Estado que foi o PAIGC. Alguns trabalhos sobre o tema acreditam que isto deu-se pela influência socialista e comunista durante o processo da luta de libertação. Porém partirei da hipótese de que as aspirações ditatoriais também é parte da herança colonial, lembrando que a própria elite nacional que fundou o Estado foi tutelado pelo poder colonial, e o exemplo de Estado que estes tinham era o Estado policial inspirado no modelo de estado colonial que toma a violência como mecanismo da sua atuação. E essa

herança colonial se tornou um empecilho na construção da democracia no momento pós-independência na Guiné-Bissau.

Não obstante, é importante salientar o desempenho das forças armadas durante a luta de libertação nacional, o país conquistou a independência “graças ao importante desempenho das forças armadas, que se caracterizavam como milícias armadas de guerrilha clandestina, ou seja, célula revolucionária ligada diretamente ao PAIGC e que tinha como objetivo maior derrubar o poderio militar português” (CARVALHO, 2010, p. 43).

As forças Armadas foram criadas pelo PAIGC como forma de combater a colonização. Depois da independência alguns chefes militares assumiram cargos políticos e assim se constituiu uma elite política tutelados pelos ex-colonizadores junto com líderes militares, instaurou-se estrutura perfeita para exercício do autoritarismo.

Partindo desses pressupostos, Carvalho (2010) acrescenta na sua assertiva,

Além disso, a cultura colonialista, que era criticada pelo PAIGC durante o período da colonização e luta armada foi mantida em outras formas; podemos citar algumas: desrespeito pelos direitos humanos, falta de segurança pública, repressão a liberdade de empresa e de expressão, baixo crescimento econômico e insegurança alimentar, perseguição e execução de várias personalidades civis e políticas do mesmo grupo político, tais como o major Robalo de Pina, Viriato Pan, Paulo Correa etc. (CARVALHO, 2010, p.45)

Portando, depois da independência conquistada em 1973 instaurou-se regime ditatorial com orientação militar promovido pelo PAIGC, o que na verdade anda em contramão com as promessas feitas durante a mobilização para a luta contra colonialismo.

Essas aspirações autoritárias devem ser consideradas parte da herança colonial inculcado nos assimilados que constituíram a elite política na Guiné-Bissau. Da independência em 1973 até nos momentos atuais “existe evidência suficiente de que qualquer intervenção armada não favorece as perspectivas das instabilidades políticas e democráticas no longo prazo” (CARVALHO, 2010, p. 46). Em suma, o processo para independência permitiu a criação de uma elite política que reproduziu o legado colonial nos períodos pós-independência instaurando assim a violência como seu modus operandi do Estado. As consequências dessa herança colonial atravessaram as décadas e se

manifestam até no período que o país adotou formalmente a “democracia”. As sequências de golpe de Estado e assassinatos perseguições políticas e assassinatos ilustram claramente a dinâmica do modus operandi do Estado guineenses herdado da colonização.

1.4 A desintegração da unidade entre a Guiné e Cabo-Verde

A luta armada travada contra os colonialistas portugueses não tinha só como objetivo a libertação da Guiné e Cabo-verde, também o PAIGC propunha a unidade entre esses dois países depois da luta da libertação. A proposta da integração de dois países com povos diferentes com laços históricos comuns começou durante a formação dos movimentos para libertação. A proposta feita pelo Amílcar Cabral “foi também, sempre, um fator de tensão e divisão do independentismo em ambos os territórios e é certamente, a explicação última das maiores crises que o PAIGC atravessou ao longo da sua história”. (SILVA 1997, p.51). A contestação da unidade Guiné-Cabo-Verdiano se insere na perspectiva de que os guineenses consideravam os cabo-verdianos mais próximo dos colonizadores, isto é, os mais privilegiados pelo poder colonial.

Na mesma perspectiva, Teixeira (2015) salienta que a unidade entre esses dois países foi contestada pelos dirigentes guineenses e cabo-verdianos do PAIGC, a ala guineense alegava que os cabo-verdianos eram privilegiados do sistema colonial por terem acesso a escola e ocuparem postos de serviços na administração colonial. Porém a tentativa de aniquilar o inimigo comum mostrava a necessidade de unir a força dos povos da Guiné e Cabo-verde contra o jugo colonial.

A unidade entre a Guiné e Cabo-verde estendeu-se assim até depois da independência. Eis a advertência feita no artigo 22º da primeira constituição da república. “Os indivíduos que, pela a sua ação ou conduta, atentem contra a unidade do povo da Guiné e Cabo-verde ou favorecem o colonialismo, o imperialismo, o racismo, ou o tribalismo, serão privados do exercício dos seus direitos políticos e liberdade fundamental do cidadão. (CONSTITUIÇÃO, 1973, p.17)

Mas, a união entre a Guiné e Cabo-Verde não durou por muito tempo. Em 14 de novembro de 1980 deu-se a desintegração entre esses dois países por intermédio de um golpe de Estado que tinha como principal protagonista João Bernardo Vieira (Nino Vieira) e os seus camaradas. Os protagonistas que lideraram o golpe denominaram o processo que destituiu o presidente Luís Cabral de movimento reajustador. O “movimento

reajustador” foi composto por um grupo de militares guineenses veteranos de guerra da libertação nacional.

Existia discordância no partido desde a sua fundação e essa discordância intensificou com o assassinato de Cabral em 20 de janeiro de 1973. Ala cabo-verdiana trocava de acusações com ala guineense apontando a responsabilidade da morte de Cabral uns aos outros. (TEIXEIRA, 2015, p.191)

O golpe de Estado de 1980 incitou novamente a crise entre essas duas alas. Os cabo-verdianos descontente com a destituição de Luís Cabral por meio de golpe de Estado desistiram do PAIGC e fundaram PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo-verde) sob a orientação de Pedro Pires. (TEIXEIRA, 2015, p.197)

Segundo Augel apud Teixeira (2015, p.195) “a justificativa foi de que o golpe de Estado, chamado de movimento reajustador seria a forma de preservar a memória do passado “tradicional” como contraponto à ‘modernidade’ definida pelo governo de Luís Cabral”.

Importante lembrar que as manifestações culturais africanas e manifestações étnicas no período pós-independência eram taxadas de tribalismo e tentativa de fragilizar a unidade nacional. Nessa perspectiva, depois da colonização o poder não estava mais nas mãos das autoridades tradicionais, porém o controle político estava sob domínio da nova elite que surgiu durante a colonização. Esses grupos instruídos pela visão ocidental tinham uma concepção de Estado diferente das autoridades tradicionais, assim se instaurou a dicotomia entre a “modernidade” (entendida como o modelo europeu de estado) e o “tradicional” (as formas dos grupos étnicos de organização da sociedade e do poder) na Guiné-Bissau, em que os poderes tradicionais são subordinados pelas instituições estatais modernos de modelo Europeu.

O movimento reajustador de 14 de novembro de 1980 mudou o discurso político, passou a reivindicar uma cultura guineense em oposição a unidade entre esses dois países. Esse novo discurso político recebeu apoio dos chefes tradicionais criando assim um pequeno espaço de reafirmação dos poderes tradicionais. A partir disso a presença étnica tornou-se importante nas principais formas de identificação nacional. (FERNANDES 1993)

A aproximação dos chefes tradicionais para o campo político, foi uma estratégia política usada pelo PAIGC para angariar eleitores quando percebeu que era inevitável a transição para a democracia. Visto que os líderes tradicionais (os régulos) possuíam uma influência muito forte na sociedade, eles poderiam atrair um número considerável de eleitores para um determinado partido devido a sua influência e carisma como chefe de uma determinada etnia. (FERNANDES 1993, p.48)

Mudou-se o discurso do Estado, mas as contradições entre o Estado e etnismo tradicional não cessou. Nos anos 1985-86 o Vice-presidente do Conselho da Revolução Paulo Correia, oficial de origem Balanta, e cinco outros juristas foram acusados de tentativa de golpe de estado e de tribalismo e seis outros oficiais foram condenados a pesadas penas de prisão (FERNANDES 1993 p.47).

O tribalismo nesse sentido referia-se à elevação da identidade étnica ou tribal em detrimento a ideia da nação, isto é, quando o indivíduo zela mais pela etnia do que pelo Estado-nação

Em suma, os Estados modernos africanos são pensados na perspectiva do modelo de Estado nação europeia, diz Chabal (1993, p.51). Entretanto, para Chabal (1993) a sociedade guineense não conseguia acompanhar a dinâmica que a modernidade trazia, visto que a sociedade guineense estava fragmentada em diversos grupos étnicos com hábitos em suas crenças tradicionais e dever de obediência aos chefes tradicionais. Enquanto que a ideia de Estado-Nação que se tinha se assentava na homogeneização da sociedade, isto é, um povo, uma fronteira uma língua uma bandeira e única identidade.

Com discurso baseado na construção do Estado-nação e da cultura nacional PAIGC-partido-Estado esmagava as diversidades étnicas em detrimento do discurso nacionalista. Alguns chefes tradicionais foram acusados de traidores da pátria por aliarem-se a administração colonial durante a colonização e perseguidos, assassinados publicamente. As manifestações étnicas eram reprimidas pelo discurso nacionalista na qual as culturas étnicas nacionais foram subjugadas em nome da nação. Mas advento democrático altera esse quadro de relação entre a elite política e os chefes tradicionais.

1.5 - O Estado da Guiné-Bissau e os desafios da democracia

A Guiné-Bissau ficou independente no ano de 1973, sete anos depois desintegrou-se de Cabo-Verde por meio de golpe de Estado ocorrido no dia 14 de novembro de 1980. Tal desintegração foi compreendida como consequência da rivalidade abafada entre ala cabo-verdiana e ala guineense desde a criação do PAIGC, esta situação estão descritas na sessão acima.

Depois da independência PAIGC assumiu o Estado e tinha que lidar pela primeira vez com a complexa máquina burocrática, sobretudo com os desafios de distribuição dos cargos públicos e garantir o bem-estar dos seus cidadãos. A complexidade da situação não se limita a primeira experiência do partido a governar, mas também contava com a escassez dos membros formados capaz de fazer a máquina pública funcionar (SEMEDO, 2010).

Para Semedo (2010) o país ficou independente perante uma condição peculiar “em que ainda não se formava uma estrutura técnico-administrativa nacional para assegurar a existência do novo Estado e dar continuidade aos desafios de governação” (SEMEDO, 2010, p.03). A situação se agravou quando o país se desintegrou de Cabo-Verde, sabendo que estes eram mais “instruídos nas técnicas burocráticas” naquele momento, por serem mais privilegiados dos colonialistas.

Nessa perspectiva, após a proclamação da independência, as Forças Armadas Revolucionaria do Povo, que era o braço armado criado pelo PAIGC na luta contra colonialismo, foram politizadas e partidarizadas até abertura ao multipartidarismo no ano de 1991 (GOMES, 2010). Nas formulações de Gomes (2010) depois da independência os militares passaram a intervir na vida política.

Estes foram despartidarizados no advento democrático mesmo assim continuam a intervir na política, violando a constituição e não submetiam ao poder político.

As Forças Armadas Revolucionárias do Povo, que outrora foram soluções encontradas pelo PAIGC, na organização da guerrilha para libertação nacional, com a independência do País, passaram a constituir um dos entraves à construção do Estado na Guiné-Bissau, devido a cultura da “supremacia militar” e da violência, somando-se ao défice de “boa governação” do poder político, incapaz de modernizar a Administração Pública e de dar respostas aos principais problemas económicos e sociais. (GOMES, 2010, p. 02).

Deste modo, instaurou-se a militarização do poder político durante regime de partido único estes ocuparam funções importantes no poder Executivo e Legislativo como deputados, ministros, primeiro-ministro e presidente de república. Tal situação se estendeu até momento que o país “adotou” a democracia, mas continua a saga da intervenção dos militares no poder político.

A Guiné-Bissau passa por momentos de instabilidade política desde a sua independência, tal situação era interpretada como ausência da democracia na sociedade guineense. Porém com advento da democracia proliferou-se imensamente as instabilidades políticas na qual evidencia-se acontecimentos que caminha em contramão das aspirações democrática. Assassinato de três Chefes de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), Ansumane Mané em 2000, Veríssimo Correia Seabra em 2004, Tagme na Waie em 2009, também, no mesmo dia foi assassinado no mesmo dia com presidente de República João Bernardo Vieira (CARVALHO, 2014).

Presidentes			
Eleito	Interino	Ano	Deposto por,
João Bernardo Vieira (PAIGC)		1994- 1999	Guerra Civil
	Malam Bacai Sanha (PAIGC)	1999- 2000	
Kumba Yalá (PRS)		2000- 2003	Golpe de Estado
	Henrique Rosa	2003- 2005	
João Bernardo Vieira (PAIGC)		2005-2009	Golpe de Estado que culminou com seu assassinato

	Raimundo Pereira (PAIGC)	Março à setembro de 2009	
Malam Bacai Sanha (PAIGC)		2009-2012	Faleceu, vítima de doença prolongada
	Raimundo Pereira (PAIGC)	Janeiro à Abril de 2012	Golpe de Estado
	Manuel Serifo Nhamadjo (PAIGC)	2012- 2014	
José Mario Vaz (PAIGC)		2014-2020	
Umaro Sissoco Embalo (MADEM)		2020	

Tabela 2: lista de presidentes

Em meio a esse cenário alguns políticos são exilados e outros impedidos de sair do país após a destituição inconstitucional (golpe de Estado), alguns foram espancados brutalmente pelos militares. Por outro lado, a imprensa e a população permaneciam sufocadas pelo medo de expressar perante as intervenções militares que estava acontecendo no poder político. Em meio a crônica crise institucional sucedido de sequenciais golpes de Estado, José Mario Vaz foi único presidente a chegar final do seu mandato.

Na Guiné-Bissau, assim como em alguns países da África, percebe-se a existência de uma íntima ligação entre o poder político com o poder militar. Tal ligação pode ser percebida ao longo da história durante o processo da formação dos Estados- Nação em África, isto é, na luta pela independência em que os militantes dos movimentos para libertação serviram como soldados da guerrilha contra os colonialistas. Na Guiné-Bissau

a independência é proclamada pelo General João Bernardo Vieira perante primeiro congresso de PAIGC na qual alguns combatentes foram condecorados de deputados da nação. Assim começou a militarização do poder político, tal situação seguiu-se até nos anos de 1991 na qual situação foi revogada legalmente na constituição quando se instaurou a democracia.

Esperava-se que democracia fosse capaz de cortar esse cordão umbilical entre o poder político e poder militar. Mas as evidências mostram o contrário visto que a democracia foi imposta pela pressão da FMI e Banco Mundial. Segundo Teixeira (2010), o PAIGC se submeteu à democracia apenas por pressão dos agentes econômico internacional que condicionavam a democracia como um dos requisitos para concessão de crédito para os países em desenvolvimento. Tal democracia não aspirava a igualdade, mas sim se centralizava nas eleições e também conduzia o país para uma relação econômica com países do “centro” do capitalismo. Neste sentido, pode-se afirmar que a tal democracia imposta zelava mais pelo mercado internacional na qual procurava facilitar o capitalismo. O último capítulo deste trabalho buscará elucidar este argumento.

CAPÍTULO 2 - FORMAÇÃO DA ELITE POLÍTICA GUINEENSE E CONFLITOS COM AUTORIDADES TRADICIONAIS: O PROBLEMA DO ESTADO-NACIONAL E OS GRUPOS ÉTNICOS

Todas sociedades têm as suas formas de relações de poder específicas e singulares. Em algumas sociedades as relações de poder são baseadas no mito, em outras elas se fundamentam no lugar que cada grupo ocupa na produção, e é essa hierarquização que chamamos de classe na sociologia. A classe é uma categoria importante para a sociologia, tendo sido difundida por Marx na tentativa de elucidar o avanço do capitalismo que proporcionou assim as formas de dominação e exploração sofisticada nos trabalhadores.

Mas o que seria classe na sociedade africana pré-colonial, sabendo que estes possuíam a forma de organização social diferente do modelo ocidental? Seria detentores de meios de produção versus os que não tem meios de produção? ou os que acumulam mais capitais económico, social e cultural versus os que acumulam menos esses capitais?

Essas categorias são importantes na definição de classe na concepção ocidental, porém, é importante lembrar que as sociedades africanas possuem segmentos étnicos que estruturam e estratificam a sociedade. Outrora a identidade étnica marcada por questões natural, ou seja, a relação de parentesco baseada ou construída como veracidade incontestável sobrepõe a categoria classe, visto que, estes não encontram um vínculo natural de ligação que é estabelecida por uma marcação simbólica construída na ideia de classe. Em outras palavras, nas sociedades africanas é mais notável as divisões étnicas do que a separação de classe.

Não obstante, dentro desses grupos étnicos existem ritos de iniciação que colocam certos indivíduos em lugar de tomada decisões em relação a indivíduos que não passa por tal rito de iniciação. Na etnia *balanta*, por exemplo, os que passaram por *fanado*¹¹ adquirem um status que lhes permitem participar nas tomadas de decisões independentemente das suas idades, riquezas ou seu conhecimento do mundo. Isso evidencia claramente que os fatores económicos não tem relevância no que se refere a

¹¹ *Fanado* é um rito de iniciação muito importantes para os grupos étnicos da Guiné-Bissau, tal cerimonia refere-se a circuncisão acompanhado de algumas instruções durante um determinado tempo na qual o indivíduo que passa por tal processo deixa de ser criança, isto é, se tornou um adulto capaz de tomar as decisões.

posição social do indivíduo na sociedade *balanta*. Essa forma de organização é comum nas sociedades horizontais da Guiné-Bissau. Amílcar Cabral usa o termo sociedade horizontal para designar grupos étnicos que não tem chefe máximo, mas que tomam decisões de forma coletiva em pequenas assembleias ou conselhos.

Mas a colonização impõe em África nova forma de vida e nova forma de organização social em todos âmbitos, tanto na vida política assim como no social. Em Guiné-Bissau instaurou-se novas formas de hierarquização social, e surgem novas “classes”, e a escola e as igrejas desempenharam o papel importante nessa formação. Na perspectiva religiosa, as religiosidades africanas eram consideradas “superstições idolatria, alma do diabo, magia, feiticismo, animismo politeísmo, culto dos antepassados, ou produto de obscurantismo, e brilhante poder de imaginação” (CABRAL, 1988, p. 44) No âmbito de saber o conhecimento africano era considerado pré-lógico, e a sua forma de vida era considerado primitiva.

Cardoso (2004) procura o surgimento da elite política guineense nas sociedade pré-colonial. Para o autor, a formação da elite política guineense é marcado por um processo de ruptura e reconfiguração, porém “podemos dizer que a recomposição dos actores políticos e a diversificação das trajectórias seguidas não provocaram uma verdadeira renovação da elite, nem na sua composição social, nem no seu comportamento” (CARDOSO, 2004, p. 28).

Os povos autóctones que viviam na região atualmente chamada de Guiné-Bissau, viviam em grupos étnicos, cada grupo ocupava seu território e possuíam formas de organização social e política diferente. Os traços que marcam a forma da organização política desta sociedade são: “1) fraca estratificação e hierarquização política e 2) baixo nível de centralização do poder político e 3) uma fraca e até ausente elite política digna desse nome.” (CARDOSO, 2004, p.11).

Com passar do tempo as sociedades autóctones começaram a se relacionar com grupo étnicos que tinham formas da organização social, política e económica diferente, isto é, grupos que sofreram influencia islâmica vindo do Norte da África, caso dos *Mandingas e fulas*.

Estima-se que durante o século XVIII deviam existir entre setenta a oitenta diferentes reis e chefes tradicionais (leading chiefs) que reinavam simultaneamente no que outrora correspondia ao actual território da Guiné-Bissau, mas todos estavam submetidos, de uma maneira ou outra, ao reino mandinga [...]Com efeito, o mais importante deste sistema político foi o império mandinga do Gabú que se tinha estabelecido como um centro tributário do Império do Mali em 1250. Neste Reino havia uma classe política

nhanto, da qual se podia destacar nomes como Tirakhan Traoré e Mansa Sama Coli. Os membros da família Sane e Mane eram os que governavam as quarenta e quatro províncias do Gabu. Este reino conseguiu manter-se até finais do século XVIII e princípios do século XIX, altura a partir da qual se enfraqueceu devido ao conflito entre os feudos e às guerras para o controle do comércio. Aliás, a guerra de Kansala em 1867 saldou-se por uma derrota desta classe. (CARDOSO, 2004, p. 11)

Para Cardoso (2004) o que poderia ser considerada elite política tradicional africana foi contraído pela colonização. “Não se verificou uma ‘recuperação’ da elite política tradicional nas estruturas do Estado moderno.” (CARDOSO, 2004, p. 12).

Deste modo, a formação da elite política guineense moderna está relacionada à dois acontecimentos históricos. A primeira refere-se à efetivação da colonização, o segundo diz-respeito a integração de uma camada social de origem africana nas estruturas institucionais da dinâmica política Colonial. Tal camada era formado por mestiços e assimilados, que dizer que não são puramente “indígenas”.

Ainda no século XVII surgiu camada de luso-africanos que serviam como parceiro de comercio com os portugueses, e estes luso-africanos tinham grande autonomia na qual exerciam funções de líderes nos postos de comercio. Tais luso-africanos fortificaram os laços por meio de casamentos endógamicos com nativos, comerciantes cabo-verdianos e junto com grumetes (africanos cristianizados) fortificaram as suas identidades para gerenciar seus negócios.

Não obstante, durante a colonização quanto mais os nativos se assimilaram a cultura europeia mais status social ganhava durante a colonização. Deste modo, surgiu várias categorias de distinção, como, civilizados, assimilados, gumets, cristons de praça, gentios indígenas etc.

De acordo com Monteiro (2013, p. 151) “raros foram os estudos que evidenciaram em uma das colônias portuguesas uma ampliação do sistema de ensino para as populações de modo geral, pois era prioritária para os brancos e para os negros assimilados”. Vale salientar que a educação estava sob a incumbência das escolas missionaras da igreja católica.

A Escola e o Estado tornaram-se, por conseguinte lugares históricos de formação de classes. Estas instituições são o berço do que mais tarde virá a chamar-se de “pequena burguesia burocrática”, ou seja, o universo daqueles que detêm habilitações escolares, dominam a língua portuguesa e são empregados públicos ou em setores diretamente ligados ao Estado (PERREIRA, apud MONTEIRO, 2013, p. 151)

Por meio das escolas e igrejas surgiu-se nova classe dos guineenses assimilados na qual historiadores guineenses chama de pequena burguesia burocrática. Então, são esses grupos de assimilados que tiveram acesso à escola e bolsa de estudo para Portugal que criaram os movimentos para luta de libertação durante a fase da resistência secundária e com apoio das massas camponesas conseguiram expulsar os colonizadores, conseqüentemente acabaram de reproduzir a lógica colonial nos momentos pós independência. Assim se formou a classe política guineense.

De acordo com Cardoso (2004) a elite que surgiu durante a colonização reconfigurou-se várias vezes ao longo do tempo. Houve a ruptura durante a colonização a partir da qual essa elite política se reconstituiu com as camadas mais baixas para a luta de libertação. “A elite da luta vai recrutar os seus membros das camadas mais baixas da sociedade colonial, mesmo se os seus elementos possuíam alguma formação, formação essa que, no entanto, não passava, na sua maioria, do 5º ano do liceu.” (CARDOSO, 2004, p.15).

Assim, torna-se evidente que a formação da elite política guineense foi influenciada pela colonização. Isto é, “numa tentativa de constituição de uma classe de intermediários entre o poder colonial e as populações locais para facilitar os contactos entre as estruturas implantadas pelo Estado colonial e as estruturas ditas tradicionais.” (CARDOSO, 2004. p. 16). Esta situação criou grupos de africanos privilegiados, e este grupo era formado majoritariamente por mestiços cabo-verdianos e guineenses e alguns nativos convertido ao cristianismo chamados *crístons de praça*. E beneficiavam das formações educacionais pelas escolas missionárias na qual foram ensinadas a língua portuguesa e aprenderam sobre a cultura ocidental, e tais situações permitiram que estes se tornarem funcionários da administração colonial. Para Cardoso (2004), esta elite não adquiriu apenas o conhecimento científico durante as suas formações, mas também foram ensinados na moral e conduta dos colonizadores. Enfim, Cardoso (2004, p. 16) conclui que “Muito da elite política guineense actual terá passado, portanto, pela ‘escola dos padres’”.

É dentro dessa camada social que surgiu o movimento para a luta de libertação nacional, nas assertivas de Amílcar Cabral estes eram grupos que conheciam o mecanismo do funcionamento do poder colonial, também eram aptos para dirigir a luta contra tal sistema e desmantela-lo, e capaz de substituir o Estado colonial constituindo assim uma elite política. (CARDOSO, 2004).

Deste modo, pode-se afirmar que o PAIGC foi formado por grupos de assimilados privilegiados, posteriormente agregou as outras camadas sociais para desencadear a luta para libertação contando com a participação dos chefes tradicionais.

Os assimilados mais esclarecidos, isto é, com mais nível de escolaridade, constituíram a direção do PAIGC enquanto os nativos constituíram o braço armado (soldados). A elite política constituída por assimilados assumiu o Estado no período pós-independência, as suas ações não se diferenciavam muito das práticas coloniais portuguesa. Instaurou-se monopartidarismo, na qual o poder ficou centralizado apenas no PAIGC, “Todo o desenvolvimento de uma classe que escapasse ao controle do grupo dos que vieram da luta ou que não caísse nas graças destes, foi morto ainda em embrião, pelo menos até 1991” (CARDOSO, 2004, p.20). Nesse fio de raciocínio, Cardoso (2004) afirma que,

A elite política actual sofre por isso de duas heranças negativas: de uma política repressiva colonial que não deixou que se formasse uma elite política autóctone e mais tarde, da do Estado pós-colonial que, por causa de uma política repressiva de partido único, não permitiu igualmente o desenvolvimento de uma sociedade civil autónoma e muito menos a constituição de uma classe política independente das estruturas de poder do partido único. (CARDOSO, 2004, p. 20)

Depois da independência, constitui-se uma elite política que herdou as aspirações autoritária do colonialismo. E essa herança colônia não permitiu a retomada das formas de organização política, social e económica puramente africana que se verificava na África pré-colonial. Quer dizer que contrapõe todas formas de organização do poder tradicional. O PAIGC dirigiu o país durante dezoito anos de regime de Partido Único.

E esta elite vai se renovando nos anos pós-independência. No ano de 1980 a elite cabo-verdiana se afastou do PAIGC devido ao golpe de Estado de 14 de novembro por meio da qual se desfez o sonho da unidade entre dois país, estes por sua voz criaram em Cabo-verde PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo-Verde).

Esperava-se que a abertura democrática nos anos de 1991 trouxesse novos atores no cenário político e novas forma de fazer política, porém, evidenciou-se o contrário, a ausência de cultura democrática.

Não houve a interiorização da cultura democrática no seio dos partidos políticos, isto é, a maioria dos partidos políticos se resume ao seu líder, com base social fraca “a democracia interna só funciona no sentido do respeito escrupuloso do que o líder diz e decide. A voz dos restantes membros do partido pouco conta. As estruturas e instâncias do partido funcionam com muita deficiência”. (CARDOSO, 2004, p. 27).

Vale salientar que a maioria dos partidos que vai surgir durante abertura democrática foram criados por dissidentes do PAIGC, isto é, os menos privilegiados do partido que não tinham espaço no cenário político.

Ao criarem seus partidos estes reproduziram as formas autoritárias apreendido no PAIGC. É nesse quesito que Cardoso (2004) afirma que a liberalização política não trouxe nada de novo que não seja a renovação da velha elite política

Em conclusão, podemos dizer que a recomposição dos actores políticos e a diversificação das trajectórias seguidas não provocaram uma verdadeira renovação da elite, nem na sua composição social, nem no seu comportamento. Observamos uma permanência e até uma exacerbação de certas práticas políticas, ligadas aos mecanismos de legitimação e das modalidades de representação política, com a predação e a corrupção, a ponto de devermos perguntar a quem serve a democracia. Outro modo de colocara a questão é se esta renovação é uma condição imperiosa ao processo de transição política e para a consolidação da democracia? (CARDOSO, 2004, p. 29).

Em suma, a estrutura política que se criou depois da colonização herdou as paixões autoritárias do colonialismo, e essas formas de poder reprime o poder tradicional africano, nega existência de outras formas do poder que não seja a ocidental. E essa herança forneceu a base para instalação da democracia que reprime as aspirações democráticas. Em outros termos, a herança colonial permitiu a existência da democracia reduzida a eleições, porque o povo ainda vive sob domínio de um estado policial em que as manifestações da liberdade da expressão custam vidas.

2.1 - Amílcar Cabral e a ideia de Estado Nação e a cultura nacional

Amílcar Cabral, herói revolucionário que lutou para emancipação dos países africanos, é conhecido como pai e fundador da nacionalidade guineense e cabo-verdiano. Foi assassinado no dia 20 de janeiro de 1973, isto é, sete meses antes da proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau. Amílcar Cabral foi vítima da traição dos próprios companheiros que agiam em proveito do poder colonial português.

De acordo com a literatura guineense, Amílcar Cabral nasceu em Bafatá, região leste de atual Guiné-Bissau. Filho de pais cabo-verdianos, Juvenal Cabral que estava atuando na antiga Guiné-portuguesa (atual Guiné-Bissau) como professor e Iva Pinhel Évora, proprietária de um pequeno negócio particular (LOPES, 2011). Os pais de Amílcar migraram para Guiné-Bissau em busca de melhores condições de vida devido à seca que assolava cabo-verde na época. Posteriormente voltaram para Cabo-verde onde Amílcar

concluiu o ensino secundário com êxito na ilha de São-Vicente. Com isto, conseguiu bolsa de estudo para Universidade de Lisboa onde se formou em agronomia.

De acordo com Lopes (2011), Amílcar Cabral foi um aluno brilhante durante a sua formação. Ainda como estudante, engajou-se no movimento nacionalista que tinha como pauta a libertação das antigas colónias portuguesas. Cabral tornou-se referência para os grupos de estudantes africanos provenientes das diferentes colónias portuguesas que estavam nas universidades portuguesas.

Conjuntamente, Cabral e outros estudantes africanos criaram o Centro de Estudos Africanos, que tinha como objetivo a “africanização¹²” dos espíritos contra a política de assimilação.

Esta geração de jovens intelectuais africanos formada neste período em Portugal ficou conhecida como a geração de Cabral “em reconhecimento a sua liderança intelectual e estratégia e o seu empenho pessoal na consolidação dos movimentos unificados” (LOPES, 2011, p.09). Foram estes jovens intelectuais da “geração de Cabral” os principais agentes e lideranças dos processos de independência dos países africanos da língua portuguesa.

Depois de formado, Cabral voltou para Guiné-Bissau em 1952, contratado pela administração colonial como engenheiro agrônomo para participar no recenseamento agrícola. Esta situação permitiu à Cabral ampliar seu conhecimento sobre a realidade do seu país “natal” e criar redes de relações com a população local. Também é nessa altura que Amílcar Cabral aproveita a oportunidade para criar um grupo esportivo com caráter cultural e político. Porém o clube durou pouco tempo, uma vez que a autoridade colonial proibiu suas atividades devido ao seu caráter anticolonial.

Em meio a esta situação, e por conselho de um amigo, Cabral deixa a Guiné-Bissau e vai para Angola, onde participou da criação do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA). Após um tempo em Angola, Amílcar Cabral regressou para Guiné-Bissau e junto com seus colegas criaram o PAIGC em 1956, partido que travou a luta contra colonialismo.

¹² Para Cabral africanização dos espíritos refere-se a reconversão dos assimilados, isto é, a valorização das culturas africanas

Nos anos de 1960 - considerado ano da “independência africana” - Cabral denunciou fortemente o colonialismo português. Desta maneira, o nome de Cabral foi associado à de outras nacionalista que travaram e tematizaram as lutas anti-coloniais, tais como Franz Fanon, Patrice Lumumba, Kwame Nkrumah etc. (LOPES, 2011)

Para Cabral a luta pela independência é acima de tudo uma luta política (e não puramente militar) “portanto, a vitória só seria possível se os movimentos de libertação conseguissem primeiro articular posições políticas, e só depois Justificar a ação militar.” (LOPES, 2011, p.09). Nas páginas seguintes procuraremos elucidar as posições política de Cabral e a sua ideia de Estado-nação, e o conceito de “homem novo”, que tiveram importante impacto na luta anticolonial na Guiné Bissau e nas representações que deram margem a formação do estado Bissau-guineense.

Ao cair do pano do regime colonial português na Guiné-Bissau, isto é, poucos meses antes da independência, Amílcar Cabral foi assassinado por agentes infiltrados da PIDE (Polícia Internacional de Defesa de Estado) no dia 20 de janeiro de 1973. Assim, Cabral não teve oportunidade de ver seu país dar os primeiros passos de sua independência. O seu partido, PAIGC, se incumbiu de levar adiante as suas ideias depois da independência.

Cabral se tornou parte importante da história guineo-caboverdiana. Na Guiné-Bissau, Cabral tornou-se uma lenda forjada sobre seguinte frase “*Cabral Ka murri*” quer dizer “*Cabral não morreu*”, é um dito popular ainda hoje na Guiné-Bissau para invocar o espírito de luta e sacrifício por ele ressuscitado (MENDY, 2011, p.15).

Quais eram as ideias de Cabral para a pós-independência? Qual era a sua ideia de Estado-nação? O que significa para ele o “homem novo”, que a luta pela independência traria? Como estas noções marcaram a formação do estado independente da Guiné-Bissau e impactaram a sociedade? São essas perguntas que procurarei responder a seguir.

2.2 - Amílcar Cabral: luta de libertação como ato cultural

Durante a sua ação política contra o colonialismo português, Amílcar Cabral tomou a cultura como fator de resistência. Cabral (2011) considera que existe uma relação de dependência e de reciprocidade entre a luta de libertação nacional com a cultura. Visto que o colonialismo se afirmou sob um dilema cruel; liquidar ou assimilar, “com efeito,

pegar em armas para dominar um povo é, acima de tudo, pegar em armas para destruir ou, pelo menos, para neutralizar e paralisar a sua vida cultural” (CABRAL, 2011, p. 357).

Para Cabral (2011) o colonialismo não se resume apenas na ocupação e exploração das forças produtivas das sociedades africanas, mas também ele é um processo de destruição cultural dos povos autóctones, por esta razão o colonialismo português implantou a política de assimilação nas suas colônias.

A política de assimilação, neste sentido, refere-se todo a um processo burocrático baseado em alguns requisitos, que passam do nível de escolaridade ao âmbito social, e a mudança de hábitos, isto é, abandono de costumes africanos para adotar costumes europeu (português). Quer dizer ter no mínimo nível de escolaridade de 4ª classe¹³, declarar não praticar usos e costumes africanos. Passando por este processo, era concedido Bilhete de Identidade do assimilado, tal documento garante o privilégio de estar no lado dos brancos.

Ao tomar consciência das estratégias colonial, Amílcar Cabral reconhece a centralidade e a importância da cultura dos considerados “indígenas” no processo da luta para libertação nacional,

É que, enquanto existir uma parte desse povo que possa ter uma vida cultural, o domínio estrangeiro não poderá estar seguro da sua perpetuação. Num determinado momento, que depende dos factores internos e externos que determinam a evolução da sociedade em questão, a resistência cultural (indestrutível) poderá assumir formas novas (políticas, económicas, armadas) para contestar com vigor o domínio estrangeiro. (CABRAL, 2011, p. 357).

Para Cabral a luta para libertação nacional é também sinónimo de resistência cultural.

Para dominar, segundo Cabral (2011) o colonialismo projeta duas estratégias alternativas para domínio imperialista: a primeira se refere a aniquilar ou liquidar toda a população dominada das colônias evitando assim possibilidade de eventual resistência cultural, a segunda alternativa, dominar sem afetar a cultura do povo dominado, quer dizer adaptar-se o domínio económico político com a personalidade cultural do povo dominado.

A primeira hipótese foi comprovada pela história: “implica o genocídio da população indígena e cria um vácuo que rouba ao domínio estrangeiro conteúdo e objecto:

¹³ Quarta classe, equivalente ao ensino fundamental era um dos requisitos para que um “cidadão” das antigas colônias portuguesa em África adquirissem um documento de identidade (Bilhete de Identidade).

o povo dominado”. (CABRAL, 2011, p. 358). Para Cabral (2011) não existe comprovação histórica da segunda alternativa, porque de modo algum será possível harmonizar a dominação política e económica com a personalidade cultural de um povo sem que haja resistência. Portanto,

Para fugir a esta alternativa- que poderia ser chamada o *dilema da resistência cultural*- o domínio colonial imperialista tentou criar teorias que, de facto, não passam de grosseiras formulações do racismo e se traduzem, na prática, por um permanente estado de sítio para as populações nativas, baseado numa ditadura (ou democracia) racista. (CABRAL, 2011, p. 358)

A teoria de assimilação é um exemplo das formulações racistas que procura negar cultura dos povos colonizados. “O nítido fracasso desta ‘teoria’, posta em prática por algumas potências coloniais, entre as quais Portugal, é a prova mais evidente da sua inviabilidade, se não mesmo do seu carácter desumano. (CABRAL, 2011, p. 358).

Nas concepções de Cabral, a cultura é um fator de resistência contra qualquer tipo de dominação, seja ela política ou económica. O drama do domínio colonial estrangeiro mostra a relação de dependência e reciprocidade existente entre fato cultural e fato económico/político nas relações humanas, segundo Cabral (2011).

A cultura é, nada mais nada menos, algo que resulta da ação conjugada das atividades políticas e económicas, a expressão dinâmica do tipo da relação existente que prevalece entre homens, entre grupos sociais, entre homem e a natureza, entre camada sociais ou classes. Por esta razão a cultura é de suma importância no processo da resistência ao domínio estrangeiro “no facto de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar” (CABRAL, 2011, p. 359). A cultura é fruto da história de um povo, de mesmo modo, ela também determina a história pela influência positiva ou negativa que exerce na relação entre homens ou diferentes grupos sociais. Portanto, ignorar a cultura como fator de resistência explica o fracasso de alguns movimentos da libertação.

Cabral tinha consciência da particularidade africana, isto é, da diversidade cultural em Guiné-Bissau, assim como em outros países africanos, e resgata a cultura dos dominados como fator de resistência contra colonialismo.

Enquanto a principal característica da dominação imperialista é negar progressivamente o processo histórico de um povo por meio de ação criminosa de usurpar de forma violenta a liberdade do processo do desenvolvimento das forças produtivas, as

culturas dos povos dominados serviram como fator de resistência por ser fator importante da história do povo para recontar a história negada pelo colonizador.

Para Cabral a cultura é resultante da história como a flor resulta da planta, a cultura é a história que tem como base material nível das forças produtivas e modos da produção na qual suas raízes se encontram nas estruturas mais fértil a realidade material que fertilizam “meio em que se desenvolve e reflecte a natureza orgânica da sociedade (CABRAL, 2011, p. 360).

Se a história permite conhecer a natureza e a extensão dos desequilíbrios e dos conflitos (económicos, políticos e sociais) que caracterizam a evolução de uma sociedade, a cultura permite saber quais foram as sínteses dinâmicas, elaboradas e fixadas pela consciência social para a solução desses conflitos, em cada etapa da evolução dessa mesma sociedade, em busca de sobrevivência e progresso. (CABRAL, 2011, p. 360).

A cultura, para Cabral, é assim o processo da busca da sobrevivência fixada na dinâmica da consciência social.

Nos anos cinquenta intensificou-se as manifestações culturais, como expressão de força de afirmação da identidade cultural dos colonizados, e esta afirmação da identidade africana pode ser caracterizado como ato da negação da cultura do opressor. É evidente que houve resistência cultural desde primeiros momentos da colonização, porém a intensificação da afirmação das identidades nacionais proporcionou estruturação para desenvolvimento dos movimentos da libertação.

Para Cabral a luta para libertação dos povos africanos consiste em reconquistar os direitos inalienável usurpado pelo colonialismo, quer dizer, libertar as forças produtivas nacionais do domínio estrangeiro consequentemente traçando assim de maneira livre modos de produção apropriado a evolução da sociedade libertada, e esta situação abre novas perspectivas para o processo cultural do povo libertado. Então, para Cabral o movimento da libertação nacional é a expressão política organizada da cultura dos povos que estão resistindo a opressão colonial.

A direção do PAIGC, partido criado por Cabral e agente da luta anti-colonial, foi (e é) constituída, na sua maioria por grupos de assimilados instruídos pela administração colonial e são estes que constituem a elite política guineense, e por outro lado encontra-se a massa camponesa que alinharam na fileira de luta na qual constituíram o braço armado do partido. Amílcar Cabral tinha consciência da profunda cisão causada pelo colonialismo no seio da sociedade africana, por esta razão os que constituem a direção do movimento devem “assim ter uma noção clara da cultura no âmbito da luta e conhecer

profundamente a cultura do seu povo, seja qual for o nível do seu desenvolvimento económico” (CABRAL, 2011, p.362).

Para Cabral era necessário a *reconversão dos espíritos* dos assimilados, porque,

Como resultado desse processo de divisão ou de aprofundamento das divisões no seio da sociedade, sucede que parte considerável da população, especialmente a “pequena burguesa” urbana ou campesina, assimila a mentalidade do colonizador e considera-se como culturalmente superior ao povo a que pertence e cujos valores culturais ignora ou despreza. (CABRAL, 2011, p.363)

A necessidade da *reconversão dos espíritos* consiste em evitar que os assimilados reproduzem da mentalidade colonial, tal situação pode proporcionar implicações diretas no movimento para a libertação nacional. E este processo de *reconversão dos espíritos* refere-se ao processo de *rafricanização* “no nosso caso- pode verificar-se antes da luta, mas só se completa no decurso dela, no contato quotidiano com as massas populares e na comunhão dos sacrifícios que a luta exige” afirmou Cabral (2011, p.363). Doravante, é necessário a vigilância cultural para que os indivíduos não convertidos, ou seja, não *rafricanizados* isto é, os que ainda não perderam os seus preconceito cultural e de classe não ocupar os elevados postos do movimento da luta, para que não comprometem a resistência.

Cabral nesta senda faz chamada “de volta às origens” o que Aimé Césaire (1983) escreve no “Diário de um retorno ao país natal”, isto é, a busca pela superação das camadas impostas pela colonização, que blinda o negro a se enxergar a si mesmo como homem detentor de cultura e história. A *rafricanização* dos espíritos, ou seja, “de volta às origens” é a busca incessante pela democracia na qual os colonizados deveriam se empenhar todos, em outras palavras “é uma reconversão ideológica às metas da africanização. É uma reorientação espiritual da parte dos africanos alienados, para que reposicionem positivamente em relação à luta pelo controle das forças produtivas” (VAMBE; ZEGEYE, 2020, p.40). Nesta senda Amílcar Cabral, assim como Frantz Fanon, nos ajudam a compreender a dimensão psicológica da colonização, isto é, desajustes psicológicos provocados pela própria educação colonial que desenvolve a alienação cultural nos colonizados.

2.3 - Cultura Nacional: algo a definir progressivamente

Amílcar Cabral aponta e reflete sobre a existência da diversidade étnica na Guiné-Bissau, considerando que cada etnia tem a sua própria cultura e sua língua própria. A luta para libertação nacional deve ser no plano cultural, isto é, tomar como base a cultura popular independentemente da diversidade cultural que o país apresenta.

A recusa da identidade cultural do colonizador caracteriza a primeira fase do movimento da libertação nacional, mas a contestação desta identidade do colonizador só pode acontecer com êxito “com base na cultura das massas trabalhadoras do campo e das cidades, incluindo a ‘pequena burguesia’ nacionalista (revolucionária) reafricanizada ou disponível para uma reconversão cultural” (CABRAL, 2011, p. 365).

As ideias de Cabral não se limitavam apenas na desocupação territorial dos colonialistas em Guiné e Cabo-Verde, mas também este propõe a criação de um Estado-Nação e uma cultura nacional. Para Cabral a cultura nacional é algo a ser definido progressivamente durante o período da luta para libertação nacional, por esta razão, por mais complexa que seja a panorama cultural, o movimento de libertação deve saber distinguir o que é positivo e negativo, o essencial e o secundário, distinguir o progressivo do reacionário, criando assim orientação básica de uma ideia apanágio da cultura nacional.

Nas palavras de Cabral,

Para que a cultura possa desempenhar o papel importante que lhe compete no âmbito do desenvolvimento do movimento de libertação, este deve saber preservar os valores culturais positivos de cada grupo social bem definido, de cada categoria, realizando a *confluência* desses valores no sentido da luta, dando-lhes uma nova dimensão- a *dimensão nacional*. Perante esta necessidade, a luta de libertação é, acima de tudo, uma luta tanto pela preservação e sobrevivência dos valores culturais do povo como pela harmonização e desenvolvimento desses valores num quadro nacional. (CABRAL, 2011, p. 366).

A luta para emancipação proporcionou a unidade política de diferentes grupos étnicos e diferentes grupos sociais de camadas distintas. Para Cabral (2011) esta unidade política implica unidade cultural, e é parte fundamental para a luta de libertação. Esta unidade significa a identificação absoluto do movimento de libertação com a realidade do meio e com dificuldades e os desejos principais do povo. E o processo da unidade cultural “deve harmonizar os interesses divergentes, resolver as contradições e definir os objetivos comuns, procurando a liberdade e o progresso” (CABRAL, 2011, p. 366).

Tendo em conta a pluriculturalidade e a diversidade étnica que a sociedade africana apresenta, Cabral acreditava que a luta para libertação nacional é um processo de construção da identidade nacional, ou seja, é um processo de fabricação de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008) pelo qual nascerá a cultura nacional.

As ideias acima apresentadas de Amílcar Cabral nos possibilitam compreender a importância que Amílcar Cabral atribuía a cultura como instrumento importante para a resistência contra colonialismo português. Também as ideias acima nos ajudam a entender a ideia de Estado-Nação idealizado por Amílcar Cabral, considerado pai do nacionalismo guineense e cabo-verdiano. Na sessão seguinte esboçarei sobre a ideia de Estado-Nação proposto por Amílcar Cabral.

2.4 - Estado nação em África: a perspectiva de Amílcar Cabral e o nascimento do “homem novo”

Após a segunda guerra mundial houve reboição no plano geopolítico internacional, isto é, aconteceu uma série de mudanças significativas tanto nos países da Europa, África, Ásia e América. No início dos anos de 1950 o continente africano foi permeado pelas lutas de libertação nacional e os anos de 1960 até o final dos anos de 1970 são conhecidos como auge da independência dos países africanos.

Para além da magnífica vitória dos países africanos frente a dominação colonial, a independência destes países abriu “à vaga de democratização do Sul europeu, que começa em Portugal e se estende até a Espanha e a Grécia.” (WICK, 2011, p. 70).

De acordo com Alexis Wick (2011) a Revolução de Cravos de abril de 1974 (marco do início da terceira onda de democratização) que destituiu o governo fascista de Portugal é a consequência imediata das guerras coloniais, sendo que Revolução de Cravos foi liderado por chefes militares e milícias que constituíram a MFA (Movimento das Forças Armadas) que participaram na guerra colonial. Maioria destes chefes militares tiveram as suas construções ideológicas em África influenciados por meio das propagandas dos movimentos da libertação.

Os anos de 1960 são conhecidos como anos do nascimento do nacionalismo africano (MONTEIRO, 2013). De acordo com Sousa (2008) o nacionalismo africano nasce das entranhas do colonialismo, e com a influência do pan-africanismo e negritude tentando resgatar as ideologias identitárias dos povos colonizados.

Mas o que é nacionalismo africano? Essa é a pergunta que se pretende responder nessa sessão e abordarei a perspectiva de Amílcar Cabral para elucidar sobre o pensamento nacionalista africano.

Amílcar Cabral acredita que não era possível que a luta para libertação fosse desenvolvida por uma classe, ou por grupos étnicos de forma separada, nesta senda, o líder do PAIGC propunha a união de todos os grupos étnicos e de todas as camadas sociais, principalmente a que chama de “pequena burguesia”, e a unidade dos povos da Guiné e Cabo-Verde. O interlocutor entrevistado nesta pesquisa confirma a tese de Cabral acima posto, afirmando que,

Se na Guiné-Bissau tinha muitos partidos para lutar contra o colonialismo português não iam conseguir a independência, por isso os filhos da Guiné entenderam que para vencer esta dura batalha, conquistar a independência é preciso sermos unidos em torno de um movimento, o movimento chamava-se PAIGC. (entrevista realizado, 25/11/2019)

É por meio desta unidade que nascerá o novo Estado-Nação com uma cultura nacional e um “homem novo” (SOUSA, 2008). Porém, para Cabral a única classe capaz de conscientizar e dirigir os restantes na luta para a libertação nacional é a pequena burguesia revolucionária. Também é a única capaz de “herdar todo o aparato de Estado colonial por alturas da independência. Todavia, a ruptura ou o regresso à História – isto é a revolução só se consumaria com o seu suicídio enquanto classe”. (SOUSA, 2008, p. 164).

Vale salientar que, além da influência pan-africanista e de negritude, a maioria dos nacionalistas africanos também tiveram influência ideológica do marxismo-leninismo. Por esta razão, a ideia de nação de Cabral era baseada em *nação-classe*, como forma de representar a união de todos os estratos sociais e de todos grupos étnicos do povo da Guiné e Cabo-Verde.

Para Wick (2011) o problemático do nacionalismo africano é que ele adota a “categoria *nacional* (definido nos termos da história europeia) como entidade suprema da modernidade e do progresso” (WICK, 2011, p. 76). Ainda o autor frisa que se constituiu o *nacionalismo antecipativo*, isto é, um pensamento utópico construído pelos nacionalistas africanos para construir um mundo novo e um “Homem novo” onde será eliminado toda a essência do colonialismo. Para Wick (2011) *nacionalismo antecipativo* é uma inspiração jacobiana que não aceita outros graus das identidades intermediárias entre a pessoa e a nação, misturando assim a cidadania e a identidade. Para os nacionalistas africanos que,

Tendo sua influência de uma tradição racionalista ocidental baseada na idealização do Estado, o discurso do nacionalismo anteciptivo pressupõe a homogeneização identitária da população, tornada possível pelo “apagamento” das estruturas sociopolíticas do passado local a favor de uma entidade radicalmente nova e moderna, “nação” (cujo a cidadania idealizado é o “homem novo”). Assim a idealização do Estado é aliada a incapacidade de imaginar a criação de um Estado sem nação (porque o próprio léxico do Estado-nação tornou-se “uma analogia legitimamente frente ao processo europeu do século presente” para os movimentos ante coloniais no decorrer do século XX.) (WICK, 2011, p. 76)

Nas assertivas acima postas por Wick (2011) vemos que o discurso da construção do Estado-nação proporcionou a tentativa de homogeneização da sociedade permeada por mosaico da diversidade étnica. Isto é, o discurso de Estado-nação caminha em contramão com a diversidade étnica, pluralidade e diferença por ser uma ideia puramente ocidental que mescla a nacionalidade com cidadania, apagando assim existência de outras identidades.

Cabral afirma que,

Um povo que se liberta do domínio estrangeiro não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem subestimar a importância dos contributos positivos da cultura do opressor e de outras culturas, retome os caminhos ascendentes da sua própria, cultura que se alimenta da realidade viva do meio, e negue tanto as influências nocivas como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras. (CABRAL, 2011, p. 361)

Cabral estava tentando forjar a cultura nacional, que seria nada mais nada menos que a mistura dos traços culturais positivos de todos grupos étnicos, sem esquecer a contribuição positiva da cultura do opressor isto é, tomando a língua portuguesa como fator da unidade nacional.

A ideia de Cabral sobre a nação carece da diversidade e caminha para homogeneização da sociedade. (É aqui se reside a contradição de Paulo Freire e Amílcar Cabral, enquanto Cabral acredita que a língua portuguesa é a riqueza que os colonizadores portugueses deixaram para os colonizados, Freire pensa contrário que os africanos nativos guineense devem ser educados nas suas línguas nativas, porque a língua também é um instrumento de dominação).

Contudo a ideia de nação aparece em Cabral de forma esporádica, ou seja, indireta e menos clara, porém, pode-se perceber que para Cabral o confronto com a violência colonial oferece bases para diferentes grupos e categorias sociais adquirirem a consciência de pertencerem a uma a identidade coletiva, quer dizer, para Cabral “o colonialismo cria um sentimento de pertencimento que ultrapassa outras identidades locais, sem contudo o eliminar”. (WICK, 2011, p.78).

O processo da resistência para emancipação dos países africanos é um processo da construção da identidade nacional. A luta para libertação nacional proporciona a criação da identidade nacional, a criação do “homem novo”. A luta para libertação nacional proporciona a identidade que ultrapassa as fronteiras. Assim a luta para libertação permite postular as semelhanças que ajudam na elaboração das estratégias contra o jugo colonial.

De qualquer modo, é fácil perceber que o projeto nacionalista africano caminhava para homogeneização da diversidade étnica e cultural que os países africanos apresentam. Nota-se que Cabral tenta flexibilizar este debate trazendo assim a importância da cultura dos autóctones no processo da resistência.

Amílcar Cabral tentou flexibilizar a ideia da nação baseada no modelo ocidental com a realidade local, por isso, o líder de PAIGC propunha a criação da cultura nacional com base na cultura popular e mesclando assim as partes positivas das culturas de todos grupos étnicos incluindo as partes boas da cultura do colonizador. Também Cabral afirma que é necessário negar as influências nocivas das culturas tradicionais dos grupos étnicos. Mas isso não lhe fez escapar da sua referência ocidental.

De acordo com Sousa (2008), para o líder do PAIGC a pertença e manifestações étnicas e tribal a um determinado grupo étnico era concebido como a maior fraqueza para construção do Estado nação, e “podia contribuir para pôr em perigo a construção da nação que a luta levada a cabo pelo PAIGC estava a cimentar” (SOUSA, 2008, p. 166). Nesta senda, as demais identidades étnicas e culturais estavam subordinadas a ideia da nação, ou seja, devido a sua formação eurocêntrica Cabral olhava para as diversidades étnicas com um certo pessimismo. Dizia Cabral,

Na nossa sociedade há vários grupos étnicos, quer dizer grupos com cultura e costumes diferentes e que segundo a própria convicção, vieram de grupos diferentes, e de origens diferentes: fulas, mangingas, papeis, balantas, majacos, mancanhas etc. Incluído também descendentes de cabo-verdianos na Guiné. Aliás essa mesma realidade tinha reflexos negativos na própria luta armada pode referir-se aqui, concretamente, o caso de uso de *mezinhas*¹⁴ na guerra e a crença de que o uso evitava a morte durante combates. (...) mesmo nesta sala pode haver gente ainda que é capaz de pensar: eu sou pepel, eu sou mancanha, e o mancanha não falta ao seu companheiro, eu sou mandinga. Isso é uma fraqueza grande, camaradas, grande fraqueza da nossa luta. E seria muito mau se deixássemos isso avançar, se de facto nós não somos capazes de deixar tudo isso no caminho de luta. (CABRAL, apud SOUSA, 2008, p. 168)

¹⁴ A palavra *mezinhas* neste sentido ao talismã, ou seja, um objeto mágico com poder de evitar a morte. A palavra *mezinha* neste sentido é a tentativa de tradução da palavra *mensinho* a forma pelo qual esses objetos mágicos são denominados em língua crioulo da Guiné-Bissau.

A afirmação acima resume a ideia da nação no pensamento de Amílcar Cabral. Para o líder do PAIGC as manifestações étnica eram entraves para a construção da nação, era necessário a unidade total, não apenas unir as forças, mas, unir as culturas, unir as formas de pensar e evitar diferenças, unir neste sentido quer dizer ter apenas uma cultura, isto é, ser apenas guineense, em outras palavras abdicar das etnicidades. (Para Cabral a diferença era empecilho para desencadeamento da luta para libertação).

A unidade evocada por Cabral não era apenas uma formula para combater o colonialismo, mas também era a tentativa de “concretizar o celebre projeto da unidade nacional e ou/binacional, exigindo por isso mesmo, uma real colaboração entre todos os grupos étnicos da Guiné e entre guineenses e cabo-verdianos do PAIGC” (SOUZA, 2008, p. 169).

Pode-se perceber que o projeto de Cabral era criação de uma nova nação, uma nova sociedade, “homem novo”. Para Wick (2011) o discurso do “homem novo” baseada na visão eurocêntrica jacobino revela a negação dos critérios identitários locais. É possível perceber este discurso na fala de Cabral quando o líder de PAIGC afirma que “aqui não há mais *papel, fula, mandinga* filho de cabo-verdiano, nada disso, o que existe é PAIGC” (CABRAL, apud, Wick, 2011, p.85) Nesta senda, percebe-se a disposição do PAIGC em negar as identidades enticas, ou seja conduzir as identidades tradicionais locais para morte, para que a população local possam renascer no partido como “homem novo”.

No PAIGC era obvio a diminuição do sentimento étnico tradicional africano em detrimento do Estado-Nação moderno. Contudo o líder de PAIGC ora enaltece a etnicidade, isto é, a cultura dos autóctones como fator de resistência contra imperialismo. Porém, e na sua perspectiva pós-colonial, Cabral pretende desenvolver a cultura dos diferentes grupos étnico, na qual será apropriada as características positivas das culturas de cada grupos étnicos, até as coisas boas da cultura do colonizador, assim emergirá a cultura nacional.

Nas suas assertivas sobre a identidade dos autóctones, Cabral não concebe as questões étnicas como um problema, mas sim a instrumentalização dos grupos étnicos feita por colonizador e oportunistas para provocar sentimentos “racistas” que podem colocar em causa o projeto da nação. (WICK, 2011). Por esta razão o líder de PAIGC levava em consideração as contradições entre os grupos étnicos incentivada pelo colonizador, em que alguns grupos étnicos eram mais privilegiadas que as outras, e este privilégios proporcionava contradições entre os grupos étnicos. Por esta razão Cabral

temia que estas contradições minassem o seu projeto de Estado-nação, portanto o discurso sobre a unidade nacional se tornou o discurso hegemônico durante a luta para libertação.

O slogan do PAIGC era e ainda é *Unidade, Luta e Progresso*, estas três palavras resume a ideia do líder o PAIGC, no que se refere ao seu projeto de Estado-Nação. A unidade como princípio básico das ações da luta contra colonialismo, a luta como ação de destituir o poder colonial para construção de Estado guineense e o progresso como aperfeiçoamento e consequência da unidade. Por isso, Cabral afirma que,

Para que a cultura possa desempenhar o papel importante que lhe compete no âmbito do desenvolvimento do movimento de libertação, este deve saber preservar os valores culturais positivos de cada grupo social bem definido, de cada categoria, realizando a *confluência* desses valores no sentido da luta, dando-lhes uma nova dimensão- a *dimensão nacional*. (CABRAL, 2011, 366).

Cabral pretende realizar a confluência dos valores de cada grupo étnico como forma de projetar a cultura nacional. Em suma, o projeto de Amílcar Cabral consiste na criação de um Estado-nação, uma cultura nacional, e o “homem novo” não subordinado aos valores étnicos, mas sim, aos valores do Estado-nação que aparecerá no pós-independência.

O slogan do PAIGC, Unidade Luta e Progresso remete-nos a lembrar *L'amour pour principe et l'ordre pour base; le progrès pour but* ("O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim) do positivismo francês de Auguste Comte. Portanto, o próprio slogan do partido nos mostra o quão o projeto de nação foi influenciado por uma visão eurocêntrica, isto é, uma tentativa, seja ela consciente ou inconscientemente, de criar uma nação homogênea. Um povo, uma nação, uma cultura, uma língua e um território. A ideia da unidade neste sentido sufocava as diversidades étnica e cultural, e projetava a criação de um novo sujeito moderno em que a identidade nacional baseada no modelo europeu sobreponha aos grupos étnicos.

Alexis Wick, interprete e crítico das teorias de Cabral, concluiu que a teoria de Cabral é cheia de contradições, porém é o que faz dela teoria interessante.

As análises de Cabral apresentam, simultaneamente, distanciamento e integração em relação ao paradigma eurocentrista. Ele quer distanciar do domínio ideológico hegemônico, mas mantendo algumas das suas categorias. Rejeita categoricamente certos rótulos (tais como os conceitos de “feudalismo” ou modo de produção asiática) para a sociedade guineense porque essas expressões não se adaptam a realidade e são fruto de uma análise empírica estrangeira. Ao mesmo tempo, Cabral organiza o seu exame de certos grupos sociais utilizando o conceito problemático de “sociedade sem estado” promovido pelos analistas imperialistas. (WICK, 2011, p. 101)

O pensamento de Cabral é o choque de dois paradigmas de pensamento. “As abordagens realista e materialista permitiu-lhe equilibrar as imprecisões e as presunções das ideologias de então, nas quais se inspirava e daí as contradições. (WICK, 2011, p. 102). A sua crítica ao colonialismo evidencia na recusa de Cabral ao rótulo e as fórmulas imposta pelo colonialismo, ao mesmo tempo, devido a sua trajetória pessoal de um intelectual africano formado na Europa, não conseguiu afastar-se do dogma nacionalista projetada na Europa.

Após a morte de Cabral, com a conquista da independência, o PAIGC como Partido-Estado assumiu processo de construção da nação e da cultura nacional. Para Fernandes (1993) tal partido como empreendimento elitista baseou-se na ideologia nacionalista, na qual justificavam as violências legítimas contra as manifestações étnicas, considerando o etnismo como obstáculo da edificação do Estado-Nação. Assim começou as perseguições aos chefes tradicionais *régulos* que dirigiam os grupos étnicos. Este é o momento que Fernandes (1993) considera de crise de Estado-Nação na Guiné-Bissau, visto que, até nos anos de 1980 o Partido-Estado considerava a identidade étnica como entrave na construção da nação.

É evidente que Cabral não perdeu de vista a importância da cultura para a luta de libertação. A principal tese do protagonista da independência da Guiné e Cabo-Verde é “libertação nacional e cultura” na qual ele retoma a ideia de “volta as origens” o que próprio Cabral vai chamar em outras palavras em reconversão dos espíritos.

O interlocutor entrevistado nesta pesquisa acredita que,

A democracia na Guiné-Bissau sempre existiu, mesmo neste tempo de luta de libertação nacional, Amílcar Cabral que é o fundador de PAIGC pautou sempre pela democracia, baseado na democracia que ele conseguiu mobilizar a massa popular para a luta de libertação nacional. Portanto, ele (Amílcar Cabral) sempre era pró-democracia por isso estruturou o partido de uma forma mais simples, também, criou as formas armadas que na altura que fazia parte do elenco político porque, chamavam eles Forças Armadas Revolucionária do Povo (FARP) braço armado do povo. (Entrevista realizado 25/11/2019)

De qualquer modo, a fala do entrevistado pode ser confirmado por sociólogo guineense Carlos Lopes que ressaltou que, a busca incessante pela liberdade dos africanos levou “necessidade de praticar a ‘democracia revolucionária’ querendo dizer com isso essencialmente a prestação política de contas dos que chefiam e dirigem a sociedade aos

chefiados e dirigidos.” (LOPES, 2011, p. 31). Ainda Lopes (2011) acredita que o conceito de democracia revolucionária também possui o sentido económico com o foco no desenvolvimento de agricultura para melhorar a qualidade de vida.

A diversidade étnica podia ser a chance aproveitada para instauração de uma democracia, não obstante, depois da independência PAIGC seguiu-se a ideologia nacionalistas na qual compreendiam as manifestações étnicas como ameaça para construção do Estado-nação e da cultura Nacional.

2.5 - Guiné-Bissau: questão de Identidade na democracia

De acordo com Woodward (2014) a identidade possui diferentes dimensões, mas com frequência ela funciona, ou seja, envolve a sua dimensão essencialista, isto é o debate que envolve quem pertence ou quem não pertence a uma determinada identidade, ora essas reivindicações de pertencimento de uma certa identidade envolvem “reivindicações baseadas na natureza; por exemplo, em algumas versões da identidade étnica, na raça, e nas relações de parentesco.” (WOODWARD, 2014, p. 13). A identidade também possui uma marcação simbólica, isto é, a diferença demarcada por símbolos e sistemas de representação que diferenciam dos outros, a identidade nacional é o exemplo deste caso.

Sobre o afirmado acima, pode-se notar existência das outras identidades dentro da Guiné-Bissau, as identidades étnicas. Enquanto a identidade nacional é tomada como “comunidade imaginada” ressaltando Anderson (1983), dentro desta “comunidade imaginada” existem outras identidades na qual as “reivindicações estão baseadas em alguma versão essencialista da história e do passado, na qual a história é construída ou representada como uma verdade imutável” (WOODWARD, 2014, p.13) refere-se as identidades étnicas.

Na Guiné-Bissau o conflito entre as duas identidades prevaleceu desde primeiros momentos da luta pela libertação nacional, porque a ideia da nação foi pensada para amontoar-se a identidade étnica. A manifestações étnicas eram vistas como ameaças a unidade nacional e a afirmação de Estado-nação. Ou seja, o etnismo era obstáculos para a edificação do Estado. (AMONA, 2020)

A democratização abriu caminho para uma nova forma de relação entre as elites políticas e chefes tradicionais. A identidade étnica se tornou um fator político, ou seja, a identidade étnica transformou-se no capital político para atrair os eleitorados, e esta

estratégia aproximou os chefes tradicionais para o campo político. Deste modo, propagou-se o que Hall vai chamar de jogo das identidades. No seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade” Hall (2019) traz um exemplo preciso para definir o “jogo das identidades”.

Em 1991, o então presidente americano, Bush, ansioso por restaurar uma maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. No julgamento de Bush, os eleitores brancos (que podiam ter preconceito em relação a um juiz negro) provavelmente apoiaram Thomas porque ele era conservador em termos da legislação de igualdade de direitos, e os eleitores negros (que apoiam políticas liberais e questões de raça) apoiaram Thomas porque ele era negro. (HALL, 2019, p. 14).

O exemplo de Hall (2019) nos possibilita a compreender como as identidades étnicas se transformaram em capital político para atrair eleitorado. Fernandes (1993) relatou caso similar já no advento da democracia na Guiné-Bissau. Com a democratização,

A perda progressiva do eleitorado do PAIGC os camponeses, e entre outros, em razão a uma política econômica desfavorável a economia interna levou-o a procura de novos aliados. Vira-se para os comerciantes e chefes tradicionais... Na província leste (Bafatá Gabu) a operação de mobilização das etnias islamizadas Fulas e Mandingas foi confiada ao novo ministro Aladje Mané... Este ministro como conhecedor de estratégia colonial dos congressos do povo, tenta neste momento colocar novos chefes tradicionais para garantir um eleitorado seguro ao PAIGC... A oposição joga também a carta aos chefes tradicionais. O Movimento RGB prestou homenagem pública à dinastia dos Embalo em Coiada com a deposição de coroas de flores nos túmulos os antigos chefes tradicionais – Alfa Mamadú Paté e Sélu Coiada. Vários outros momentos nos demonstram que a questão dos poderes étnicos tornou-se central nas disputas políticas atuais com vista a ganhar eleitorado. (FERNANDES, 1993, pp. 48-49)

Recentemente, observou-se a situação que foi interpretada de maneira semelhante. O presidente da República José Mario Vaz promoveu um encontro entre os (*régulos*) chefes tradicionais com os bancos. Tal encontro foi interpretada como forma de atrair os chefes tradicionais tendo em conta que as eleições presidenciais estavam se aproximando, sabendo que a simpatia das autoridades tradicionais pode conceder um certo número de eleitorado ao seu favor.

Bancos da Guiné-Bissau sensibilizam régulos para necessidade de abrir conta bancária

Os régulos da Guiné-Bissau e a Associação dos Profissionais de Bancos do país reuniram-se hoje na Presidência guineense para perceberem a importância de abrir uma conta bancária.

Lusa
30 Maio 2017 — 13:55



TÓPICOS

◦ Internacional

"O encontro serviu para sensibilizar a população para abrir contas nos bancos. Como sabemos é uma das formas de ajudar no desenvolvimento económico do país através da captação de poupanças e com essas poupanças, nós os bancos, conseguimos intervir mais no financiamento da economia", afirmou Rómulo Pires, presidente da Associação dos Profissionais dos Bancos da Guiné-Bissau e do Banco da África Ocidental.

O encontro, que foi promovido pelo Presidente guineense, José Mário Vaz, também serviu para explicar aos régulos como as pessoas podem abrir conta num banco.

Figura 3: Encontro de chefes tradicionais e Bancos. Encontro promovido pelo presidente de república José Mario Vaz

Fonte: Lusa. pt. Diários de Notícia.

Como já argumentado antes, a maioria das pessoas que constituem a elite política guineense são assimilados, ou os chamados *crístons de praça*¹⁵, mas durante o advento democrático estes mudaram de discurso na qual começam evocar ou resgatar as suas identidades étnicas. Abriu-se o campo para a aproximação com os chefes tradicionais como forma de legitimar seus discursos e as suas etnicidades.

A democracia alterou a relação entre os chefes tradicionais e os políticos, o que era inimidade durante o regime de partido único transformou-se em amizade. E esta amizade ela se renova no período eleitoral. Verifica-se a movimentação dos políticos para o interior do país nas regiões onde os chefes tradicionais têm mais influência e estas infiltrações permitem que os chefes tradicionais por sua vez tirem proveito do momento pedindo exigindo algumas condições, isto é, exigir a sexta básica para a região, arroz, óleo, peixe etc.

As ilustrações abaixo mostram as formas como os políticos apresentam durante as campanhas eleitoral. Perante o cenário eleitoral estes resgatam as suas identidades étnicas, realcem a simpatia com os grupos étnicos mais numerosos, usam trajes que representam a cultura dos grupos étnicos que querem chamar atenção, isto é, torna-se um jogo constante com as identidades étnicas, ora até proferindo discursos religiosos. A

¹⁵ Os assimilados que converteram a cristianismo e abdicaram das tradições étnicas, adotam práticas europeias e negligenciam as suas tradições em função do que a modernidade oferece.

reivindicações das identidades étnicas tradicional reaparece apenas no período eleitoral, logo após a eleição observa-se o distanciamento entre a classe política e os chefes tradicionais.

Nesta foto vê-se o candidato Kumba Yalá em 2005 ao sair da campanha eleitoral na região de Biombo, o candidato aparece com trajes da etnia *pepel* sabendo estes eram majoritários na região de Biombo.



Figura 4: Kumba Yala, candidato a eleição presidencial 2005

Fonte: DW África.

Semelhantemente pode se notar a Umaro Sissocó e João Bernardo Vieira, usando a mesma estratégia na eleição de 2019. Umaro Sissoco é da etnia fula, e da religião muçulmano, mas na foto abaixo ele estava vestido da etnia *pepel* e representando a cultura dessa etnia.



Figura 5: Umara Sissoco Embaló, eleição presidenciais 2019

Fonte: E-Global



Figura 6: João Bernardo Vieira, eleição 2019

Fonte: E-Global

Nestas três primeiras fotos apresento três candidatos que o primeiro é da etnia *Balanta* sabendo que já tem simpatia dos *balantas* no cenário político durante a campanha ele estava representado a cultura *pepel*. O segundo é da etnia *fula* pautando pela mesma estratégia, o terceiro é da etnia *pepel* que reforça a sua afirmação étnica para se eleger como deputado na nação na região de Biombo (região da predominância da etnia *pepel*).

É importante ressaltar que estes políticos antes de tudo procuram ter os chefes tradicionais, *os régulos* dessas etnias aos seus lados, sabendo que se o *régulo* lhe apoia muitos seguirão o régulo



Figura 7: Tomada de posse do governo de Nuno na Biam

Fonte; Jornal O Democrata.

Até a foto de tomada de posse do governo já mostra a diferença, entre momentos eleitorais e momentos pós eleição.

Em Guiné-Bissau, percebe-se a fraca atuação do Estado nas Regiões mais distante da capital, portando pela ausência do Estado as pessoas procuram chefes tradicionais para resolverem os conflitos ora entre famílias ora entre etnias diferentes, todavia estes chefes tradicionais *régulos* (que a constituição não atribui poder nenhum) acabam sendo mais eficazes nas resoluções de problemas nos casos de roubos de gados, conflitos familiares ou conflitos entre etnias. O Estado aparece como órgão repressor enviando policiais as vezes até militares para resolver estes conflitos.

Reporto a situação acima mencionada para explicitar como o Estado moderno guineense não consegue ter um nexos com as formas tradicionais do seu povo, em outras

palavras o Estado não conseguiu tirar proveito dos conhecimentos “tradicionais” para complementar as ideias modernas. A ideia da modernidade que o Estado incorpora estigmatiza as formas de vida e de organização social africana, o considera como algo ultrapassado e desprovido de conhecimento. É a modernidade que não consegue dialogar com o tradicional, mas o sufoca cada dia em nome da nação. Os políticos evocam esse sentimento tradicional, vestem trajes africanas apenas nos períodos de campanha eleitoral, mas não levam em consideração à sério esta representação para o seu interior.

A própria narrativa da nação traz consigo esta ideia de moderno, tomo moderno neste sentido como algo que não é africano, que não é autóctone, a maioria das vezes na sociedade africana este termo se aplica a o que é importado, ao aquilo que vem do ocidente. As formas de vida do povo africano foram consideradas algo tradicional, e distinção aos costumes europeus. Por isso que Mia Couto (2020) chama atenção em um dos seus ensaios no seu livro “Se Obama fosse Africano” no ensaio intitulado “Os setes sapatos sujos”, isto é, os setes hábitos que o próprio africano precisa abdicar. Para o escritor moçambicano o sétimo sapato sujo é “a ideia de que para sermos modernos temos que copiar os outros” (COUTO, 2020, p. 42). Ainda Couto salienta que a produção cultural africana está se tornado simplesmente a reprodução da cultura dos outros.

Este é um dos resquícios do passado colonial que ainda perpetua no presente do colonizado a negação de si em detrimento do moderno, e este moderno é claramente a forma de vida do outro. O Argumento aqui não é ser resistente a mudança, mas é a tentativa de reconhecer a importância das tradições africanas e mostrar as possibilidades dos seus proveitos no Estado moderno.

É evidente que os grandões dessas tradições (régulos, chefes tradicionais) viraram simples piões nos jogos políticos da democracia moderna, eles se tornam um meio para aquisição dos eleitorados para a legitimação do poder por meio da eleição. É nesta ordem de ideia que Couto lança a seguinte reflexão, (contudo estava falando o caso de Moçambique, mas a mesma situação é verificável em Guiné-Bissau).

Falamos da erosão dos solos, da deflorestação, mas a erosão da nossa cultura é ainda mais preocupante... e a ideia de que só temos a identidade naquilo que é folclórico são modos de nos soprarem ao ouvido a seguinte mensagem: só somos modernos se formos americanos” (COUTO, 2020, p. 43)

Atualmente o exemplo do tradicional é a cultura africana, o moderno refere-se ao ocidental, ou seja, europeu, mas ainda assim o tradicional é carregado de conotação daquilo que não progride, algo estático, ou seja, que não desenvolve. A própria noção de tradicional de Guiddens remete a estas significações.

nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS, 1990, p. 37).

A modernidade é definida em contraste ao tradicional, “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter” (GIDDENS, 1990, p. 37).

A colonização alterou a configuração política tradicional das sociedades africanas e surgiu a elite política instruído pela administração colonial que outrora, reivindicou a emancipação política dos Estados-Nação em África. A historiografia africana mostra lucidamente a contradição entre a elite política moderna que surgiu durante a colonização com o poder tradicional.

No caso da Guiné-Bissau tal contradição se estendeu até nos momentos pós-independência. Com a instalação de regime do partido Único depois da independência não existia simpatia da parte do PAIGC (partido que autodeclarava como única força dirigente da sociedade) para os chefes tradicionais, alguns foram acusados de traidores da pátria por não alinhar a fileira da luta para libertação nacional.

A Liberalização económica e política alterou a configuração da relação entre chefes tradicionais e a Elite política que configura o Estado moderno. Tal relação deixou de ser marcado pela empatia, mas sim, nota-se a simpatia por parte dos partidos políticos para com chefes tradicionais. Começa-se a perceber aproximação dos partidos políticos com chefes tradicionais. Sabendo que os chefes tradicionais (denominados régulos em Guiné-Bissau) podem atrair um determinado número de eleitorados de um determinado grupo étnico, por serem personalidades influentes. Assim começa o que Stuart Hall chama jogo de identidades. O primeiro a utilizar esta estratégia foi PAIGC, os demais partidos que seguiram a mesma estratégia política como forma de atrair os eleitorados.

Não obstante, é importante salientar que a tal simpatia e aproximação entre os chefes tradicionais com os partidos políticos acontecem apenas nas vésperas das eleições, ou seja, durante a campanha eleitoral.

Como a elite política moderna guineense é constituído na sua maioria por grupos de assimilados crioulos, e estes não reivindicam nenhuma identidade étnica. São estes assimilados que ocuparam a estrutura do Estado. Deste modo, a abertura democrática apresenta a necessidade de legitimação do poder por meio da eleição, os políticos começam assumir as identidades étnica e articulando estas identidades como forma de atrair os eleitorados.

Durante a campanha eleitoral é comum ver os candidatos usar trajes tradicionais, a manifestar as suas identidades étnicas culturais e religioso. Neste período as identidades étnicas se transformam em capital político para aproximar os eleitorados. Esta situação demarca a relação entre a tradição africana e a forma moderna de fazer a política. Os candidatos transformas as identidades nacionais em capital político que acionam para legitimar o poder. Enquanto isso as formas de organização política tradicional continuam subordinado ao poder político.

Em suma, a nova forma de poder que surgiu depois da independência centralizada na burocracia do partido Estado comprime o etnismo, é nesta ordem de ideia que Fernandes (1993) chega conclusão de que a tentativa de afirmar a identidade nacional sobre a identidade étnica “fizeram renascer as afirmações de identidade de caráter étnico e com elas novos poderes tradicionais” (FERNANDES, 1993, p. 49).

CAPITULO 3 - A DEMOCRACIA DOS AFRICANOS E A DEMOCRACIA DOS “MODERNOS” (EUROPEUS)

Nesse capítulo buscarei me aproximar sobre o debate em torno dos conceitos de democracia, começando nas formas consideradas mais tradicionais de democracia à democracia moderna, para tematizar criticamente a questão democrática na Guiné-Bissau. A discussão que se insere neste quadro analítico é procurar entender a estrutura de poder baseada na tradição oral africana em contraposição a estruturas do poder imposta pelo ocidente em África a partir da colonização e o neocolonialismo. Deste modo, partimos da ideia de que as instituições políticas da África pré-colonial permitiam a tomada de decisões por meio da participação coletiva e essas instituições eram asseguradas pela tradição oral e os seus guardiões.

3.1 A democracia na filosofia política e nas ciências sociais: da antiguidade à modernidade

Se a nossa hipótese é que a democracia e as formas dos Estados europeus são impostas em África, precisamos situar historicamente como esse regime se espalhou pelo mundo e acaba sendo imposta: em alguns Estados sob coação econômica e em outros é levada com poder das forças bélicas.

Historicamente é fácil mostrar que a democracia não foi aceita com tanto entusiasmo na antiguidade como aconteceu na modernidade. Os textos filosóficos da antiguidade europeia, como veremos abaixo, apresentam uma série de argumentos contra a democracia. Já na modernidade, a democracia se alavancou para posição do regime político mais desejado. Alguns filósofos da modernidade abordavam a democracia com muito entusiasmo. Tocqueville atribuiu o caráter sagrado a esse regime quando ele afirma que lutar contra a democracia é como lutar contra Deus.

Os argumentos contra a democracia não tiveram início na era moderna, existindo desde a antiguidade. Platão, por exemplo, argumentava que existiria uma ordem hierárquica natural das coisas, ou seja, existem os que têm alma de ouro, outros com alma de prata e outros com a de bronze. Essa afirmação claramente estabelece uma escala hierárquica que argumenta contra a igualdade, na qual, existiam os grupos considerados aptos para governar, os aptos para lutar e os que servem apenas para trabalhar. O governo deveria ser exercício não pelo “povo”, mas pelo rei-filósofo. No linguajar atual, pelo “discurso competente”, pelo “gestor”.

Nota-se que os argumentos retóricos contra a democracia estavam presentes desde antiguidade. A democracia situava na última posição no debate sobre as melhores formas de governo para os filósofos da antiguidade, entre a monarquia oligarquia “exatamente em razão da sua natureza de poder dirigido pelo povo ou pela massa, ao qual foram habitualmente atribuídos os piores vícios da licenciosidade, do desregramento, da ignorância, da incompetência, da insensatez, da agressividade, da intolerância.” (BOBBIO, 2000, p.375)

Já na modernidade, a democracia se fundamenta sob a ideia da igualdade e liberdade, a revolução francesa foi importante nesse processo, em que a liberdade e a igualdade serviram como âncora para tirar a democracia da posição mais baixa da escala da melhor forma do governo para a posição mais alta.

Pois, como se sabe que a sociedade não é algo estático, as suas mudanças fazem com que acarretem novas demandas, assim também novas criatividade para satisfazer a necessidade social. Assim, quando do surgimento do Estado moderno na Europa, a democracia passa a ter vínculo direto com o Estado. Passa a ser então um adjetivo para qualificar a forma do Estado: “Estado Democrático”. No Estado moderno a democracia tornou-se apenas uma simples forma de conduzir o Estado, e não mais uma forma de compreender a sociabilidade de maneira geral. Em outras palavras, a partir daí a democracia se afastou da sua antiga definição, que era uma participação efetiva dos “cidadãos” nos assuntos políticos.

Atualmente quando se fala da democracia a primeira coisa que passa na nossa cabeça é a eleição, diferentemente na antiguidade, quando se falava da democracia pensava-se logo numa praça onde o “povo” se apresenta para exercer o seu poder. A democracia na antiguidade era exercida no sentido literal da palavra. (BOBBIO, 2000 p.372)

A história da Democracia moderna coincide com a formação dos Estados-nações, territorialmente grandes, centralizados no “príncipe”. O debate clássico sobre a melhor forma do governo volta à tona pois a crítica estava voltada ao modelo democrático do governo onde os filósofos políticos argumentavam que o governo democrático “apenas era possível nos pequenos Estados” (BOBBIO, 1987, p.150).

Hobbes foi identificado com o Estado absoluto, Locke com a monarquia parlamentar, Montesquieu com o estado limitado, Hegel com a monarquia parlamentar, Rousseau com a democracia. O próprio Rousseau acreditava na inexistência de uma democracia verdadeira nos Estados territorialmente grande. (BOBBIO. 1987, p. 150).

De acordo com esses autores, pode-se se dizer que o questionável nesse caso não é a Democracia, mas sim a possibilidade da participação do povo nas tomadas das decisões no Estado moderno (Estados de grandes dimensões territoriais) partindo assim da ideia da democracia clássica (democracia direta). “Portanto a única forma não autocrática do governo possível num grande Estado é governo por representação, isto é uma forma do governo democrático corrigido” (BOBBIO, 1987, p.151).

Já no século XX, a crise da República de Weimar foi um dos exemplos apontados para mostrar a fragilidade da democracia nos grandes Estados. Esses era um dos argumentos contra a democracia na era moderna.

O colapso da República de Weimar, com altas taxas de participação das massas com tendência fascista e a introdução de regimes totalitários no pós-guerra, baseados na participação das massas, ainda que uma participação forçada pela intimidação e pela coerção, realçam a tendência de se relacionar a palavra "participação" com o conceito de totalitarismo mais do que com o de democracia. (PATEMAN, 1992, p.11)

O argumento é de que a democracia seria incompatível com Estados modernos. Portanto, a democracia moderna foi reinventada para que se adaptasse aos Estados modernos. Ele foi adaptado ao Estado racional Weberiano que surgiu na Europa. Estado nacional que assegura o capitalismo porque ele gira sob um direito racional. Direito racional ocidental dos Estados nacionais baseado no capitalismo político económico racional de Adam Smith. (WEBER, 2004).

É nessa perspectiva que levou Hobsbawm a concordar com professor John Dunn que afirmava o seguinte: “pela primeira vez na história humana há uma única forma de Estado claramente dominante – a república democrática, constitucional, representativa e moderna” (DUNN, apud, HOBBSAWM, 2007). Ainda no mesmo fio de raciocínio Hobsbawm (2007) salienta que a democracia liberal, como outros regimes, necessita de um agente político na qual ela possa ser exercida e esse agente político é claramente o Estado Nacional.

A transição da democracia direta para a democracia “indireta” (representativa) foi condicionada pela condição que o novo Estado apresenta: de ser territorialmente grande e abarcar um grande número de cidadãos, isto é, a mudança da condição histórica onde a Cidade-Estado foi substituída por grandes Estados territoriais. (BOBBIO, 2000, p.376).

A democratização se alastrou no século XIX para a maior parte dos Estados europeus por meio de dois processos, “alargamento do direito do voto até o sufrágio universal masculino e feminino e desenvolvimento do associacionismo político até a formação dos partidos de massa e o reconhecimento da sua função”. (BOBBIO, 1987, p.153).

A democracia moderna apresenta uma conotação fortemente positiva, por se fundamentada na ideia da igualdade, isso faz com que atualmente, os regimes políticos por mais autocrático que sejam tentam-se auto definir como regime democrático.

A democracia moderna se firmou na ideia de que todos homens são iguais, pois essa afirmação fazia com que a democracia deslocasse do último lugar na hierarquia da discussão das melhores formas do governo na antiguidade para a “melhor” forma do governo na modernidade. (BOBBIO, 2000, p.375). Porém, a tal igualdade é resumida no sufrágio universal na qual todos tem direito de votar, enquanto a desigualdade espalha na sociedade em outras dimensões.

A democracia da antiguidade, que também podemos chamar de democracia direta, se caracteriza por tomada de decisões por meio do “povo”, isto é o povo exerce diretamente o seu próprio poder, ao passo que a democracia dos modernos - que também podemos chamar de democracia representativa - é caracterizada por eleição, a partir da qual o povo escolhe o seu representante. É importante salientar que o que os antigos chamavam de povo não é mesma coisa que os modernos chamam de povo.

O que era chamado de povo nas repúblicas mais democráticas da Antiguidade não se parecia muito com o que nós designamos por povo. Em Atenas, todos os cidadãos participavam dos negócios públicos, mas não havia mais que vinte mil cidadãos em mais de trezentos e (*sic*) cinquenta mil habitantes: todos os outros eram escravos e cumpriam a maior parte das funções que hoje pertencem ao povo e até à classe média. (TOCQUEVILLE, 2000, P.71)

Para Tocqueville (2000), a chamada democracia na antiga Grécia não passa de uma simples aristocracia, porque os considerados cidadãos eram os nobres, soldados, homens, isto é, um número reduzido de pessoas que moravam na *polis*, dentro da cidade. Este sistema de organização excluía as mulheres, estrangeiros, escravos e pessoas que não moravam na cidade.

Na democracia representativa, (democracia moderna) o povo tem poder de escolher os representantes. Enfim, observa-se que na democracia antiga o povo votava para tomar decisões que lhes dizem respeito, na democracia moderna o povo usa o voto para escolher o representante que decidirá para ele.

Nesse caso a democracia aparece como mecanismo para regular as relações do poder, inclusive porque no mundo moderno o poder e o conflito são elementos que podem ser encontrados em todos os lugares, de modo que a democracia cria a estrutura de regulação onde o poder tornou-se objeto de competição. (SCHUMPETER, 1961)

Para Bobbio, a democracia deve ser “entendida como contraposta a todas as formas do governo autocrático” (BOBBIO, 2015, p.35) O filósofo italiano distinguiu a democracia como um conjunto de regras que vai estabelecer ou colocar quem está permitido a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. Ainda o filósofo salienta que, para que uma decisão a ser tomada por indivíduos possa ser aceite como uma decisão coletiva é necessário que essa decisão seja adotada na base de regras.

Para Cheibud, (1997) a democracia (moderna) é classificada como regime que precisa seguir quatro critérios conjuntamente: 1) o poder executivo deve ser eleito direta ou indiretamente, 2) o legislativo precisa passar pelo mesmo processo de eleição, 3) as eleições devem ser concorridas por mais de um partido político, 4) o partido no poder que perdeu a eleição deve ceder o comando do governo ao novo vencedor das eleições. Os regimes que não satisfazem esses critérios não podem ser considerados democráticos.

As definições da democracia na modernidade possuem uma conotação intrinsecamente ligado ao Estado, a democracia que era definido como poder do povo se tornou uma forma de legitimar poder dos poucos numa instituição chamada Estado Nacional. Ela ganhou a centralidade burocrática e institucional que reduz o processo de participação para eleições

A democracia moderna apartou do campo social e se inseriu nas instituições dos Estados modernos. E nela pode ser encontrada a racionalidade que permite a dominação burocrática do Estado sobre a sociedade.

De acordo com Rancière (1996) a filosofia política aparece como elo de ligação entre as doutrinas clássicas e novas formas do poder legítimo. A filosofia política,

Quando não se limita a comentar alguns textos, ilustres ou esquecidos, de sua própria história, a filosofia política restaurada quase-não parece levar sua reflexão além daquilo que os administradores do Estado podem argumentar sobre a democracia e a lei, sobre o direito e o Estado de direito. Em suma, ela parece sobretudo assegurar a comunicação entre as grandes doutrinas clássicas e as formas de legitimação usuais dos chamados Estados de democracia liberal. (RANCIÈRE, 1996, p. 09)

Deste modo, pode-se entender a influência das doutrinas clássicas nas formas de pensar a política na era moderna. Da mesma maneira que a democracia clássica, isto é, a democracia dos gregos antigos reservava o espaço da tomada das decisões apenas para os considerados “cidadãos” quer dizer para poucos, a democracia moderna reserva este espaço para os chamados “políticos” ou gestores, enquanto ao povo é reservado apenas ao poder de legitimar tais “políticos” que regem as instituições do Estado.

Para Rancière (1996) a institucionalização da democracia é o meio de sufocar o agir democrático. Para ele, a democracia,

“não é um conjunto de instituições ou um tipo de regime entre outros, mas uma maneira de ser do político. A democracia não é o regime parlamentar ou o Estado de direito... A democracia é, em geral, o modo de subjetivação da política — se por política entende-se coisa diferente da organização dos corpos em comunidade e da gestão dos lugares, poderes e funções. Mais precisamente, democracia é o nome de uma interrupção singular dessa ordem da distribuição dos corpos em comunidade que nos propusemos conceituar sob o conceito ampliado de polícia. É o nome daquilo que vem interromper o bom funcionamento dessa ordem por um dispositivo singular de subjetivação. (RANCIÈRE, 1996, p. 102)

Para Rancière (1996) existe democracia quando a lógica da igualdade confronta a lógica policial. Lembrando que Rancière chama de polícia aquilo que, no senso comum, chamamos de política “o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996, p. 41). Em contraste, Rancière chama de política a ação que muda um corpo do lugar na qual foi sujeitado para outro espaço reivindicado pela lógica igualitária. Portanto:

Há democracia se existir uma esfera específica de aparência do povo. Há democracia se houver atores específicos da política que não são nem agentes do dispositivo de Estado nem partes da sociedade, se houver coletivos que removam as identificações em termos de partes do Estado ou da sociedade. Há democracia, enfim, se houver um litígio conduzido sobre o palco de manifestação do povo por um sujeito não-identitário. (RANCIÈRE, 1996, p. 103).

Nessa ordem de ideia, a democracia se manifesta pelas formas de subjetivação política que conduz a litígio, isto é, manifestações que causam consequências nas instituições política. E esta subjetivação se fundamenta na lógica da igualdade.

Desta maneira, Rancière (1996) elabora a tese da democracia em oposição ao instituições política de Estado. Argumentos similares podem ser encontrada em Marx (2010) na “Crítica da filosofia do direito de Hegel” e em Michel Abensour (1998), que reforça as teses de Marx em seu “A democracia contra Estado”.

Nas teorias de Marx a “verdadeira democracia” vai além das formas da organização do Estado, mas sim ela é um princípio político. A verdadeira democracia é um princípio político que soluciona a enigma do Estado Moderno, isto é, a separação entre a sociedade civil e o Estado, e tal situação acaba com a subordinação ou dependência entre as duas esferas.

Nas assertivas de Abensour (1998, p. 101), para Marx a verdadeira democracia significa “o desaparecimento de Estado político enquanto forma organizadora, mas manutenção do político, momento de vida do povo, de modo que a liberdade e universalidade possam estender-se a conjunto das esferas para penetrá-las”.

Atualmente o que se chama Estado Democrático é apenas uma ilusão da verdadeira democracia, “é evidente que todas as formas de Estado têm como sua verdade a democracia e, por isso, não são verdadeiras se não são a democracia” (MARX, 2010. p. 51). A aliança entre Estado e a democracia na modernidade se tornou uma forma eficaz de comprimir as manifestações democráticas e a modernidade traz o modelo da democracia controlada pelo Estado e que reprime o *demos*.

3.2 - Democracia da árvore da palavra

O debate sobre o conceito da democracia nos induz a pensar que este regime é uma invenção ocidental. Tendo sido originada na Grécia antiga, tal concepção teria sido propagada pela filosofia política, que toma como ponto de partida as instituições políticas de Atenas, partindo assim das concepções dos filósofos gregos da antiguidade.

Porém, inúmeros trabalhos vêm criticando essa tese, mostrando assim que a democracia grega que se tomava como a referência da democracia não incluía a maior parte da sua população na participação política.

Grosso modo, pesquisadores africanos nas áreas das ciências sociais (isto é, historiadores, sociólogos, antropólogos, etc.) acreditam que parte da civilização africana, no período antes da colonização, já conheciam a Democracia. Mais do que isso, seus sistemas políticos e social se assentava numa base democrática. A compreensão da democracia como normas burocráticas (desconhecidas), que traz consigo uma nova concepção de autoridade, é uma novidade para a sociedade africana, trazida junto com o poder colonial. E a introdução dessa nova democracia marcou e ainda marca profundamente a evolução política das sociedades Africanas. (MBEKO, 2019)

Se procuramos a origem da democracia, talvez o máximo que vamos poder afirmar com toda convicção é a etimologia da palavra. É fácil provar que a palavra democracia vem do grego, junção de dois vocábulos: *demos* e *kratos*. Porém, isso não significa que ela (a democracia) foi inventada pelos gregos. Se definimos a democracia como a forma sociabilidade que permite participação “do povo” (em sua pluralidade e diferenças) nas tomadas de decisão, limitando o poder de poucos e fomentando a solidariedade, não será fácil afirmar onde surgiu a democracia ou quem a inventou.

Dahl (2001) acredita que a democracia não tenha sido inventada uma única vez, como uma máquina a vapor. Para ele, os antropólogos e historiadores já mostraram que as práticas e ferramentas democráticas surgem em tempos e lugares diferentes.

Assim, a resposta sobre o surgimento da democracia está rodeada de incerteza, mas parece que a democracia parece ter sido inventada mais de uma vez em diferentes lugares, assim como o fogo e a pintura. (DAHL, 2001).

Se a democracia é um processo que é inventando e re-inventando em diferentes contextos por diferentes povos, o que o modelo europeu moderno conseguiu foi, por um lado, registrar sistematicamente seu próprio processo democrático, por outro, atrelar democracia ao Estado moderno burocrático (quase como sinônimos).

Nos anos 500 a.C tem-se verificado em Roma e Grécia sistema de governo que permitia a participação de um número considerável de “cidadãos”. Também na Itália nos anos 1100 d.C verificava-se os governos populares. Ainda Dahl mostra a experiência dos Vikings livres de Norte da Europa que faziam uma assembleia que chamavam em língua norueguesa de Tag. Na Tag os Vikings discutiam leis que lhes diziam respeito, e tomavam as decisões de quem devem jurar a lealdade e qual é a religião que devem seguir (DAHL, 2001).

No caso do continente africano, Ki-Zerbo (2006) acredita que a democracia existiu de maneiras diversas e de acordo com as formas das organizações criadas pelos africanos. Entre diferentes formas de organização do poder que existia em África - com ou sem Estado - existia um esforço para a redução e divisão de poder, assim também como a participação coletiva organizada e gerida pelo povo.

A forma de gerência do bem comum que existia em antigas sociedades africanas se chamava “*forobà*” na língua Diulá, que no entender africano representa a coisa pública “res pública”. (KI-ZERBO, 2006). Ki-Zerbo fala de uma democracia de base aldeãs, onde os anciões e representantes familiares apresentam nas reuniões, que aconteciam regularmente, para discutir os assuntos relativos à problemas de aldeia e a tomada de decisões, quer sob a orientação de um chefe ou de um rei. No final das reuniões a decisões que são tomadas por consenso era imposto a todos.

Podemos dizer assim que historicamente a democracia estava presente no sistema político tradicional africano. Nas sociedades africanas pré-coloniais a autoridade estava próxima do povo.

Os Bambaras da Oeste da África são povos que viviam sob a ordem de um chefe que delegava a aldeia para exercer certos direitos. Essa sociedade possui uma instituição chamada de Gara. A Gara é uma assembleia, que ocorre periodicamente, com delegados das aldeias para deliberar problemas do interesse do povo, e resolver possíveis litígios

entre aldeias. Essa é uma instituição que contrabalança o poder do chefe. (MBEKO, 2019).

Ao oeste de Camerão vive os Bamiléké. Nessa sociedade o chefe é auxiliado na condução dos assuntos públicos por um conselho, que se chama de Kamvé. Kamvé é uma instituição com uma forte extensão que tem a função de auxiliar o chefe e aconselhá-lo para que este governasse de forma justa de acordo com as tradições dos ancestrais. Também essa instituição auxilia o chefe a deliberar decisões relacionadas à comunidade inteira. O chefe não pode tomar decisões isoladamente colocando em risco a vida do grupo sem aviso prévio ao conselho. Ainda Mbeko (2019) salienta que, caso o Kamvé não concorde com o chefe, ele apresentará solenemente a sua discordância. Kamvé é, assim, uma instituição que vigia o chefe para que este não abuse do seu poder e nem se afaste das regras tradicionais ditas pelos ancestrais. Uma instituição que permite a participação popular na resolução dos conflitos.

No caso das tribos Bantu da África do Sul, o chefe é rodeado por um conselho composto por pessoas de confiança, formando assim uma instituição política que vigia o chefe. Essa instituição é parecida com a dos Bamiléké. O conselho atua quando a conduta do chefe está sendo insatisfatória e este pode ser culpado ou repreendido por seus conselheiros ou uma assembleia pública. Se o chefe governa de maneira tirânica ou negligente aos seus deveres, o povo pode desobedecer e um membro mais popular da sua família o substitui no cargo. (MBEKO, 2019).

Na mesma sequência de raciocínio Mbeko (2019) tece exemplo dos anciões do reino Yoruba de Oyo da Nigéria. As eleições para rei são organizadas por uma associação sagrada chamada Ogboni. Esta associação é responsável pelas questões legislativas, jurídicas e controla todas as ações do rei. Em suma, essa associação pode julgar e condenar o rei, isto é, caso ele agisse contra o interesse da sociedade. A sentença é dada na proporção do crime cometido pelo rei, podendo ser inclusive a morte por envenenamento.

Já na Guiné-Bissau, Monteiro (2013) evidenciará que a sociedade Bissau-Guineense pré-colonial estava dividida em frações de grupos étnicos, mas entre esses pode-se notar duas estruturas sociais diferentes: os que possuem uma estrutura de organização vertical ou com a hierarquização do poder, isto é, os que possuem um chefe máximo. Estes grupos possuem uma forma organizacional próxima de um Estado. São

eles: as mandingas, fulas, papeis, manjacos e outros. Amílcar Cabral chama a estes de sociedade vertical.

Por outro lado, consta os que são considerados de sociedade horizontal ou que não contém a hierarquização, nem um chefe máximo. São eles: os balantas, felupes, baiotes entre outros.

Cabral (1978), protagonista da fundação da nacionalidade guineense, faz menção a sociedade horizontal, dos grupos étnicos da Guiné-Bissau, isto é, grupos étnicos que não possuem chefe máximo e que tomam decisão coletivamente por meio de reuniões, onde cada família é representada por um chefe.

Os *balantas* formam um exemplo para Amílcar Cabral durante a mobilização para a luta contra colonialismo. Cabral os chamavam sociedade de homens livres, que não suportam a dominação de um chefe. As estruturas organizacionais desses grupos étnicos, que Cabral chama de sociedade horizontal, se assemelham muito com o que chamamos hoje de democracia direta. Se organizam em assembleia e tomam decisão coletivamente em que cada família é representado por um membro delegado.

Essas estruturas de organização política negro-africano no período anterior à colonização desenvolveram uma série de regras, constituições verbais, ou regras não escritas que ajudavam a conter abusos do poder e assegurar a participação das pessoas.

São instituições assegurada pela palavra. São essas formas de organização política que Mbeko (2019) chama de “Democratie de l’arbre à palabre” ou seja, “a democracia da árvore da palavra”. É importante salientar que estamos abordando o contexto africano, que é claramente marcado pela oralidade.

O continente africano, principalmente ao sul do deserto de Saara, é caracterizado por civilizações cuja tradição se transmite pela oralidade, isto é, pela palavra falada. Essa característica se estende até nas sociedades africanas onde já existiam escrita. É evidente que essa civilização foi reduzida ao sentido negativo ao longo da história e muitas das vezes associada à ausência da escrita. São essas ideias que levam a afirmação de que a África não tem história. Por isso, a civilização oral africana deve ser analisada numa perspectiva diferente da civilização onde as mensagens importantes são registradas por meio das escritas. (VANCINA, 2010).

Na sociedade africana a fala não é apenas um meio de comunicação, mas também ela é uma forma de preservação dos conhecimentos dos ancestrais. A palavra possui um peso significativo. Vancina (2010, p.140) define a tradição oral como “de fato um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra”.

O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra. E, pois, nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra. (HAMPATÉ BÁ, 2010, p. 168)

Então, a ausência da escrita nas sociedades africanas pré-coloniais não quer dizer a desordem, falta de Estado ou ausência da história. Mas as sociedades africanas anteriores a colonização são sociedades baseadas na tradição oral em que as relações sociais transcendem as burocracias. A tradição oral é uma forma de vida, ela não pode ser limitada a lendas ou relatos míticos.

Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial. Fundada na iniciação e na experiência, a tradição oral conduz o homem à sua totalidade e, em virtude disso, pode-se dizer que contribuiu para criar um tipo de homem particular, para esculpir a alma africana. (HAMPATÉ BÁ, 2010, p. 169)

A ciência, religião, política, arte, história eram asseguradas pelas palavras. Pois para Vancina (2010) na tradição oral africana as instituições políticas da Árvore da Palavra são credíveis e organizadas suficientemente para dirigir a sociedade na qual a palavra está ligada ao homem. E essas instituições garantem a participação das “massas” nas tomadas de decisão que diz respeito ao povo.

Não se deve reduzir tradição oral africana a lendas e fabulas, porém este deve ser compreendido como fora de literatura, dentro de um contexto social, que tem uma

estrutura mental, que tem uma cronologia marcada e também esses conhecimentos são avaliados. (VANCINA, 2010).

A tradição oral tem os seus guardiões. Hampaté Bá (2010) os chama de “Os tradicionalistas”. Os mais conhecidos desses guardiões são *os Doma e os Griots*. Durante a colonização europeia em África, os guardiões tradicionalistas foram silenciados pelos colonizadores, “senão perseguidos, pelo poder colonial que, naturalmente, procurava extirpar as tradições locais a fim de implantar suas próprias ideias” (HAMPATÉ BÁ, 2010, p. 176).

Alguns estudiosos usam a terminologia “Democracia Tradicional” para se referir a essa forma de organização política africana. Prefiro usar o mesmo termo que Sylla (1980) expressa para classificar esse regime: “*Démocratie de l’arbre à palabre*”, “a democracia da árvore da palavra”, para sair do dualismo característico das sociologias da modernização, de uma oposição entre o tradicional e o moderno. A oposição parece ser entre lógicas e práticas diferentes, e também entre dominação e subalternização.

Diante o exposto acima, pode-se afirmar que pesquisadores africanos concordam que a África pré-colonial possuía instituições que asseguravam a participação política, que regulava o poder dos reis - também que avaliavam e julgavam os desempenhos dos reis - e realizava as eleições.

Portanto, vale questionar: por que a democracia que foi instalada no período pós independência não se consolida na maioria dos Estados da África? Ou seja, por que é que a maioria dos Estados africanos apresentam uma democracia frágil?

As consequências do passado colonial refletem no presente dos países africanos. Atualmente, a África é submetida a outras formas de dominação - difícil de perceber - mas que foram projetadas durante a colonização. Os países africanos ainda mantêm as relações de dependência com as suas colônias. E é importante salientar que a democracia ocidental chegou na Guiné-Bissau imposta por órgãos multilaterais e países completamente comprometidos com o neoliberalismo. Acaba que os estados africanos de hoje representam regimes políticos que ignoram o poder tradicional dos régulos (chefes dos grupos étnicos).

A crítica não deve estar centralizada no regime democrático promovido pelo ocidente - e de modo algum estou fazendo apologia a regimes não democráticos - mas sim no tipo de democracia que não tem compromisso com a igualdade, a participação e a liberdade. Foi este modelo de “democracia” imposta em África que dificulta o funcionamento do aparelho de Estado e gera conflitos. A crítica assim deve ser feita a racionalidade política imposta no continente que se centraliza nas eleições e burocracias.

3.3 O eco do passado colonial em África

Seria superficial tentar entender o problema político em África sem levar em conta o passado colonial. Seria um enorme vazio analisar os problemas atual em África isoladamente, sem levar em consideração os acontecimentos passados que ainda assombram o continente.

A literatura colonial tratou a África como continente onde habitam pessoas sem cultura, sem história, sem Estado, em outras palavras, povos que precisam de tutela dos povos europeus para “prover” estas “faltas”.

As justificativas para sustentar a barbara ação que hoje chamamos de colonização são imensas. Foram forjadas pseudo-argumentações científicas, religiosas, literárias, fábulas, lendas etc. Porém os estudos pós/descoloniais vem apresentando contra-argumentos que apresenta outro lado da história que não era contada, ou seja, que não se encontra na literatura colonial.

O exemplo concreto das literaturas que vem desmistificando esses (pré)conceitos são as coleções da “História Geral da África” que já no primeiro volume aporta consigo informações que não se sabia sobre a África pré-colonial.

Está coleção não se preocupou apenas em trazer a metodologia do conhecimento do povo africano e da tradição oral, mas também é uma obra que prova que a África foi o lugar de origem das primeiras revoluções tecnológicas da história.

Os volumes da “História Geral da África” - assim como outros trabalhos des/pós coloniais - vem buscando trazer a imagem silenciada desse continente ao longo do tempo. O volume II dessa coleção aborda as grandes civilizações africanas, as formas de organização social, contradizendo assim os mitos de que não existiam Estados nas sociedades africanas pré-colonial

Então, vem sendo desconstruído o discurso colonial da falta e do vazio (hoje representado como lugar de miséria, sofrimento e doenças) e construída a percepção de que África é um continente munido de uma história rica, com sua civilização própria e forma de organização social e política diferentes, mas que foi transpassada por uma ação violenta europeia durante séculos. É nesse sentido que não se deve analisar os problemas da atualidade africana e esquecendo do seu passado, porque as consequências desse passado ainda refletem sobre a África hoje.

Como afirmado, a África foi palco das grandes civilizações e grandes reinos com as formas das organizações políticas diferente dos Estados modernos ocidentais. Os impérios de Gana, Egito, Songhai, Mali, reino de Congo etc, são exemplos precisos. Porém, o desastroso processo de colonização interrompeu o crescimento desses e outros impérios que existiram em África e subjugou seu povo com poder da pólvora à outras formas de vida que muitas vezes entram em contradição com a cultura Africana.

Quem explica melhor todo esse processo é Edward Said (2007) no seu livro “O Orientalismo” na qual ele explica claramente como Ocidente inventou o Oriente. “Orientalismo” refere-se a corpos de saberes literários “cultos” e científicos sobre o Oriente. (SAID, 2007).

Mas, além disso, tenho usado a palavra para designar conjunto de sonhos, imagens e vocabulários disponíveis para quem tentar falar sobre o que existe a leste da linha divisória. Esses dois aspectos do Orientalismo não são incongruentes, pois foi pelo uso dos dois que a Europa conseguiu avançar de forma não metafórica sobre Oriente. (SAID, 2007, p.115)

Oriente nesse sentido não refere apenas a esse espaço geográfico, mas sim um espaço imaginário construído e representado pelo Ocidente como lugar que não é comum, que expressa a inferioridade, isto é, lugar do outro que precisa ser tutelado. Assim, da mesma forma o Ocidente inventou a “África”, isto é, construíram discursos que colocam outros povos no lugar dos que necessitam ser tutelados, submetendo-lhes forçosamente a outras formas de vida, outras religiões, e outras formas de organização social, etc.

Deve-se analisar a relação entre África e a Europa como relação de poder, porque o poder não se exerce apenas por meio das leis ou das instituições ou das estruturas fixas. “O termo ‘poder’ designa relações entre ‘parceiros’ (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas - e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade - um

conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras)” (FOUCAULT, 2012, p.240) Ainda Foucault acrescenta que,

Quanto às relações de poder propriamente ditas, elas se exercem por um aspecto extremamente importante através da produção e da troca de signos; e também não são dissociáveis das atividades finalizadas, seja daquelas que permitem exercer este poder (como as técnicas de adestramento, os procedimentos de dominação, as maneiras de obter obediência), seja daquelas que recorrem, para se desdobrarem, a relações de poder (assim na divisão do trabalho e na hierarquia das tarefas). (FOUCAULT, 2012, p.241)

Então, ao longo do tempo a Europa se encarregou de representar a África, atribuindo a esse continente signos e significados que sujeita a inferioridade e questiona a humanidade do povo africano. Assim, criaram discursos que legitimaram suas presenças no continente.

É evidente que até hoje os colonizados são reféns desses discursos e das sujeições na qual são impostas durante o processo da colonização. Porque, ainda são essas imagens pejorativas, do sujeito que precisa ser salvo ou que precisa de ajuda e que, portanto, justifica a forte intervenção externa no continente africano.

A relação entre o colonizador e o colonizado é relação de poder. É uma relação de poder afirmada na construção do significado pejorativa do outro. Para Foucault,

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência. E preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito. (FOUCAULT, 2012, p.235)

As formas do poder são sutis, e são impostas sob os regimes de verdade. As literaturas coloniais produziram certas verdades que se cristalizam no colonizado como parte da sua identidade. De uma forma profundo Foucault esclarece que “na sociedade moderna, o discurso revolucionário, como todo discurso profético, fala em nome de outro,

fala pra dizer um futuro, futuro que já tem, até certo ponto, a forma o destino” (FOUCAULT, 2011, p.29).

Foucault (2012) deixa bem claro que o interesse dele se concerne em entender como os seres humanos se tornam sujeitos, porém os estudos dele oferecem boa base para entender as relações de poder fora da lógica do poder formal, ou seja, burocratizado. Foucault faz análise das pequenas naturezas do poder, fora das grandes estruturas estatais, e concentrou-se suas análises nas pequenas relações, nos discursos, construção de discursos e verdades. Porque acreditava que, “enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas.” (FOUCAULT, 2012, p.232).

Claramente a Europa representa o intelectual que constrói os significados e as verdades sobre a África, com isso quero dizer que as formas de dominação não é mais ocupação territorial, mas as novas formas de dominação se alicerçam no contínuo produção dos discursos pejorativos ou de algumas “verdades” sobre o continente que ainda expressa a posição da inferioridade e exalta a necessidade de ajuda que em outras palavras podemos traduzir como a necessidade de tutela.

Como diria Said (2007), este oriente (referindo fronteira imaginário, isto é, países colonizados) diz mais sobre os europeus do que sobre os próprios africanos. Mas a África não é mero produto desta concepção sobre ela. Existem sujeitos agenciando-se, formando-se e resistindo a isso. A luta pela descolonização é um processo de agenciamento, o que Amílcar Cabral considera como processo de “criação de um homem novo” capaz de marchar com seus próprios pés e guiada pela sua própria cabeça.

N’krumah (1965) faz uma radiologia da colonização alertando sobre a sua face mais branda, difícil de perceber e o seu caráter exploratório. São essas formas de dominação oculta que N’krumah (1965) chama de neocolonialismo.

O neocolonialismo não se refere a ocupação territorial e a exploração abrupta visível do continente africano, como se vê no colonialismo clássico, mas o neocolonialismo trata-se da subordinação dos países africanos a Europa por meio da dominação económica e intelectual. Nesse ensejo, a análise de relação das pequenas naturezas do poder de Foucault também traz outros panoramas na qual percebe-se que as relações do poder transcendem as estruturas do Estado, ou seja, ela vai além das formas

legais e burocráticas do poder. Mas as formas de dominação podem ser observadas nas microrrelações, instauradas por meio dos discursos e verdades. (FOUCAULT, 2003).

Nesse sentido, o sujeito africano é construído pelo poder do discurso da estrutura colonial. As tentativas de agenciamento sofreram com o golpe neocolonial. Os Estados modernos africanos que temos hoje são frutos do processo da luta para descolonização, mas as suas próprias fronteiras foram demarcadas durante a conferência de Berlim em que a África foi partilhada pelas potências europeia para a exploração. Agora temos uma África fragmentadas em pequenos países com os Estados a modelos europeus. Uma África construída na perspectiva europeia.

Os modernos Estados africanos são descontinuidade de todo o processo do avanço que o continente teve nos momentos antes da colonização. N'krumah (1965) considerou como processo da neocolonização que tem como instrumento a balcanização.

Este termo define de modo particularmente correcto (*sic*) a fragmentação da África em estados pequenos e fracos; foi inventado para designar a política das grandes potências que dividiram a parte europeia do antigo Império Turco e criaram na península balcânica vários Estados dependentes e rivais entre si. O resultado desta política foi criar um barril de pólvora que qualquer faísca podia fazer explodir. (N'KRUMAH, 2011, p.287)

Ainda N'krumah (2011) salienta que o processo de colonização não é apenas territorial, mas refere-se a todo o processo de manipulação político económico e social que apresenta determinado perigo para a independência total da África,

Os Ingleses impuseram-nos uma constituição destinada a provocar a desintegração da nossa unidade nacional. O Congo, declarado independente com um calculismo (*sic*) apressado e malicioso, tomou-se imediatamente o campo de batalha da divisão fomentada pelos imperialistas. (N'KRUMAH, 2011, p. 288)

A nova forma de colonização em África está revestida desses traços. Nessa perspectiva “cria Estados-clientes, que são independentes no papel mas que, na realidade, continuam a ser dominados pela própria potência colonial que supostamente lhes deu a independência.” (N'KRUMAH, 2011, p. 288)

Portanto, a imposição da democracia em África é uma forma estranha de levar a liberdade aos povos que devemos questionar sem pensar duas vezes. Para N'krumah (1967) os métodos da neocolonização são primorosos e variável, isto é, camufla de várias maneiras, não sendo apenas presente nas esferas econômicas, mas também passa nas esferas política, cultural, religiosa e ideológica.

Ainda N'Krumah (1967) salienta que neocolonialismo representa o estágio mais sutil, mais avançado e mais perigoso do imperialismo. Neocolonialismo no seu âmago, deixa o Estado no qual ele está sujeitado teoricamente independente, mas na prática os seu sistema político-econômico continua sendo dirigido pelo exterior.

Para N'krumah (1965) os Estados africanos ainda são sujeitados a essa nova forma de colonização que é mais sutil e perigosa na qual os países africanos continuaram refém. Em suma, a relação entre a Europa e as suas antigas colônias não baseava apenas nas explorações de recursos naturais e mão-de-obra escravo, porém, baseia-se na construção de certas verdades sobre o outro e na sujeição de uma outra identidade, uma outra cultura, uma outra religião, uma nova forma de Estado e política e uma nova forma de vida aos colonizados. E esse eco do passado colonial ainda ressoa estrondosamente no presente.

Os problemas dos países africanos têm suas raízes no passado colonial porque a África, pós-independência herdou formas de Estados que não coabita com a suas realidades. Estados burocratizados e centralizados, forma de Estado que tenta eliminar toda a diversidade étnica com intuito de homogeneizar a sociedade. Estado pensado no modelo europeu, que desconsidera as particularidades das sociedades africanas. Um modelo de Estado que a Europa projetou para África, um modelo do Estado que continua e continuará a depender da Europa, mantendo assim a antiga relação do colonizador e colonizado, isto é, a relação de exploração.

O passado colonial leva a que os Estados pós coloniais em África sejam frutos das práticas coloniais, isto é, os Estados africanos é uma representação daquilo que o colonizador quer que ele seja hoje. Por isso, a África se tornou refém do sistema político que foi coagido a adotar depois da independência. Em suma, a África se tornou aquilo que a Europa quer que ela seja.

Até os anos de 1970 a Europa não queria abandonar a África, e era necessário travar guerra contra o colonialismo para que a África se emancipasse. E de repente vimos

essa Europa pregando ajuda à África, apresentando imensas preocupações com o continente que ele destruiu e planos para salvar o continente. Não é um ato de redenção. Nessa perspectiva, vale desconfiar de ajuda que Europa sempre prega. Seria sensato desconfiar dos planos de ajuda que Europa oferece ao continente africano que ele devastou. Tal ajuda não se refere ao ato de redenção, mas, sim a possibilidade da continuação da antiga relação de exploração.

A relação entre colonizador e o colonizado ainda se mantém sob outras perspectivas. Territorialmente, a África é independente, mas a sua economia e sistema político continua refém do colonizador, isto é, a África continua sendo explorada pelo ocidente porque sucumbiu ao discurso construído durante a colonização. As supostas ajudas são as formas de manter a velha relação entre colonizador e o colonizado e também é a forma de manter a presença no continente africano.

A consequência das ações colônias construiu o caminho para que a África continuasse como refém da Europa mesmo sem a ocupação territorial. Neste sentido, os problemas atuais no continente africano não podem ser pensadas isoladamente sem levar em conta todo o processo de colonização e como esse passado histórico afetou o continente.

CAPITULO 4 - DEMOCRACIA E NEOLIBERALISMO NA GUINE BISSAU

Neste capítulo analisaremos o neoliberalismo, a sua relação com a democratização na Guiné-Bissau. O argumento deste capítulo é que a virada neoliberal proporcionou avanço da democracia esvaziada dos seus preceitos, isto é, a democracia imposta pela coação do FMI e Banco Mundial e pela força dos exércitos dos Estados Unidos nos países em desenvolvimento.

As aspirações das políticas neoliberais justapõem a democracia com as teorias económicas, por isso, na percepção dos teóricos neoliberais o “excesso da democracia” deve ser contida para que possa funcionar a lei da concorrência em todos planos da vida. Esta concepção neoliberal de democracia foi imposta na Guiné-Bissau por meio da coação dos agentes económicos internacionais. Este capítulo, buscando articular o contexto mundial com a realidade local, analisa a virada neoliberal no ocidente o seu impacto no continente africano, isto é, como a ascensão de neoliberalismo alterou a configuração social e político na Guiné-Bissau, por meio de ajustes económico. A chamada “era da liberalização económica e política” proporcionou a mudança na estrutura política do país com a pressão externa sobre os países africanos.

Nos finais de anos de [19]80 ao início dos anos [19]90 a Guiné-Bissau assim como maior parte dos países africanos embarcaram no navio da mudança para uma economia capitalista, deixando assim seus velhos tutores socialistas, depois da queda de muro de Berlim e com a Glasnost na antiga União Soviética. E esta mudança provocada de fora para dentro alterou significativamente a estrutura social e política da sociedade Bissau-guineense e a democracia que vai ser instalada neste período apresenta enorme dificuldade na sua implantação assim como a fraqueza na sua consolidação como regime que apela a igualdade e liberdade.

4.1 África: da descolonização à neocolonização

Os anos de 1960/1970 marcaram o processo da descolonização da África, enquanto que no Ocidente proliferou-se reivindicações para ampliação de direitos civis promovida por jovens, isto é, a movimentação pelos direitos civis dos afro-americanos, direito das mulheres e liberalização sexual marcaram reivindicações contra postura

conservadora durante a Contracultura nos Estados-Unidos e no Reino-Unido, Maio de 1968* na França, entre outros movimentos.

Já nos anos de 1970 os teóricos neoliberais classificaram esses momentos como “excesso da democracia” e atribuíam culpa ao Estado de Bem-estar Social, a culpa pelo chamado “excesso da democracia” e pela crise económica que se instaurava no Ocidente. Assim ergueu o neoliberalismo simultaneamente com processo da democratização que Huntington chama de “terceira onda” enquanto a África passa por processo da descolonização. Nesta sessão a discussão se insere na tentativa de desvendar o impacto do neocolonialismo durante o processo da descolonização e como esse processo possibilitou o avanço do neoliberalismo em África juntamente com o advento da democracia no período pós-independência. Ressaltando que será considerado aqui as ideias neoliberais como instrumentos da neocolonização.

A colonização ocidental deixou sequelas significativas nas sociedades colonizadas, na África, América, Ásia e Oceania, porém, a colonização no continente africano possui caráter diferente entre os demais, isto é, ela não se resume apenas em ocupação territorial e a exploração dos recursos dos colonizados, mas a colonização africana diz respeito à redução dos povos africanos a “coisa”, ou seja, a mercadoria. Para esse efeito constroem-se teorias que demonizam o povo africano e negam as suas formas de vida. E essa construção do outro como inferior que precisa de tutela produziu consequências que ressoam até momentos atuais.

A colonização africana teve seu marco no século XV, momentos da invasão europeia em África, e ela se efetivou depois da conferência de Berlim no ano 1884/85 quando as potências europeias dividiram a África para exploração. Mas o processo da colonização é marcado também por resistência dos africanos desde o primeiro momento. Uma das consequências destas resistências foi a criação de movimentos de luta pela independência dos países africanos e que culminaram na criação da Organização da Unidade Africana (OUA), datado no ano de 1963, que tinha como projeto a “unidade para a independência das então colônias de África é prenúncio de um pensamento maior - a União dos Estados africanos, com intuito de criar um núcleo dos Estados Unidos da África” (MONTEIRO, 2013, p. 50).

Nessa ordem de ideia, a OUA atualmente denominado de UA tinha como principais objetivos;

eliminação total do colonialismo e soberania dos Estados africanos; integração econômica e a cooperação política e cultural no continente; coordenação e intensificação dos esforços de cooperação para oferecer aos povos africanos melhores condições de vida; erradicação de todas as formas de colonialismo; e promoção da cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos Humanos. (MONTEIRO, 2013, p. 51)

Também a OUA tinha como objetivo a criação de comunidades econômica fortes em cada região da África para fortalecer a economia interna do continente e enfrentar agressão das forças econômica externa do ocidente a fim de consolidar uma independência econômica. (DIALLO, 2016)

A OUA foi criada em Adis Abeba capital da Etiópia no dia 25 de maio de 1965 e contou com a participação de mais de trinta líderes africanos que clamavam à “Liberdade, Igualdade, Justiça e Dignidade” para o povo africano. Em 1972, isto é nove anos depois, esta organização foi reconhecida pela ONU e esta data foi reconhecida institucionalmente e celebrada como dia da África (MONTEIRO, 2013). Portanto, a integração entre os Estados africanos serviu como manobra de resistência contra “escravatura e do colonialismo quanto à dominação do imperialismo e do neocolonialismo ocidental, além de fazer frente aos desafios do desenvolvimento, da emancipação sociopolítica e cultural de seus povos no mundo globalizado” (DIALLO, 2016, p. 245).

Não obstante, a OUA (hoje UA) enfrentou e ainda enfrenta enormes desafios na realização dos seus objetivos, sabendo que ainda nos anos de 1960 a maior parte do território africano estava sob a ocupação colonial. De acordo com Monteiro (2013) um dos desafios da OUA seria administrar em cada região da África os conflitos étnicos incentivado pelos colonizadores, lembrando que durante todo processo da colonização, a administração colonial incentivava os conflitos entre grupos étnicos, base da estratégia colonial: “dividir para reinar”. Gerenciar os conflitos étnicos incentivados pelos colonos se tornou desafio gigantesco da OUA para a integração e a unidade em algumas regiões da África.

Outro ponto salientado pela Monteiro (2013) é a que chamo de desafios externo, quer dizer, a interferência das potências Ocidentais nos assuntos internos da OUA, isto é, a interferência de URSS e EUA diminuindo assim a capacidade de ação desta organização.

Não obstante, a África se tornou o palco de novo tipo de luta entre as potências ocidentais. Monteiro (2013) resumiu essa interferência no seguinte aspecto: refere-se a cisão causado no seio da organização pela URSS e pelos EUA o que caminha em contramão com objetivo da organização isto é, a unidade entre os Estados africanos. Deste modo, verifica-se duas alas dentro da OUA, uma apoiada pelo URSS e outra pela EUA. E essa cisão revelou-se de forma visível durante os conflitos civis no continente.

Monteiro (2013) faz menção ao caso de Angola como exemplo, “quando o MPLA foi apoiado pela URSS e a UNITA pelos EUA. Por sua vez, a OUA carecia da força para manutenção da paz, ficando os Estados africanos à mercê dos interesses das potências ocidentais”. (MONTEIRO, 2013, p. 52).

Nesta ordem de ideia, Diallo (2016) acrescenta que, mesmo com enorme esforço a África não alcançou o sonho Pan-africanista da autonomia, união e desenvolvimento devido a fatores de natureza histórica que é parte da herança colonial, isto é,

as dificuldades são de natureza histórica (herança colonial) e estrutural ligada a difícil relação entre os processos internos de construção do Estado e a inserção do mesmo no Sistema Internacional dominado pelo imperialismo capitalista dos países coloniais e neocoloniais. Ou seja, a baixa velocidade em que andam os processos de integração econômica, política, sociocultural e principalmente a ausência de autonomia está estreitamente atrelado aos processos de independência inacabada devido a fatores endógenos e exógenos. (DIALLO, 2016, p. 243)

Então, o sonho Pan-africano de criação do Estado Unidos da África independente da opressão do ocidente sofreu um contra-golpe neocolonial que não permitiu a realização de subjetivação do indivíduo emancipado livre das amarras do ocidente. Os Estados africano tornaram-se independente no papel, mas mantiveram relação de dependência econômica com ex-colonizadores.

Para Diallo (2016) a ausência da autonomia do continente africano é um processo histórico ligado ao procedimento da independência não concluída que pode ser compreendido por meio de dois fatores endógenos e exógenos, isto é, empecilhos interno e externo porém, “tanto as barreiras endógenas quanto exógenas são frutos da herança colonial, que ganharam mais sofisticação e aprofundamento com as elites políticas que

administraram e administram os Estados Africanos após a independência” (DIALLO, 2016, p. 251).

De acordo com Diallo (2016) entre 1950-1975 foram criadas treze organizações para integração política e econômica dos países da África ocidental com intuito de criar um bloco econômico forte para fazer face a neocolonialismo.

Data de criação	Organização Regional	Área de intervenção	Países membros
1959-1960	Federação do Mali	Política e econômica	Mali, Senegal, Burkina Faso, Benin,
1959-1960	União Gana-Guiné	Econômica	Gana, Guiné e Mali.
1959-1962	União aduaneira da África Ocidental (UDAO)	Econômica	Côte d'Ivoire, Benin, Burkina Faso, Níger, Mauritânia, Senegal e Mali (Sudão francês).
1963-2001	Organização da Unidade Africana (OUA)	Várias	Os 32 Estados independentes do continente da época
1964	Acordo econômico e Financeiro	Econômica	Serra Leoa e Guiné
1966	União aduaneira dos Estados da África do Oeste (UDEAO)	Econômica	Côte d'Ivoire, Benin, Burkina Faso, Níger, Mauritânia, Senegal e Mali (Sudão francês).
1966	Mercado Comum Oeste Africano	Econômica e política	Libéria, Serra Leoa, Côte d'Ivoire, e Guiné.
1970	Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO)	Econômica e monetária	Côte d'Ivoire, Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal.
1971	Cooperação econômica	Comércio e serviço social	Serra Leoa e Libéria
1973	União do Rio Mano	União aduaneira e econômica	Serra Leoa, Guiné e Libéria.
1973	União Monetária da África Ocidental (UMAO)	Econômica	Benim, Burkina Faso, Costa de Marfim, Mali, Níger, Senegal, e Togo.
1973	Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO)	Integração monetária	Côte d'Ivoire, Benin, Burkina Faso, Níger, Mauritânia, Senegal e Mali (Sudão francês).
1975	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)	Integração econômica e monetária	Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Tabela 334: lista das organizações para integração política e econômica dos países africano

Fonte: Diallo, 2016

A maioria dessas organizações atuava na economia e na política e tinham como objetivo a criação de bloco económicos consistente em África para lutar para uma emancipação política e económica. Porém, em resposta a estas organizações, a França criou depois da segunda Guerra Mundial organizações financeiras que atuava na costa ocidental da África com suposto objetivo de “ ‘auxílio ao desenvolvimento económico’ dos seus territórios ultramarinos: o F.I.D.E.S. (Fonds d'Investissement et de Développement Économique et Social) e a C.C.O.M. (Caisse Centrale de la France d'Outre-Mer). (NKRUMAH, 2011, p. 289) porém evidencia-se o contrário,

O investimento no sector do desenvolvimento económico e social destes territórios era em larga medida um eufemismo, destinado a fazer entrar fundos nas ex-colónias para os fazer voltar à França. Calculou-se que 80% desses «investimentos» voltavam à França na forma de pagamento de materiais, serviços, comissões, juros bancários do pessoal francês. (NKRUMAH, 2011, p. 289).

Não obstante, estas instituições exercem a função exploratória, quer dizer, que o investimento dessas instituições faz produzir e encorajar a cultura de exploração intensiva da matéria prima e mão-de-obra nas ex-colónias.

A descolonização não foi um processo dado, mas, sim, um processo de resistência. Na mesma proporção os colonizadores resistiram e ainda resistem também com intuito de manter o seu *status quo* do velho opressor explorador/explorador. Nesse quesito, ocidente projeta nova forma de perpetuar a sua dominação sobre o continente. Durante processo da descolonização alguns intelectuais Pan-africanistas chamaram atenção este tipo de fenómeno, e Nkrumah apelidou de neocolonialismo, isto é um projeto de novo tipo de colonização que possui a face oculta, e ela é difícil de perceber.

Enquanto os países africanos lutavam para libertar seus territórios, o Ocidente estava preparando novo golpe, o *neocolonialismo* onde não será necessário a ocupação territorial, mas basta uma dependência económica. Enquanto os países africanos estavam conquistando as suas “independências” o Ocidente estava incutindo a nova ordem de

dominação, em que as ideias neoliberais serviram como técnicas que permitiu a expansão dessa nova ordem de dominação. As ideias neoliberais se expandiram ancorada nos processos de democratização dos países da América Latina e da África pegando momento oportuno com o fim da Guerra Fria.

A afronta neocolonial a África transpassou momentos da descolonização e ataca jovens Estados africanos com Programa de Ajustamento Estrutural, uma das ferramentas neoliberal propagada durante a década de 1980-1990, caminhando juntamente com processo de democratização. Esses arranjos neoliberais proporcionaram novas formas de organização política e econômica que fez os jovens Estados africanos refém da dominação econômica ocidental.

O neoliberalismo instaura novo tipo de relação que produz a dominação não muito diferente do colonialismo clássico. Agora vale perguntar se os países africanos explorados durante séculos e com economia frágil podem concorrer no mesmo mercado com países europeus.

Então, torna-se notório que todas as façanhas das dez normas fabricados no Consenso de Washington é apenas uma catapulta que permitirá a intervenção do Ocidente em África, em que estes se tornarão geradores de empregos e donos das empresas controlando assim o capital econômico, deste modo, a África viverá sob nova forma de colonização, com igual violência física através da chantagem econômica.

4.2- A virada Neoliberal

A princípio parece que a democracia é regime político e neoliberalismo é doutrina econômica e em algumas circunstâncias são tratadas como coisas separadas que não possuem nexos. Neste capítulo pretendo analisar a incorporação da racionalidade neoliberal na democracia, partindo assim dos pressupostos de Dardot e Laval (2016) e Wendy Brown (2019).

É fácil notar a conexão da atual democracia com a lógica do mercado capitalista, porque nela encontramos a própria racionalidade neoliberal. Racionalidade esta que transforma a liberdade em concorrência, tanto no plano individual assim como nas esferas estatais.

Para Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo deve ser analisado num contexto histórico, porque este possui uma coerência, o capitalismo deve ser entendido como um

processo histórico levando em conta as suas contradições e transformações, de modo que este se renova a cada época.

De acordo com Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo não é uma simples doutrina econômica, é um sistema que estende seus resultados no mundo inteiro na medida que leva a lógica do capital em todas relações sociais e a todas camadas da vida. Neoliberalismo “traz em si uma ideia muito particular da democracia, que, sob muitos aspectos, deriva de um *antedemocratismo*: direito privado deveria ser isento de qualquer deliberação e qualquer controle, mesmos sob a forma de sufrágio universal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 08).

De qualquer forma, esses autores acreditam que o neoliberalismo está nos fazendo entrar nos períodos pós-democrático, ou seja já nos conduz a momentos em que questionamos o tipo de democracia que estamos vivendo.

Dardot e Laval (2016) analisam o neoliberalismo como uma racionalidade, esse é a principal tese do livro “A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal”. Uma racionalidade que não se resume apenas em orientar as ações dos governantes, mas anteriormente orienta as ações dos governados. E esta racionalidade toma como característica essencial a concorrência generalizada como padrão de conduta e modelo da empresa como modelo de subjetivação.

Sob conceito da racionalidade elaborado por Michel Foucault, para elucidar a questão da governamentalidade, quer dizer, tipos de racionalidade que se utiliza nos procedimentos pelos quais se orienta uma sociedade através de uma administração estatal, que vai até nas condutas humanas, Dardot e Laval (2016) elucidam que neoliberalismo se torna sistema que “emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Ele não pode ser reduzida à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 20).

Neoliberalismo projeta nova forma de subjetivação, isto é, a produção de uma relação do indivíduo com ele mesmo, trata-se de “uma relação do sujeito com ele mesmo como ‘capital humano’ que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais”. ((DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

Os anos de 1970/1980 marcaram momentos triunfante da política neoliberal na Europa e no mundo. Momentos que sinalizam a ruptura com o Estado do bem-estar social

da Social-Democracia para implementar novas políticas que podiam dar respostas às crises econômicas e inflação acelerada. A eleição de Margaret Thatcher e Ronald Wilson Reagan são exemplos perfeitos para descrever o momento de ruptura do Estado do Bem-Estar Social para políticas neoliberais e conservadoras. Esse período é nomeado por Dardot e Laval (2016) de “A grande virada”.

O marco principal da “grande virada” aconteceu quando os governos de outros países e as organizações econômicas internacionais - caso de Banco Mundial e FMI - começaram aplicar o programa político de Thatcher e Reagan. A difusão da política neoliberal deve-se a diagnóstico feitos por especialistas convidados para fazer análise das crises e inflação acelerada na época. A partir desse diagnóstico, produziu-se relatório da Comissão Trilateral¹⁶, nomeado de *The crisis of democracy*, “um documento-chave que mostra a consciência da ‘ingovernabilidade’ das democracias compartilhadas por muitos dos dirigentes dos países capitalistas”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.194).

O diagnóstico foi formulado em 1975, contendo três relatores, Samuel Huntington, Michel Crozier e Joji Watanuki. De acordo com Dardot e Laval (2016), estes integrantes da comissão reclamavam do “excesso da democracia”, quer dizer, o crescimento das reivindicações para igualdade e aspiração para participação ativa na política das classes marginalizadas e pobres. Estes especialistas acreditavam que a “democracia política somente pode funcionar normalmente com certo grau ‘de apatia e não participação da parte de certos indivíduos e grupos’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.194). A comissão Trilateral diagnosticou a participação das massas como a causa da “crise da democracia”

Outro momento marcante que possibilitou a propagação da política econômica neoliberal foi o Consenso de Washington, formulada em 1989 na qual se criou dez regras básicas: 1) disciplina fiscal, 2) redução dos gastos públicos, 3) reforma tributária, 4) juros de mercado, 5) câmbio de mercado, 6) abertura comercial, 7) investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, 8) privatização das estatais, 9) desregulamentação, ou seja, afrouxamento das leis econômicas e 10) afrouxamento das leis trabalhistas e direito à propriedade intelectual. O Consenso de Washington estabeleceu conjuntos de

¹⁶ Fundado em 1973 por David Rockefeller, que reúne membros selecionados da elite econômica mundial provenientes do Estados Unidos, Europa, e Japão com intuito de desenvolver as propostas para conjunta. Foi no meio dessa reunião que foi produzido o relatório intitulado “the crisis of democracy” documento que aponta para ingovernabilidade da democracia. Cf. A nova razão do mundo: ensaios sobre sociedades neoliberais. Dardot; Laval 2016.

normas na comunidade financeira internacional, normas que todos países devem-se submeter para conseguir auxílios e empréstimos financeiros.

Não obstante, Dardot e Laval (2016) comentam de um modo mais esclarecedor.

Desse modo, progressivamente uma nova orientação tomou corpo em dispositivos e mecanismos econômicos que mudaram profundamente as “regras do jogo” entre os diferentes capitalismo nacionais, assim como entre classes sociais em cada um espaço nacionais. As mais famosas das medidas adotadas foram as grandes ondas de *privatizações* de empresas públicas (na maioria das vezes vendida a preço de banana) e o movimento geral da *desregulamentação* da economia. A ideia diretriz dessa orientação é que a liberdade que se dá aos atores privados - que conhecem melhor a situação dos negócios e os seus próprios interesses - é sempre mais eficaz do que a intervenção direta ou a regulação pública. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 196)

Essas regras claramente estipula a concorrência como a regra universal e soberana dos governos. São esses sistemas de regras que Dardot e Laval (2016) chamam de sistema disciplinar mundial. Reforçando que Banco Mundial e FMI desempenharam papel fundamental na propagação dessas normas.

A racionalidade governamental neoliberal foi inculcada nos países em desenvolvimento com especial empenho do Banco Mundial e FMI que estenderam a lógica de concorrência para toda esfera da vida. Começando pela concorrência interestatais até no plano mais individual da vida.

Isso foi obra, em grande parte, de técnicas e dispositivos de disciplina, isto é, de sistemas de coação tanto econômico como sociais, cuja função era obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob pressão de competição, segundo os princípios do cálculo maximizador e uma lógica de valorização de capital. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 193)

Essa é a subjetivação capitalista, gerada e inculcada pela racionalidade neoliberal que projeta novos sujeitos aptos para concorrer em todas escalas da vida. As aspirações dos teóricos neoliberais mostram claramente o desejo de limitar a democracia, isto é, encurtar a participação de certas classes sociais na participação política.

A virada de década de 1970 a 1980 foi momento marcante na criação dos planos e estratégias que impulsionaram o avanço dessa lógica concorrencial. Em resumo, os três

principais momentos marcante da virada neoliberal são: 1) publicação do relatório trilateral intitulada “A crise da democracia”, 2) A eleição de Thatcher e Reagan, 3) Consenso de Washington.

A virada neoliberal aconteceu justamente com o processo de democratização dos países em desenvolvimento a maioria deles são países africanos e da América Latina. Esse processo de democratização, que tem como um de seus marcos a Revolução de Cravos em Portugal em 1974, é que Huntington chama de terceira onda de democratização.

A “coincidência” da virada neoliberal com a terceira onda de democratização não é um acaso. Não é um acaso porque neste período Estados Unidos estava na luta incessante para eliminar quaisquer resquícios socialista que exprimia em expandir a igualdade social por meio da economia planificada com base no Partido Único. Como potência, o Estados Unidos promovia a expansão do sistema capitalista com base na economia de mercado, propriedade privada e sistema democrático. E na medida que o bloco Soviético estava perdendo força, o Estados Unidos estava implantando regime capitalista acompanhado com o “sistema democrático” por meio da coação através dos agentes económicos internacionais, isto é, FMI e Banco Mundial.

Porém vale questionar que tipo de democracia esses países estavam sendo submetidos. Vale lembrar que os teóricos neoliberais estadunidense se queixavam do excesso da democracia, por isso tal excesso deveria ser contido.

Para Huntington (1975) um dos relatores da Comissão Trilateral a democracia não é paixão ávida que emana a igualdade, mas,

a democracia é apenas uma das formas de constituir a autoridade, e não é necessariamente aplicável de modo universal [...]As arenas onde os procedimentos democráticos são apropriados são, em síntese, limitadas. [...]a operação efetiva do sistema político democrático habitualmente exige alguma medida de apatia e de não envolvimento por parte de alguns indivíduos e grupos (HUNTINGTON apud VITULLO, 2015, p. 10)

Para Huntington as reivindicações que acontecia nos anos 60 para direitos sociais era visto como problema de governabilidade causada pelo excesso da democracia. Porém, a partir dos anos de 1970, os neoliberais responderam à excesso da democracia por meio das ações concretas “na medida em que iam assumindo o governo de um número cada

vez maior de países, encaravam de modo entusiasta um combate sem trégua contra os direitos e conquistas sociais” (VITULLO, 2015, p.09).

A democracia que estava sendo implantado nesses países retirava os direitos sociais para promover a concorrência, por isso que insisto que esta democracia não tem compromisso com a igualdade mas sim zela pelo mercado e promove a concorrência, isto é, a racionalidade capitalista.

A década de 1970 a 1980 expressa momentos significativos na mudança de regimes políticos nos países colonizados, isto é, os países que tinham orientações socialistas ou que recebiam apoios da URSS, tinham que adotar a democracia. Porque com o fim da Guerra Fria e a queda da URSS cessou-se as ajudas externas que países com orientações socialistas recebiam (TEIXEIRA, 2010).

A crise econômica afetou profundamente esses países que conseqüentemente cederam aos condicionamentos da FMI e BM, abandonando assim o regime de Partido Único e adotando as “instituições democráticas” e os dez critérios do Consenso de Washington.

Na tabela abaixo deixo explícito os momentos que marcaram a grande virada neoliberal. Importante novamente destacar que o neoliberalismo não é simples doutrina econômica, ela é acarretada de outros valores morais que não facilitam o funcionamento da democracia

Primeiras formulações das teorias neoliberais	A grande virada Neoliberal 1973- 1990			
	1930	1973-1975	1980	1989
Teorias de Hayek e Friedman nos anos de	Criação da Comissão trilateral	Eleição de Thatcher e Reagan	Consenso de Washington	

Tabela 443: A virada neoliberal

O que se questiona aqui não é a democracia no sentido ideal, mas a democracia que acarreta a racionalidade neoliberal, que exclui os direitos e promove a concorrência, isto é, a democracia que preza pela concorrência desigual em todos os níveis da vida, mas

que minimiza a igualdade de participação e exalta a liberdade individual, uma democracia que questiona a diferença e tenta homogeneizar a sociedade.

A democracia promovida pelo neoliberalismo é a democracia esvaziada de todos seus atributos essenciais de modo que acaba promovendo apenas concorrência. Então a democracia foi esvaziada dos seus preceitos e essa lacuna foi preenchida por uma racionalidade que promove a concorrência desenfreada que vai desde as relações estatais até no subjetivo do indivíduo. Não é atoa que Brown (2019) chama de *desdemocratização*.

As ideias neoliberais não expandiram apenas por coerção dos agentes financeiros internacionais FMI e BM, mas os teóricos da direita propagam ideologias que conseqüentemente promoveu a difusão das ideias neoliberal, isto é, uma ideia da democracia mais limitada com ênfase na concorrência e liberalização do mercado.

Alguns dos intelectuais que formularam a teoria neoliberal são: Friedrich Hayek, Milton Friedman e posteriormente Samuel Huntington, e os colegas da Comissão trilateral deram continuação ao trabalho.

Huntington, Michel Crozier, Joji Watanuki (relatores da Comissão Trilateral) e outros autores como Hayek, Von Mises, Stigler e Friedman nos anos de 1930, elaboraram teorias contra a burocratização e Estado do bem-estar Social, “Criou-se toda uma vulgata sobre o tema ‘desobrigação do Estado’ e a ‘incomparável eficiência do mercado’” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 206).

Esses autores desenvolveram teorias que permitiram a difusão das ideias neoliberais. Essas ideias promoveram críticas contra Estado do bem-estar Social e todos direitos sociais conquistados ao longo do tempo. Uma nova anuência que procura “desarticular, despolitizar, domesticar ou, se for permitido o jogo de palavras, *desdemocratizar* a democracia, em nome de um movimento que se apresenta como defensor dos direitos e liberdades individuais e do livre mercado” (VITULLO, 2015, p.02) foi criado por esses ideólogos. Um consenso que procura regular a democracia e limitá-la na concorrência tanto no mercado assim como na política, ou seja, reduzir a democracia para concorrência eleitoral.

Se pararmos para analisar a obra de Huntington “A terceira Onda” perceberemos que a ideia que esse autor tem da democracia limita-se aos processos eleitorais. A

participação nas eleições se tornou a forma de avaliar se uma democracia é boa ou não. Por isso, ao iniciar o debate sobre a terceira onda de democratização Huntington toma como definição de democracia a ideia de dois autores: Schumpeter e Dahl. Ambos concebem a democracia como arranjos institucionais que regularizam a disputa pelo poder. Nessa perspectiva Dahl prefere usar o termo poliarquia para referir o que chamamos hoje de democracia porque, ele acredita que a democracia ideal, ou seja, idealizada pelos filósofos da antiguidade seria inalcançável. Assim, para Dahl a boa democracia seria aquela que permite a participação dos cidadãos nos processos eleitorais. A preocupação central desses autores é simples e clara, a democracia não é sinónimo da igualdade, mas sim, teorizam a democracia como uma ferramenta que proporciona concorrência, ou seja, a disputa em todos planos da vida.

Para algunas personas, la democracia debe o debería tener connotaciones movilizadoras y más idealistas. Para ellos, la “verdadera democracia” significa libertad, igualdad, fraternidad, un efectivo control ciudadano sobre las políticas, gobierno responsable, honestidad y apertura política deliberación informada y racional, iguales cantidades de poder y participación, y otras diversas virtudes cívicas. Estas son, para mayor parte, cosas buenas, y la gente puede, si lo desea, definir la democracia y estos términos. Haciéndolo así, sin embargo, aparecen todos los problemas que han acabado con las definiciones de democracia por la fuente o por los objetivos. Las normas borrosas no permiten análisis útiles. Elecciones, apertura, libertad y juego limpio son la esencia de la democracia, el inexcusable *sine qua non*. (HUNTINGTON, 2010, p. 22).

Nessa afirmação Huntington (2010) demonstra claramente a sua hostilidade com o excesso da democracia. Isto é, para ele a essência da democracia é a eleição, as manifestações de outras virtudes cívicas, podem acabar com a definição da democracia.

As ideias da democracia neoliberal não permitem outras formas de manifestações da democracia. Essas ideias fortalecem os Estados policiais que acabam respondendo com violência as outras formas de manifestações da democracia que não sejam eleições. Exemplos recentes disso é a repressão policial durante o protesto “Black lives matter”.

Para Huntington (2010) o que importa na democracia é a eleição, os demais atributos da democracia são dispensáveis. Para ele, todos países que realizaram a eleição

durante a década de 1970 é caracterizado como país democrático independentemente do que vive nesse país após a eleição. Huntington não estava preocupado com a igualdade ou liberdade coletiva nem tampouco com a fraternidade, ou seja, com outros atributos que se pode encontrar no governo democrático.

Ainda no seu livro “a terceira onda” Huntington (2010) procura esclarecer os motivos das mudanças de regimes não democráticos para democráticos durante a década de 1974 até nossos dias (o que ele classificou como terceira onda da democratização), nas quais ele destaca alguns fatores. Com muito entusiasmo Huntington reconhece a influência dos fatores externos, isto é, a imposição de FMI e BM, as vezes até a intervenção militar de Estados Unidos de América.

La intervención de las fuerzas armadas norteamericanas terminó con la dictadura marxista-leninista en Granada en 1983 y con la dictadura militar del general Manuel Noriega en Panamá en 1989. En febrero de 1990, el régimen marxista-leninista de Nicaragua cayó tras la derrota electoral, y en diciembre de 1990 se eligió en Haití un gobierno democrático. (HUNTINGTON, 2010, p.35)

Uma democracia frágil se expandiu durante a chamada “terceira onda” por meio da coação dos agentes económicos internacionais e por meio da violência bélica dos militares estadunidenses, mas essas não são as únicas análises que se pode fazer sobre a democracia moderna.

Os argumentos da Brown (2019, p. 17) é “o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todos lugar, inflético lei, cultura política e subjetivação política”. De acordo com Brown (2019), o neoliberalismo formulado pelo Hayek não é simples argumento oposta ao Estado de bem-estar social de Keynes. Mas, “o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação. (BROWN, 2019, p. 23).

Cresceu fortemente o ataque a democracia, a sociedade, e a justiça social, “em nome da liberdade do mercado e do tradicionalismo moral” (BROWN, 2019, p.23). Desse

modo, o neoliberalismo promoveu forças antipolíticas que desmantelaram o social em detrimento da racionalidade capitalista neoliberal.

Assim, “As forças conservadoras, no entanto, fizeram apelos mais direto à moralidade tradicional e homílias ao livre-mercado, embrulhando tudo isso com patriotismo, nativismo e cristandade” (BROWN, 2019, p.23).

O projeto neoliberal não diz respeito apenas ao mercado, mas ao mercado-moral na qual está inserida a superordenação branca e masculina. Não obstante, Brown (2019) deixou seu argumento mais lúcido ao mostrar que “por um lado, mercados desregulamentados tendem a produzir em vez de amenizar, os poderes e a estratificação sociais produzidas historicamente”. (BROWN, 2019, p. 24). Do mesmo modo produz também a estratificação e hierarquização entre países, e hoje, até existe uma gramática para isso, eis a nomenclatura mais comum: países periféricos, países subdesenvolvidos, países em desenvolvimento, etc.

Assim, Brown (2019) traça uma definição que vai em contramão daquilo que os neoliberais chamam de democracia. Para ela a democracia é a maquinação política a partir do qual o povo governa a si mesmo.

Desse modo, Brown (2019)- assim como Rancière (1996) - partem do mesmo princípio, tomando a igualdade como base da democracia, diferentemente dos teóricos neoliberais que partiram do princípio da liberdade individual e económica. Para Brown (2019),

quando a igualdade política está ausente, seja por exclusões ou privilégios ou privilégios políticos explícitos, pelas disparidades sociais ou económicas extremas, pelo acesso desigual ou controlado ao conhecimento, ou pela manipulação do sistema eleitoral, o poder será inevitavelmente exercido por e para uma parte, em vez do todo. O *demos* deixa de governar. (BROWN, 2019, p. 33)

De forma explícita a autora deu ênfase a igualdade política, porque não seria e nem será possível assegurar a igualdade política nos Estados que possuem a economia capitalista. Por isso, o que os teóricos neoliberais pregam está longe de ser democracia plena, mas sim um processo de *desdemocratização*, “aquilo que se costuma chamar, de modo variado, de democracias liberais, burguesas ou capitalistas nunca foi uma

democracia plena, e quaisquer que sejam suas disposições democráticas, ela vem sendo enfraquecida constantemente nas últimas décadas. (BROWN, 2019, p. 34)

É evidente que atualmente todos clamam democracia, muitos falam em seu nome, mas nem todos o desejam de verdade. Ela é usada como uma figura de linguagem em que a palavra democracia é combinada com desejos não democráticos. Em outras palavras, a palavra democracia está servindo como cavalo de Tróia para aniquilar a própria democracia. E os que advogam em nome da liberalização econômica, privatizações, desregulamentações, livre mercado ou corte das despesas do governo, ou seja, os que dão ênfase ao setor privado, usam a palavra democracia mais no sentido de promover seus desejos ocultos. Pouco lhes interessa a igualdade, mas o foco deles é a concorrência.

Os argumentos trabalhados neste capítulo, ilustram claramente como a democracia moderna vem sendo atacada por projetos neoliberais, desfazendo assim todos direitos conquistados durante os momentos revolucionários que aconteceram no Ocidente. Não obstante, neoliberalismo desenvolveu ataque ao Estado social em detrimento de indivíduos livres e responsáveis, e esses ataques “*é fundamental para gerar uma cultura antidemocrática desde baixo*, ao mesmo tempo que constrói e legitima *formas antidemocráticas do poder estatal desde cima*”. (BROWN, 2019, p. 39).

Porém, o ódio a democracia não é tão recente quanto parece, ela é tão antiga quanto a democracia, conforme Rancière (2014). E própria palavra democracia remete a expressão de ódio, “foi primeiro um insulto inventado na Grécia Antiga por aqueles que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo de multidão” (RANCIÈRE, 2014, p. 08).

A democracia enfrentou ao longo da história argumentos contra a sua existência e legitimação como regime político e forma de vida aceitável. E esse ódio a democracia transpassa os séculos, desde a filosofia clássica (Platão) que reservava a política apenas para os filósofos, isto é, os que têm alma de ouro, e na era moderna a democracia se depara com argumentos dos aristocratas que elaboram dispositivos institucionais com objetivo de “tirar do fato democrático o melhor que se podia tirar dele, mas ao mesmo tempo contê-lo estritamente para preservar dois bens considerados sinónimos: governo dos melhores e a defesa da ordem proprietária”. (RANCIÈRE, 2014, p. 09). É nessa ordem de ideia que Rancière (2014) subscreve a mesmo pensamento com Marx ao dizer que;

as leis e as instituições da democracia formal são aparências por trás das quais e os instrumentos com os quais se exerce o poder da classe burguesa. A luta contra essas aparências tornou-se então a via para uma democracia “real”, uma democracia em que a liberdade e a igualdade não seriam mais representadas nas instituições da lei e do Estado, mas seriam encarnadas nas próprias formas da vida e da experiência sensível. (RANCIÈRE, 2014, p.09)

Nesse quesito Rancière (2014) converge com Marx de que as instituições políticas que promovem a democracia são instrumentos que não garantem a democracia “real”, isto é, enquanto a democracia é resumida nas instituições políticas não será possível alcançar a democracia “real”, porque as instituições políticas são instrumentos da classe dominante.

Para Rancière (2014) democracia que triunfou durante a terceira onda é uma democracia criminosa, democracia que expressa sentimentos *antidemocrático*, democracia que reprime o avanço da civilização democrática. Triunfou a democracia utópica, trazida de fora não apenas por meio da coação dos agentes econômico internacional Banco Mundial e FMI, mas também pelo poder bélico das superpotências. (RANCIÈRE, 2014). Ela é criminosa não apenas por ser imposta pelas forças militares das superpotências é criminosa também por ser a democracia controladora das paixões avidas do poder do povo. A intervenção militar dos Estados-Unidos no oriente expressa claramente a imposição democrática. Enquanto que nos países africanos FMI e Banco Mundial com o seu Programa de Ajustamento Estrutural condicionaram a mudança para a democracia e conseqüentemente condicionando mudança para orientações econômicas capitalistas. Lembrando que a democracia como forma de vida política e social era compreendido como domínio do excesso, portanto o que se propaga durante a terceira onda é a democracia reprimida pelas instituições políticas.

Costuma-se acreditar nas narrativas correntes que as sociedades democráticas modernas são sociedades pacíficas, onde a violência e a brutalidade não têm mais espaço, Dahl (2010) assim como Huntington (2010) fizeram uma lista de vantagens da democracia. Porém nunca apresentaram o lado oculto da democracia moderna, porque o que chamamos hoje de democracia está carregada de certas façanhas criminosas, tanto da violência física e assim como novos tipos de violência. (MBEMBE, 2017)

Mbembe (2017) denuncia que a violência da democracia moderna sempre foi abafada, porque desde o seu aparecimento na modernidade a democracia demonstra tolerância à violência política particularmente a violência ilegal, portanto “Integraram na sua cultura formas de brutalidade levadas a cabo por uma série de instituições privadas agindo como mais-valia do Estado, sejam elas corpos francos, milícias ou outras formações paramilitares ou corporativistas. (MBEMBE, 2017, p. 33)

O que se insere nesse plano analítico é afirmar que, o que se queixava nos anos 1970 como crise da democracia é um mecanismo de abafar o avanço da democracia, ou seja, é o medo que a democracia chegasse ao seu plano ideal e se tornar governo do povo, e é agora que pode-se falar sobre a crise da democracia porque a barbaridade do que chamamos da democracia está a ficar cada vez mais explícito.

Em suma, é evidente que a “Grande virada” é o momento em que a racionalidade neoliberal reprimiu a democracia, e promoveu a “nova razão do mundo” baseada na concorrência desenfreada, isto é, a estratégia que consiste em guiar de forma sistemática do comportamento dos indivíduos a uma concorrência.

Portanto a racionalidade neoliberal é *ademocrático* porque a forma da governamentalidade neoliberal “não é democrática na forma e antidemocrática nos fatos; ela simplesmente não é mais democrática, *nem mesmo no sentido formal*, mas nem por isso identifica-se com um exercício ditatorial ou autoritário do poder.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.389).

Enquanto para Brown (2019) vive-se ascensão da política antidemocrática que produz culturas antidemocrática, baseada na moral religiosa e a lógica concorrencial do mercado, para Rancière (2014) é um novo ódio à democracia que reprime as aspirações da democracia, para Mbembe (2017) vive a democracia que contém corpo noturno que abafa as suas violências e suas mazelas, mas nas suas narrativas promove-se a pacificidade. Enfim, não é difícil notar a ascensão da chamada “democracia” no ocidente promove forças que desfazem os atributos da democracia, desfazendo assim todos direitos anteriormente conquistados.

Se a virada neoliberal no Ocidente significa, *desdemocratizar* a democracia, a derrota do Estado do Bem-Estar, e propagação da nova racionalidade que conduz os indivíduos a uma cultura antidemocrática, vale perguntar o que a virada neoliberal significa para os países africanos que se encontravam no processo da independência? Essa

é a pergunta que se pretende responder a seguir, na qual, abordaremos sobre as independências dos países africanos e advento da democracia na era da liberalização e o ajustamento estrutural.

4.3 Programa Ajustamento Estrutural: caso da Guiné-Bissau

O sonho Pan-africano de criação de Estados Unidos da África, foi atropelado pelo projeto neocolonial que conseqüentemente paralisou o projeto da integração dos países africanos com objetivo de proteger do jugo neocolonial imperialista. E o continente africano se tornou o campo de disputa das potências estrangeiras, de um lado URSS e do outro EUA. E esta disputa conseqüentemente proporcionou a falha no cumprimento dos objetivos traçados pela OUA. Nesta ordem de ideia, percebe-se que os movimentos da luta pela libertação falharam no cumprimento dos seus objetivos. Argumenta-se que a falha na integração dos países africanos se deve a própria herança colonial. De acordo com Mendy (1993) que falava especificamente da Guiné-Bissau,

herdou uma economia gravemente subdesenvolvida e distorcida, uma economia devastada pela guerra caracterizada por um baixo nível de atividade agrícola, um setor industrial atrasado, uma alta taxa de desemprego e subemprego um PIB em declínio e entre outras, uma balança comercial negativa. (MENDY, 1993, p. 15)

Os Estados africanos herdaram uma economia devastada, porque tudo que se produzia nas colônias era exportado para metrópoles, o mínimo da receita que ficava no país servia para subsistência e manutenção da mão-de-obra. É nesse quesito que Rodney(1975) alega que foi a Europa quem subdesenvolveu a África. E a tentativa de criação de um mercado interno entre países africanos para consolidar a independência económica foi enfraquecido pelas políticas neocoloniais, isto é, balcanização, lutas ideológicas entre bloco da URSS e EUA.

E com a queda de Bloco soviético predominou a ideologia Ocidental promovida pelo EUA que propagava a ideologia neoliberal. Nessa perspectiva a África foi abduzida a tentar monopolizar o comércio com exterior (Europa/EUA), como mecanismo de estabelecer a economia interna, e para isso foi estabelecida certas normas para concessão de crédito, isto é, Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). De acordo com Koudawo

(1993) as supostas “ajudas” dos países ocidentais disfarçava os seus objetivos políticos e atuava como iniciativa económica humanitária, “no máximo, a vertente política da ajuda era sugerida como consequência secundária da cooperação” (KOUDAWO, 1993, p. 116). Porém por de trás dessa iniciativa económica humanitária encontra-se às ideologias políticas e económica preste a ser impostas nos Estados recém independentes.

Lembrando que nos anos de 1950, nos Estados Unidos, surgiu a escola do pensamento focalizado, ou seja, especializado nos países do terceiro mundo que produziam trabalhos sobre a modernização e desenvolvimentismo que consequentemente conduz a elaboração das teorias globalizantes com base nas explicações evolucionista dos países periféricos. (KOUDAWO, 1993).

No diagnóstico desses intelectuais existe um grau da organização social que todos os Estados tendem a chegar, porém os Estados recém independente ainda se encontram distante desse grau da organização social e política.

Teoria legado das ideologias do século XIX, ela é o alicerce comum das visões teleológicas próprias ao capitalismo que pregava progresso e a modernização, por isso cria-se a necessidade de levar esses países para desenvolvimento. Porém para Koudawo, (1993, p. 118) o mais relevante

não era o conteúdo, mas o contexto de aparecimento e da difusão das teorias sobre o desenvolvimento político: A descolonização e a dificuldade dos Estados para dominar as instituições legada pelos seus tutores... Nas vésperas das independências, foram instaladas nas colónias instituições decalcadas do modelo ocidental na base da sua necessária universalidade. Mas as novas instituições cedo assumiram o aspecto enxertos de mal sucedido levando muitas interrogações sobre a adequação dos enxertos as estruturas socioeconômicas locais, bem como uma reflexão sobre um processo de amadurecimento político.

Do mesmo modo que a colonização Europeia pregava levar a civilização e a cultura para os povos não civilizados, assim também o Ocidente prega levar ajuda para desenvolvimento e modernização para países subdesenvolvidos. Mas o objetivo é o mesmo: a dominação e a exploração dos outros povos.

Para N'krumah (2011) essas supostas ajudas são apenas arranjos institucionais e burocráticos para perpetuar a colonização. Esses arranjos foram criadas durante consenso de Washington pela FMI e Banco Mundial. É nessa perspectiva que foram incutidas novas formas de organização política e econômica que entra em contradição com a realidade social, política e econômica africana. EUA, em coligação com FMI e BM, promoveram as políticas do Programa de Ajustamento Estrutural que tornaram como ferramenta de gestão das economias em África.

De acordo com Koudawo (1993, p. 121), o PAE “representavam, pelo seu arsenal teórico e pelo conjunto invariável das suas medidas orientadas para promoção da economia liberal e na inserção da economia-mundo capitalista, a melhor ilustração da aplicação das teorias da escola desenvolvimentista”.

A tentativa de justaposição da racionalidade política e econômica produzida no ocidente, proporcionou colapso na estrutura econômica e política nos países africanos não apenas porque a África não poderia lidar com novas estruturas políticas e econômica que a ela está sendo imposto, mas essas estruturas possuem uma racionalidade e fins, que conduz as riquezas para a metrópole, ou seja, para as potências ocidentais.

A Guiné-Bissau, um país da África ocidental que não escapou do projeto neocolonial, na qual se instalou as ideias neoliberal com mais facilidade por ser um estado pequeno e fraco política e economicamente. E o (PAE) Programa de Ajustamento Estrutural imposta pelo FMI e BM serviu como tecnologia de implementação das doutrinas neoliberais. Lembrando que o PAE refere ao empréstimo que as agências monetárias acima supracitada concediam aos países jovens, isto é, países recém independentes e países que passavam pela crise econômica. Em contrapartida, estes países teriam por obrigação adotar as dez regras básicas elaborada no Consenso de Washington.

O PAE se instalou na Guiné-Bissau na primeira metade da década de 1980, e ela não é apenas o programa que orienta as economias dos países para concorrência no mercado mundial, porém estava se instalando a nova racionalidade capitalista, que também procura eliminar todos resquícios socialista em países apoiados pela URSS. De acordo com Koudawo, (1993) essas políticas servem de “contrapeso de reafirmar a imanência do modelo ocidental quer político quer econômico” face ao comunismo. *Com a queda de muro de Berlim, Glasnost na ex-União soviética então houve uma mudança*

total na política a nível dos países africanos, e essa mudança não perdoa a Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau entrou na nova democracia que é a democracia do multipartidarismo. (Entrevista realizado, 25/11/2019), afirmou meu interlocutor.

Em África PAE articula-se em três eixos principais: 1) abertura da economia ao mercado mundial, 2) liberalização interna, isto é, mecanismos e esforço do mercado na redução da distorção dos preços e 3) austeridade, quer dizer a capacidade e necessidade de reduzir o distanciamento entre a oferta e procura. (EMBALÓ, 1993).

Estes três pontos resumiria as dez regras elaborada no Consenso de Washington. E para a Guiné-Bissau foram adotadas seguindo as linhas políticas durante PAE: a) liberar o mercado interno e externo, b) incentivar a produção agrícola com ênfase na exportação, c) eliminar os preços subsidiados, d) reduzir as despesas públicas com objetivo de reduzir déficit orçamentário, e) aumento de pressão fiscal para melhorar a receita do Estado, f) apoiar o investimento do setor privado nacional e estrangeiro, g) privatização das empresas estatais e restringir as funções económica do Estado, h) remunerar os depósitos para estimular a poupança, i) desvalorizar deslizando o peso (moeda local na época) estimular as exportações e limitar importação. (EMBALÓ, 1993)

E nesse capote incluía a democracia de tipo ocidental como um dos requisitos a ser seguido para a concessão de crédito. Nos meados do ano de 1990-1991 “a combinação da suavidade do Estado e da poderosa pressão externa obrigaram os dirigentes da Guiné-Bissau lançar uma reestruturação da relação entre Estado-Sociedade dando primeiro passo ao pluripartidarismo do modelo ocidental”. (FORREST, 1993, p. 58).

As propostas da liberalização económica procuravam sincronizar liberalização económica com a liberalização política incutindo assim multipartidarismo como modelo político. A liberalização política se resumia na democracia baseada nas eleições e limitação do Estado, isto é, ênfase ao setor privado, encurtando o campo de atuação do Estado com relação ao mercado. A democracia que se pregava não tem compromisso com a igualdade, porém é um regime que promove a concorrência que dá mais espaço ao setor privado.

Na conversa que tive com meu interlocutor, durante a entrevista ele me informou o seguinte quando lhe perguntei sobre a transição de monopartidarismo para democracia:

Na altura eu diria que o processo da democratização nos países africanos era imposto, porque muitos países não estavam preparados

para tal, é preciso um processo de transição, mas não houve este processo de transição, foi uma passagem de Partido único para multipartidarismo imediatamente, portanto isto não ajudou muito os países africanos. Eu me recordo bem uma frase que um coronel me dizia, Francois Mitterand presidente da França na altura disse que qualquer país da África que recusa a entrar na democracia não vai beneficiar de ajudas, não vai ter ajudas, então nos tratou como uma pessoa que têm amêndoa na mão e chaga num local onde estão reunidas as crianças e disse: “olha quem quer amêndoa?” sou eu, responderam as crianças, aí ele joga a amêndoa no chão cada um procura tirar o proveito. (Diálogo realizado no dia, 25 de Novembro de 2019).

Era uma troca, conceder ajuda económica, isto é, em formas de empréstimos na qual os países africanos eram condicionados a aceitar conjuntos de normas que lhes colocava dentro da arena do capitalismo internacional. Não se tratava apenas em levar a liberdade a estes povos, mas sim, uma luta ideológica na tentativa de aniquilar os resquícios do socialismo nas sociedades africanas e introduzir estes países dentro do sistema mundo.

As propostas de ajustes promovidas pela FMI e BM, durante o PAE provocou alteração sistemática em todo setor da sociedade guineense, porque o que se pregava não era apenas ajustes económico, mas sim uma racionalidade que alterava a estrutura social político e económico do país. É nesse quesito que Koudawo (1993) afirma que;

Como consequência disso, estivessem ou não ligados ao sistema das Nações Unidas as agências de cooperação eram também a agentes da ideologia desenvolvimentistas. A ação da UNESCO na planificação da educação ao serviço do desenvolvimento teve essencialmente como base uma abordagem do desenvolvimento inspirada no desenvolvimentismo triunfante. (KOUDAWO, 1993, p. 121)

Ora, o PAE proporcionou medidas para estimular a concorrência, isto é, a lógica neoliberal, sem levar em conta as características particulares das sociedades africana. Desse modo, mesmo com o crédito concedido o país não conseguiu sair do subdesenvolvimento, mas sim se aprofundou em dívidas com agentes económicos internacionais. PAE gerou resultado catastrófico para economia nacional Guineense, visto que, o país não conseguiu se desenvolver, mas pelo contrário permaneceu na dependência económica externa. “No entanto, na medida que o período pós-colonial

avança, o Estado guineense viu-se cada vez mais dependente das forças económica externas” (FORREST, 1993, p. 93).

Do mesmo modo, a democracia importada para Guiné-Bissau nesse período não teve efeito esperado na organização política da sociedade guineense, ainda é a democracia frágil centralizada nas eleições e instituições de Estado. Refiro a democracia fabricada no ocidente durante a virada neoliberal, “que visa limitar e conter o político, apartando-o da soberania, eliminando sua forma democrático e definhando suas energias democráticas. (BROWN, 2019, p.70)

Em suma o argumento que se constrói durante esta sessão é que África foi inculcada o modelo da organização política, económica e social do ocidental desde a colonização à momentos pós-independência. É nesse sentido que Mudimbe (2013) usa a frase “A invenção da África” no título do seu livro para referir conjunto de saberes, discursos e práticas organizadas imposta sobre a África. Com base na visão teleológica, o ocidente no seu imaginário da África que necessita de tutela. São tais pensamentos que levou Kennedy ex-presidente do Estados Unidos ao afirmar que;

depois de tudo é nas nossas escolas que a maioria dos chefes reconhecidos da África aprenderam o que é a dignidade e a igualdade, é entre nós que descobriram os benefícios de um governo representativo, da educação para todos, e da igualdade de oportunidades (KENNEDY, apud, KOUDAWO, 1993, p.120)

Essas alegações desvaloriza toda a forma da organização social, política e económica existente em África antes da colonização, isto é, a tentativa da negação da história e a inculcação de nova forma do modelo ocidental.

As alegações desse tipo e os argumentos apresentados acima leva-nos a hipótese de que a ideia da democracia que se propaga durante a terceira onda, é um eufemismo capitalista para propagar a racionalidade neoliberal. Nos países africanos a democracia foi levada por meio da coação dos agentes económicos internacionais porque nos momentos pós-independência os Estados africanos herdaram uma economia debilitada que consequentemente proporcionou a dependência económica dos seus antigos “tutores” /colonizadores.

Enfim, entendemos que o avanço neoliberal proporcionou a imposição da democracia institucionais em África por meio de Programa de Ajustamento Estrutural na qual estes países foram submetidos novas formas de fazer política na qual o Estado ausenta-se das responsabilidades de garantir direitos.

Considerações finais

Para não concluir, evitaremos de elaborar uma conclusão absoluta por não explorar todas as bases empíricas idealizado no projeto de pesquisa. Porém acredito que algumas coisas ficaram lúcidas nos argumentos apresentados com base na exploração das literaturas africana e exploração da entrevista concedida.

O enredo entre tradicional e o moderno teve sua gênese desde a colonização, as formas de vida africanas foram subjugadas e desconsideradas em detrimento da moderna forma de vida europeia. A elite política que surgiu no período pós-colonial reproduziu a mesma lógica na qual o poder tradicional não foi reconhecido pelo Estado, as manifestações das diversidades étnicas foram silenciadas com a justificativa da consolidação do estado nação e da cultura nacional, o etnismo era representado como ameaça a unidade nacional.

Tal situação cristalizou até o advento da democracia, onde se percebe a alteração significativa na configuração política e social na Guiné-Bissau, onde os chefes tradicionais os anciões dos grupos étnicos transformam em capital político para atração dos eleitorados. Durante a democracia houve aproximação entre chefes tradicionais e a elite política e essa aproximação é mais verificável no período eleitoral momentos em que políticos reivindicam as suas identidades étnicas tradicionais como forma de atrair os eleitorados e legitimar o poder por meio da eleição.

Por outro lado, a própria democracia é uma imposição de fora para dentro onde a pressão externa foi o maior fator que impulsionou para a mudança de regime na Guiné-Bissau. Refiro a democracia carregado de valores capitalista, burocratizado e centralizado no estado e virado ao mercado. E durante o processo desta transição percebe-se o condicionamento dos agentes económicos internacionais (Banco Mundial e FMI) na qual a Guiné-Bissau e outros países da África foram submetidos como forma de concessão de crédito, visto que estes países estavam em crise.

E estas regras citadas no último capítulo levaram a Guiné-Bissau, juntamente com outros países da África, a jogar na arena do capitalismo internacional o que conseqüentemente provocou uma dependência econômica e a fragilidade das comunidades econômicas regionais das Áfricas. Essas comunidades eram projetadas como tentativa de fortalecer a economia interna africana e evitar a agressão econômica

internacional com intuito de escapar da dependência económica. Porém estas ideias foram derrotadas durante a liberalização económica e política em África, o que se vendia na altura como democracia tinha seu valor assentado no mercado, privatização e no capitalismo em geral.

A análise deste trabalho está assentada a luz destes dois fatores a interna e externa. O conflito entre o poder tradicional e o Estado moderno e a pressão externa durante a democratização. Pretende-se seguir com esta pesquisa no Doutorado na qual, a ação de busca sobre as questões democrática na Guiné-Bissau continua trazendo assim novos elementos para a análise.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABENSOUR, Miguel. **A democracia contra o Estado: Marx e o momento Maquiaveliano.** Belo Horizonte, ed: UFMG, 1998.

AMONA, Dingana Paulo Faia. **Narrativas Sobre a Guinendade/i** : identidade nacional e diversidade étnica na Guiné-Bissau. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Antropologia – UFC/UNILAB, Fortaleza, 2020.

Assembleia Nacional Popular. **Constituição da República da Guiné-Bissau.** Bissau: Inacep, 1973.

Assembleia Nacional Popular. **Constituição da República da Guiné-Bissau.** Bissau: Inacep, 1984.

BOBBIO, Norberto. **Governo, Estado, Sociedade:** por uma teoria geral do estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral do Estado:** a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.**- São Paulo: Filosofia Política, 2019.

CABRAL, AMÍLCAR. **A arma da teoria:** unidade e luta I. 2. ed. Lisboa: Seara Nova, 1978.

CABRAL, Vasco. **Colonização e religião:** da primeira evangelização a colonização dos povos da Guiné. Soronda: Revista de estudos Guineenses, Bissau, Jan, 1988.

CARDOSO, Carlos. A formação da elite política da Guiné-Bissau. Centro de Estudos Africano, ISCTE- Instituto das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2004.

CARVALHO, Celisa dos Santos Pires de. **Guiné-Bissau: a instabilidade Como regra.** 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política Cidadania e Governação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 204. Cap. 3.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Que Democracia?:** o processo de transição política guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009). 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Políticas, Universidade Federal de Piauí, Teresina, 2010. Cap. 5.

CÉSAIRE, Aimé. **Cahier d'un retour au pays natal**. Paris: Présence africaine, 1983.

CHABAL, Patrick. **O Estado Pós-colonial na África de expressão portuguesa**. Soronda: Revista de estudos Guineenses, Bissau, n. 15, p.37-56, jan. 1993.

CHEIBUB, José Antônio; PRZEWORSKI, Adam. **Democracia, Eleições e Responsabilidade Política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [s.l.], v. 12, n. 35, p.1-16, out. 1997.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Edições Afrontamento, Porto, 1979.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artemed, 2010.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016

DIALLO, Mamadou Alpha. **A integração regional na África ocidental (1960-2015) balanço e perspectivas**. Revista Brasileira de Estudos Africanos; Jun. 2016 | p 243-26.

DUMAS TEIXEIRA, R. J.; BATICAM, S. T. Movimento social africano de Fidjus Dibideras de Guiné-Bissau em espaços universitários. **Tensões Mundiais, [S. l.]**, v. 16, n. 32, p. 91–104, 2020. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v16i32.3487

EMBALÓ, Filomeno. **os desajustes do Programa de Ajustamento**. Soronda: Revista de estudos Guineenses, Bissau, Jul, 1993.

FERNANDES, Raul Mendes. Partido Único e poderes tradicionais. **Soronda: Revista de estudos Guineenses**, Bissau, p.39-50, jul. 1993.

FORREST, Joshua B. **Autonomía burocrática, política económica e política num estado “suave”** : caso da Guiné-Bissau pós-colonial. Soronda: Revista de estudos Guineenses, Bissau, Jan, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade:** o governo de si e dos outros II: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 18. ed. São Paulo: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder.** Ditos e escritos. v.8 RIO de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GOMES, Antonieta Rosa. **O poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau.** 7.º congresso ibérico de estudos africanos. Lisboa 2010.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

<https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/guine-bissau-joao-bernardo-vieira-quer-por-fim-a-politica-de-intriga-e-de-calunia/> Acessado, 20/09/2020.

<https://e-global.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/guine-bissau-ministerio-do-interior-responsabiliza-sissoco-por-condutas-contras-a-seguranca-publica/>. Acessado, 20/09/2020.

<https://www.asemana.publ.cv/?Campanha-eleitoral-na-Guine-Bissau-Domingos-Simao-Pereira-promete-ser-137770&ak=1>. Acessado, 20/09/2020.

HUNTINGTON, Samuel P. **La tercera ola:** La democratización a finales del siglo XX. Barcelona: Editorial Paidós, 1994.

KI-ZERBO, J. (coord.). **História geral da Africa.** São Paulo: Ática, 1982.

KI-ZERBO, J. (coord.). **História geral da Africa.** São Paulo: Ática, 1982.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África?:** entrevista com René Holenstein Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África?:** entrevista com René Holenstein Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KOUDAWO, Fafali. **Ajuda económica como instrumento político:** uma perspectiva histórica. Soronda: Revista de estudos Guineenses, Bissau, Jul, 1993.

LOPES, Carlos. Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

LOPES, Carlos. O **Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos**. Afro-Ásia, núm. 32, 2005, pp. 9-28. Universidade Federal da Bahia.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2.ed revista. - São Paulo : Boitempo, 2010

MBEKO, Maurice Honoré. **République Centrafricaine: de la démocratie traditionnelle à la dictature militaire**. Paris: L'harmattan, 2019

MENDY Peter Karibe. Amilcar Cabral e a Libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para liderança africana efetiva. In: LOPES, Carlos. Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

MENDY, Peter Karibe. **Conquista militar da Guiné: a resistência à "pacificação" do arquipélago dos Bijagós**. Soronda: Revista de estudos Guineenses, Bissau, n.13 p.41-57, jan. 1993.

MOKHTAR, G. (coord.). **História geral da Africa**. São Paulo: Ática, 1983.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: Da luta armada a construção do estado nacional: conexões entre o discurso da unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2013. Cap. 5.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: ultimo estagio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 1967.

N'KRUMAH, Kwame. **O neocolonialismo em África**. in. SANCHES, Manuela Ribeiro. Malhas que os impérios tecem. - (Lugar da história). Lisboa: Edições 70, LDA, 2011.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

RANCIÈRE, Jaques. **O ódio a democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2104.

RRANCIÈRE, Jaques. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. — São Paulo: Ed. 34, 1996.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau** (1974- 1990). São Carlos: UFScar, 2009.

SEMEDO, Rui Jorge. **O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais**. 7.º congresso ibérico de estudos africanos. Lisboa 2010.

SILVA, António E. Duarte. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

SILVA, António E. Duarte. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. 604. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

SOUSA, Julião Soares. O fenómeno tribal, tribalismo e a construção de uma identidade nacional no discurso de Amílcar Cabral. In Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África. Universidade de Coimbra, 2008.

SYLLA, Lanciène. **Democratize de l'arbre à palabre et bois sacré**. in: annuaire de la l'université d'Abidjan, Serie D (lettres), tome B 1980.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **A dimensão social e cultural da guerra colonial em África**: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique (1961-1974). Universidade Federal de Pernambuco, Lisboa, 2010.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau as relações entre a sociedade civil e o Estado**. Recife: Ufpe, 2015.

THE ECONOMIST Intelligence Unit. **Democracy Index 2019**: A year of democratic setbacks and popular protest. London, 2020.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**: Sentimento e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VAMBE, Maurice Taonezvi; ZEGEYE, Abebe. Amílcar Cabral e vicissitudes da literatura africana. In: LOPES, Carlos. Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

VITULLO, Gabriel E. **Da “sobrecarga de demandas” às “democracias iliberais”: a 40 anos do Relatório da Comissão Trilateral.** Universidad Complutense de Madrid (UCM). 2015.

WICK, Alexis. **A nação no pensamento de Amílcar Cabral.** In: LOPES, Carlos. Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

WOODWARD, Kathyn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Thomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.